

Estudos sobre as Mulheres
Género, Sociedades e Culturas

Estudos sobre as Mulheres

Conhecimentos itinerantes percursos partilhados

ORGANIZAÇÃO

Teresa Alvarez,
Teresa Joaquim
Teresa Pinto

CEMRI  UAb

CENTRO DE ESTUDOS DAS
MIGRAÇÕES E DAS
RELAÇÕES INTERCULTURAIS
UNIVERSIDADE ABERTA

FCT  Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Estudos sobre as Mulheres

**Conhecimentos itinerantes
percursos partilhados**

Ficha Técnica

Título Estudos sobre as Mulheres. Conhecimentos itinerantes, percursos partilhados

Organização Teresa Alvarez, Teresa Joaquim e Teresa Pinto

Design Rosa Lapa

Edição CEMRI | Universidade Aberta 2019

Linha de publicação do CEMRI: Estudos sobre as Mulheres | Nº1

ISBN 978-972-674-863-2

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/SOC/00289/2019».

ÍNDICE

Introdução Teresa Pinto, Teresa Alvarez e Teresa Joaquim	4
MULHERES REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS E CONHECIMENTO	7
Género y museos: un proyecto para enriquecer la mirada y educar en igualdad Antonia Fernández Valencia	8
ESTUDOS SOBRE AS MULHERES GÉNERO, SOCIEDADES E CULTURAS. PERCURSOS EM DEBATE	19
História das Mulheres: subversão e desassossego Teresa Pinto	20
Centro e margens no discurso amoroso de autoria feminina do período barroco: percursos e questões Anabela Galhardo Couto	31
A Escrita Poliédrica de Ana Hatherly Dalila Maria Teixeira Milheiro	48
As Mulheres e o Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina, Brasil Célia Carmen Cordeiro	54
Contributo para uma leitura sobre práticas de cooperação para o desenvolvimento. O Projeto PAIPA implementado na Guiné-Bissau. Sónia Frias	59
Igualdade de género e formação de docentes: das políticas públicas às estratégias de intervenção – mudanças e resistências Teresa Alvarez	70
Os percursos da escolha: contextos e condições da decisão sobre a maternidade e não maternidade Teresa Joaquim e Margarida Barros	81
NOTAS BIOGRÁFICAS	90

Introdução

Teresa Alvarez, Teresa Joaquim e Teresa Pinto

Os Estudos sobre Mulheres e de Género (EMG) vieram questionar os alicerces da Ciência tornando evidente o seu cariz androcêntrico e pondo em evidência a ausência de neutralidade do conhecimento. Qualquer ciência é uma construção social, desde o lugar epistemológico que a define, passando pelas teorias que a conformam, até aos modos de recolha e seleção dos dados empíricos que a sustentam. Como tal, situa-se e ressitua-se historicamente, influenciada pelo sistema de valores e pela trama das relações sociais de poder estabelecidas em cada época e lugar.

Os EMG sublinharam, ainda, as potencialidades da multidisciplinariedade na investigação científica, em especial nas ciências sociais e humanas, em consonância com a complexidade inerente à realidade dos indivíduos e das sociedades. A plena consciência de que a realidade social é sexuada e de que esta evidência tem impactos profundos no modo de fazer ciência emergiu dos resultados dos trabalhos dos EMG e da sua progressiva institucionalização, a partir de finais da década de 1970 nos EUA e nas décadas seguintes no contexto europeu. Nos EUA, em inícios da década de 1980 funcionavam 300 programas universitários e em 1990 esse número tinha duplicado. A nível internacional, nos primeiros anos da década de 1990, existiam programas de estudos, centros de investigação e publicações sobre as mulheres em mais de uma centena de países. Em 1997 funcionavam programas de estudos sobre as mulheres e de género em 32 países europeus.

Em Portugal foi instituído, em 1990, pelas Organizações Não Governamentais de Mulheres do Conselho Consultivo da atual CIG (ex CCF e ex CIDM) um prémio intitulado Carolina Michaëlis de Vasconcelos, destinado a estimular trabalhos de investigação em estudos sobre as mulheres. No ano seguinte foi criada a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), que tem desenvolvido um trabalho particularmente ativo e que mantém, desde 1999, a publicação da revista semestral interdisciplinar *ex æquo* indexada em várias bases de referência¹. Em 1995 e em 2002 foram criados na Universidade Aberta, respetivamente, o primeiro mestrado e o primeiro ramo de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, este último com três especialidades. A institucionalização desta área da Estudos nesta universidade associou-se à criação de linhas de investigação no Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI).

O Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres, Género, Sociedades e Culturas (GIEMGSC – CEMRI – UAb), assumindo-se como um coletivo multidisciplinar, plural e dialogante, criou até ao momento dois recursos de inestimável valor para a sua produção: a Base de Dados em Estudos sobre Mulheres, de Género e Feministas e a Base de Recursos Iconográficos em Mulheres, Género e Culturas.

¹ Scopus, Web of Science-Clarivate Analytics (através do SciELO Citation Index), SciELO, CAPES, DOAJ, ERIH Plus, Latindex e Virtual Library of Women's History.

Ambos espelham a diversidade de olhares e abordagens próprias dos estudos sobre as mulheres, estruturados pelo conceito de género e alicerçados num posicionamento crítico próprio do feminismo. A presente publicação, intitulada *Estudos sobre as Mulheres - conhecimentos itinerantes, percursos partilhados*, pretende evidenciar, por um lado, o carácter instável do conhecimento, em permanente (re)construção, enraizado num olhar sempre vigilante sobre o saber feito e, por outro lado, as diferentes vozes, e os seus múltiplos lugares, que configuram e integram o processo dinâmico e persistentemente *desinquietador* que caracterizam esta área de conhecimento.

Esta obra organiza-se em duas partes que correspondem a dois importantes momentos do trabalho realizado pelo GIEMGSC em 2017, de acordo com as linhas de trabalho prioritárias seguidas nos últimos 3 anos.

A primeira parte incide sobre a problemática *Mulheres, Representações Iconográficas e Conhecimento*² tema do Seminário Internacional que teve lugar em Lisboa, em 2017, promovido pelo GIEMGSC-CEMRI e pela APEM, e nela se integra o texto da conferência proferida por Antónia Fernandez Valencia, da Universidade Complutense de Madrid, intitulado “El protagonismo de las mujeres en los museos”. A autora apresenta o projeto *Género e Museus*, apoiado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto de Espanha, levado a cabo por um grupo de três investigadoras, das áreas, respetivamente, de Arte, de Comunicação Visual e de História, dirigido inicialmente à educação formal e alargado depois ao público em geral.

A segunda parte, *Estudos sobre as Mulheres. Género, Sociedades e Culturas – percursos em debate*³, compreende um conjunto de textos provenientes das comunicações apresentadas no seminário internacional, com o mesmo nome, realizado em 2017, cujo propósito foi o de partilhar interesses, questionamentos e linhas de investigação entre os diferentes elementos do GIEMGSC e suscitar, a partir dos pontos comuns entre as investigações individuais, o desenho de projetos comuns, amplos e agregadores.

O primeiro texto, “História das Mulheres: subversão e desassossego”, de Teresa Pinto, apresenta um percurso reflexivo sobre a resistência da História à produção de ressignificações em função de novos conhecimentos resultantes das investigações históricas sobre as mulheres.

Seguem-se dois textos do domínio da Literatura, respetivamente, de Anabela Galhardo Couto e de Dalila Milheiro. O primeiro “Centro e margens no discurso amoroso de autoria feminina do período barroco: percursos e questões” incide sobre a análise da obra poética de algumas autoras portuguesas dos séculos XVII e XVIII, evidenciando o cariz transgressor dos respetivos discursos literários sobre o amor. O segundo, “A Escrita Poliédrica de Ana Hatherly”, introduz-nos na obra literária de Ana Hatherly detendo-se Dalila Milheiro nos traços que revelam a originalidade da escrita desta autora.

² Seminário Internacional realizado em 17 de julho de 2017, em Lisboa, organizado em parceria com o CES da U de Coimbra e a APEM.

³ Seminário Internacional realizado em 6 de março de 2017, na Universidade Aberta.

O texto “As Mulheres e o Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina, Brasil”, de Célia Carmen Cordeiro, enquadra-se na relação entre memória e mobilidade e nele a autora analisa a festa do Divino Espírito Santo e o modo como as mulheres ocupam o espaço, de cariz urbano, desta celebração.

Vinda da Antropologia, Sónia Frias, no seu artigo “Contributo para uma leitura sobre práticas de cooperação para o desenvolvimento. O Projeto PAIPA implementado na Guiné-Bissau”, remete-nos para a esfera da cooperação para o desenvolvimento, mais particularmente entre Portugal e a Guiné-Bissau, na área da agricultura e das comunidades rurais.

“Igualdade de género e formação de docentes: das políticas públicas às estratégias de intervenção - mudanças e resistências” é o título do texto de Teresa Alvarez que equaciona, no âmbito das políticas públicas para a igualdade entre mulheres e homens em educação, alguns pontos de viragem nos objetivos e linhas de ação dirigidas ao sistema educativo.

Margarida Barros e Teresa Joaquim encerram esta publicação com o texto “Maternidade e Não maternidade: contextos e condições de decisão” sobre a decisão de (não) ser mãe e a problemática da não maternidade.

Uma menção de agradecimento é, ainda, devida ao Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, em nome da sua coordenadora científica, Natália Ramos, que proporcionou as condições materiais necessárias para a concretização desta publicação.

Teresa Joaquim, Teresa Pinto e Teresa Alvarez

**MULHERES
REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS
E CONHECIMENTO**

Género y museos: un proyecto para enriquecer la mirada y educar en igualdad

Antonia Fernández Valencia¹

Faculdade de Educação/ Universidade Complutense de Madrid

En primer lugar, deseo dar las gracias a la APEM por la invitación para participar en esta Jornada presentando un proyecto en el que pusimos muchísima ilusión y trabajo, pero que nos ha dado enormes satisfacciones. Es todo un honor – dada la trayectoria en Género y Educación que tiene vuestro equipo – y un placer por este reencuentro que nos permite hablar del tema que nos unió hace un montón de años: la pintura como fuente para la historia de las mujeres.

Si nuestro proyecto sobre Género y Museos fue concebido inicialmente con sentido didáctico para ámbitos escolares, dada la ausencia de referencias femeninas y la fuerza de los estereotipos de género en manuales escolares y medios de comunicación – como han estudiado magníficamente Teresa Alvarez y Teresa Pinto – el contacto con los museos nos hizo conscientes de la necesidad de ampliarlo pensando en otros públicos. Y creo que fue un acierto. Comparar la situación de la relación Género – Museos en 2009 con la actual casi nos da vértigo, aunque, obviamente, no somos las únicas responsables.

El contexto de asociacionismo femenino reivindicativo de mujeres en las artes (MAV) que ha acompañado el proceso, así como el sólido apoyo inicial del Ministerio de Educación Cultura y Deporte y de los propios museos, han hecho posible este profundo cambio que, no obstante, no llega suficientemente a ámbitos de la educación formal, quizá por la escasa formación en perspectiva de género que se ofrece al alumnado en la Universidad ante la ausencia de asignaturas de género y una insuficiente sensibilización y formación en esta perspectiva de una parte significativa del profesorado.

El título que he dado a esta aportación expresa los objetivos que están detrás del proyecto: enriquecer la mirada sobre la creación (arte y artesanía) y potenciar la educación en igualdad trabajando con las colecciones de los museos a través de los diálogos e interacciones que se pueden establecer con los objetos y obras de arte – en sentido amplio – desde las áreas de trabajo en las que trabajábamos las personas implicadas: Marián López Fernández Cao, Asunción Bernárdez Rodal y yo misma. Y, como he indicado, pensábamos tanto en las asignaturas que la educación formal permite (para cada una de nosotras desde nuestras respectivas áreas: *Creación artística y Didáctica de la expresión plástica; Lenguajes de comunicación y cultura visual; Historia y Didáctica de la historia*) como en las propuestas que asociaciones culturales o los propios Museos podrían ofrecer para todo tipo de públicos.

¹ Comunicação apresentada no Seminário Internacional Mulheres, Representações Iconográficas e Conhecimento, que teve lugar em Lisboa, em 11 de julho de 2017, promovido pela APEM e pelo CEMRI/UAb..

¿Cuáles eran los puntos de partida en una perspectiva académico-didáctica?

- Se parte de la necesaria utilización de fuentes diversas en la dinámica de enseñanza-aprendizaje (de la historia)
- Se articula en torno a la incorporación de la categoría género a la mirada para enriquecerla.
- Selecciona los museos como instrumento didáctico al considerarlos lugares de memoria social diversificada.
- Visibiliza discursos y realidades sobre las mujeres y las relaciones de género a través del análisis e interpretación de iconografías y objetos.
- Desea contribuir a revisar lenguajes documentales y formas de catalogación, así como a modificar el propio discurso museístico y sus políticas de adquisición y exhibición.

¿Qué consideración de las iconografías?

Concebimos las iconografías como documentos sociales íntimamente relacionados con las ideas y realidades de su tiempo, ante el que quien la concibe o realiza puede posicionarse. De ahí su importancia para ayudarnos a pensarlo a través de estas representaciones.

¿Y qué iconografías? Pues todas: religiosas, costumbristas, metafóricas, retratos..., a las que miramos detalladamente para ver y saber sobre ese tiempo y la posición en la que pudo situarse quien la pensó y/o quien la realizó – recordar que gran parte de las obras de pintura que conservan los museos, hasta el siglo XIX, son obras de encargo de los grupos dirigentes (Iglesia, nobleza, monarquía) y con orientaciones precisas para que cumplan una determinada función.

Y con las iconografías, encontramos también el *mundo objetual y material* que nos pone en contacto con aspectos fundamentales de la vida cotidiana, los espacios domésticos y, a veces, el mundo de los afectos y sensibilidades, puesto que, entendemos, permiten y apoyan estudios desde la perspectiva de género ya que *los objetos*, observados desde esta nueva perspectiva:

- Son asociables a funciones ¿de género?
- Pueden ser portadores de discursos sobre los géneros.
- Tienen diseño y autoría ¿identificada?
- Nos permiten pensar en saberes, trabajos y funciones sociales de quien los diseña y utiliza.
- Pueden sugerir reconocimiento personal o social.
- Pueden indicar jerarquía social o económica.
-

Iconografías y objetos pueden ser, pues, el punto de apoyo para abrir un problema o el análisis de una situación. Siempre con una clara conciencia de que las informaciones e hipótesis que pueden derivarse de su lectura deben ser validadas con otras fuentes primarias o secundarias, pero con el convencimiento del valor intelectual del ejercicio de pensarlas como documentos que nos dan información de su tiempo sobre individualidades, identidades y relaciones de género desde muy diferentes puntos de vista.

Hay pues, además de un planteamiento conceptual e ideológico, un planteamiento metodológico: entrenar la mirada en nuevas claves de análisis. Es decir, complejizarla, añadir aristas, hacerla más poliédrica. La variable esencial, en este caso, es la *perspectiva de género*, con toda la transversalidad de diversidad social que puede incorporar.

Desde mi perspectiva docente, enseñamos Historia para enseñar a pensar históricamente, lo que conlleva enseñarla enseñando a historiar, a construir conocimiento a través de la lectura, interpretación y validación de fuentes documentales. Enseñar a leerlas (análizarlas, encontrarles sentido social en su contexto, explicarlas en su marco...) es nuestro instrumento para iniciar o ayudar al alumnado a analizar, decodificar e interpretar su mundo, las fuentes por las que recibe mensajes para vivirlo y sentirlo y tomar decisiones. Es decir, enseñar a leer *paisajes históricos, ideas y pensamientos* a través de ellas, en cualquier soporte y medio.

Las fuentes iconográficas y objetuales se han utilizado en las aulas de Historia más para ilustrar y confirmar una tesis, una idea, que para enseñar a pensar sociedades a través de ellas. Nosotras pretendemos utilizarlas, esencialmente, como punto de partida para la construcción de conocimiento: ¿qué información directa nos proporcionan, que podemos deducir a través de ellas, qué preguntas nos dejan abiertas, qué conceptos podemos asociarlas, qué parte de verdad, de presencias y ausencias hay en ellas...?

Pero si las fuentes iconográficas y objetuales nos permiten acercarnos a diferentes variables del tiempo social en que fueron creadas, también nos acercan a las permanencias o rupturas que, respecto a los motivos representados, encontramos en nuestro tiempo respecto al pasado (*relación presente/pasado muy potente*). En el ámbito de los discursos, las posibilidades son extraordinarias para explicarnos ideas y realidades que nos siguen afectando por su vigencia (reparto social de tareas, violencia de género, por ejemplo).

Iconografías y toda la diversidad de objetos y cultura material que nos ofrecen los museos son, además, un importante instrumento de motivación, ya que permiten acercarnos a variables de lo histórico que pueden resultar muy familiares al alumnado: paisajes humanizados en los que podemos encontrar prácticamente todas las temáticas y motivos de la vida cotidiana para acercarnos a realidades identificables y empatizar, más fácilmente, con las sociedades estudiadas: sus problemas, discursos dominantes y alternativos, relaciones y jerarquías de género, diversidad de protagonismos, etc.

El modelo didáctico, pues, facilita y exige la incorporación de la perspectiva de género, pudiendo convertirse en un excelente instrumento para paliar el problema de los manuales escolares e introducir al profesorado – a través de cursos de formación – en esta variable. La experiencia en este último sentido siempre ha sido muy favorable. Pero también puede ser un instrumento para problematizar o complejizar la mirada de quienes pasean los museos con una mirada más estética y formalista que social.

¿Cómo se planteó el proyecto?

Con esta perspectiva de Didáctica de la historia, y la que aportaba Marián López Fernández Cao desde el campo de la Didáctica de la Expresión plástica para poner en valor y recuperar la creación femenina en la Historia del Arte y en el sistema del arte, concebimos el proyecto de los *Itinerarios en femenino* en Museos, al que se uniría la profesora Asunción Bernárdez Rodal.

En 2009, siendo Marián L. Fdez. Cao directora del Instituto de Investigaciones Feministas de la Univer-

sidad Complutense de Madrid, nos planteamos la posibilidad de presentarlo al Ministerio de Cultura, Educación y Deporte para preparar una acción conjunta, apoyándonos en el artículo 26 de la *Ley de Igualdad* de 2007 que instaba a las instituciones culturales a incorporar la perspectiva de género. La respuesta fue muy favorable.

El resultado fue la firma de un Convenio entre dicho Ministerio y la UCM en 2009 para el “*Estudio de los fondos museísticos desde la perspectiva de género*”, que nos abrió las puertas a una colaboración con cuatro Museos nacionales. La colaboración abrió dos líneas esenciales de trabajo, íntimamente ligadas a la idea que compartíamos de los Museos como lugares que reflejan y generan memoria social *que significa*. Es decir, que no solo son espacios de *memoria social selectiva*, sino espacios con *un discurso propio* que puede cristalizar asimetrías no deseables respecto a la imagen social de los géneros en función de las autorías que visibiliza, las temáticas dominantes y las ausentes, los aspectos en que centra el interés en las cartelas explicativas o el lenguaje que utiliza, entre otras posibilidades de su capacidad de acción.

Su discurso, pues, – nos planteábamos – ¿puede ayudar a naturalizar ideas, situaciones o conductas no deseables? ¿Centra el interés más en el “arte por el arte” (aspectos del lenguaje formal, estilos, colores, geometrías organizativas...) o en el arte como reflejo y espejo social? ¿Más en las formas, la función, la posible intención...? ¿Qué relación de autoría masculina y femenina visibiliza?...

Líneas de acción en los Museos

Las dos líneas que marcaron el trabajo, con objetivos complementarios y posibilidad de exportación a otros museos, se concretaron en:

1: *Estudio de los discursos de género en los Museos* a través de los lenguajes que utilizan en catalogación, textos de salas, folletos, publicaciones y en función de las autorías que exhiben en salas, exposiciones temporales, reproducciones, conferencias, etc. Su función esencial iba orientada hacia el autoconocimiento, reflexión y planificación de acción en los propios museos. Desde una perspectiva docente, la observación de estos lenguajes y representación de autorías por género también debería hacerse explícito en las visitas didácticas a Museos: podría ser uno de los puntos de reflexión sobre la visita si se proponen observaciones concretas para el análisis o trabajo sobre las obras seleccionadas.

2: Toma de contacto con cuatro Museos Nacionales en Madrid (Museo del Prado, Museo de Arte Contemporáneo Reina Sofía, Museo Arqueológico y Museo del Traje) para la elaboración de lo que llamamos *Itinerarios en femenino*.

La primera línea se materializó con la dotación de becas anuales para que jóvenes investigadoras analizaran los lenguajes en la documentación que emitían los museos seleccionados (lenguajes de sala, de catalogación, folletos, publicaciones...) y colaborasen con el personal del museo en estudios de obras de mujeres en fondos y exposición permanente, exposiciones temporales, etc. De sus informes debería salir una *Guía de buenas prácticas*, así como cambios significativos en los lenguajes y políticas

expositivas. Los cambios se han producido esencialmente en los lenguajes de catalogación y folletos, más lentamente en los lenguajes y narrativas de salas, mientras empiezan a verse algunas iniciativas de puesta en valor de la obra de mujeres artistas antes condenadas a los fondos museísticos ocultos.

Para apoyar la investigación y difusión de la idea, el Ministerio de Ciencia e Innovación financió un Proyecto I +D sobre Género y Museos que permitió la organización de cursos y seminarios con/para personal ligado a la gestión de Museos con el fin de facilitar la sensibilización, formación e implicación de numerosos museos en el Proyecto. La respuesta en asistencia y colaboración con ponencias evidenció el interés por esta nueva perspectiva, como evidencian los artículos de directoras de diferentes museos en la publicación *El protagonismo de las mujeres en los museos* -resultado de esta colaboración Instituto de Investigaciones Feministas de la UCM-Museos- editado en la Colección Ciencia y Género de la editorial Fundamentos (Madrid) en 2012.

Implicar a los Museos era esencial, ya que son sus diferentes equipos quienes tienen la capacidad de modificar los lenguajes, las narrativas discursivas expositivas, los textos que acompañan las obras o introducen a las salas, las políticas de exposiciones permanentes, las actividades educativas... Los que pueden consolidar perspectivas androcéntricas o impulsar cambios para apoyar discursos de igualdad y revalorización del protagonismo social y la creación femenina.

No hay que olvidar que lo habitual es que el público que visita los Museos piense sobre las presencias, no sobre las ausencias. Así, los silencios sobre las mujeres significadas en su tiempo y sobre la creación femenina consolidan pensamiento androcéntrico, naturalizan la desmemoria de las mujeres – aunque estén hiperrepresentadas como anónimas o simbólicas –, restan valor a su papel como sujetos históricos y a las funciones sociales esenciales que han venido desarrollando históricamente, no cuestionan las propias formas de representación – que crean discursos muy potentes respecto a, por ejemplo, la disponibilidad del cuerpo de las mujeres – al tiempo que favorecen la asociación genio-hombre al invisibilizar la creación femenina.

En este sentido, consideramos que el resultado ha sido bastante satisfactorio, ya que pronto se fue produciendo una implicación de Museos de todo el territorio nacional en actividades y exposiciones que incorporan esta perspectiva – fácilmente comprobable en sus webs –, así como el rescate de algunas autoras cuyas obras dormían en los sótanos (obras de Sofonisba Anguisola y Clara Peeters, 1ª exposición de Clara Peeters, *El león* de Rosa Bonheur, rescatado y cartel de la exposición *La mirada del otro*, todas en el museo del Prado, por ejemplo), al tiempo que se han multiplicado las actividades académicas, seminarios o congresos y las publicaciones sobre Género y Museos.

Itinerarios en femenino

Pero el producto más visible del proyecto han sido los *Itinerarios en femenino*, que incorporan la perspectiva de género para hacer visible y significar socialmente el protagonismo social de las mujeres como sujetos históricos a través del arte en dos direcciones:

- **Representación de las mujeres en el arte** (discursos, realidades y protagonismos) aplicando el modelo scottiano (Joan W. Scott) que supone:
 - Buscar *modelos y discursos sobre la feminidad* (positivos y negativos – misoginia –)
 - Buscar *reparto de funciones* entre los géneros (compartidas, femeninas o masculinas), *protagonismos individuales y espacios de feminidad*, así como *referentes de poder y creación femeninos*
 - *Trabajar por presencia y ausencia*: la ausencia puede conducirnos a los límites, a la discriminación femenina y a explicarla.
 - Buscar *respuestas de las mujeres* a las opciones y límites en el sistema. Valoramos la *actividad y la pasividad* como formas de protagonismo *que significa*
- **Mujeres creadoras y vitalización de su obra en los museos.**

Las fuentes museísticas también nos permiten trabajar las **diferencias entre mujeres** en función de variables clásicas (clase, religión, etnia/cultura) u otras que nos parezcan oportunas (mundo laico/religioso; mundo urbano/mundo rural, por ejemplo), pero, desde nuestra perspectiva, lo que nos interesa esencialmente son las *posibilidades de ser personal y socialmente respecto a sus iguales*. Y a ello pueden conducirnos las preguntas que nos dejan abiertas las obras expuestas en museos, especialmente las iconografías relacionales.

Para su análisis ha sido esencial tener en cuenta los **lenguajes del arte**: posición, tamaño, gesto, dirección de la mirada...que nos ayudan a captar jerarquías, simetrías y asimetrías, reparto de tareas, ... pero también ironía, queja, conflicto, naturalización de una forma relacional...

El **conocimiento de las historias** que hay detrás de ciertas representaciones se hace imprescindible para poder dar sentido al mensaje que puede emitirnos. La utilización de las representaciones mitológicas abre caminos excelentes para el análisis crítico de discursos sobre los géneros, sobre conductas legitimadas o cuestionadas por la iniciativa divina (decisiones sobre el cuerpo de las mujeres, conflictos y violencia de género, por ejemplo).

Los itinerarios también persiguen que, tras su realización, la interrogación ante las obras sea una práctica cotidiana en la búsqueda del sentido que las inspiró en su contexto (intencionalidad, situaciones sociales en que pudo inspirarse, discurso sobre las mujeres y las relaciones de género que refleja o permite intuir...). Buscando, siempre que sea posible, relaciones con el presente a través del discurso que contiene o la situación o temática social que presenta y que permitirá pensar permanencias y/o cambios, sus tiempos y sus posibles porqués.

Cronología del proyecto

La cronología de estas actividades se ha prolongado entre 2009 y 2016. En 2010 se presentaron los dos primeros itinerarios: uno para la *Exposición de obras maestras* del Museo Arqueológico Nacional (MAN), bajo el nombre ***Itinerario en Femenino***, y otro para el Museo Nacional de Arte Contemporáneo Reina Sofía bajo el nombre ***Feminismos: una mirada feminista sobre las vanguardias***, que ha permanecido como actividad del Museo hasta, al menos, el año pasado.

Ese mismo año, como acción derivada, se planificaba por el Ministerio de Cultura el Proyecto de Exposiciones en web *Patrimonio en femenino*, que sacaba su primera edición en 2011. Nuestro grupo seleccionó las piezas entre las propuestas por los Museos, las organizó en 5 categorías y seleccionó a dos personas para asesorar, con nuestro apoyo, a los museos participantes. Desde entonces se han editado 5 proyectos más en los que pueden encontrar ideas e información sobre lectura feminista y de género de obras de diverso tipo que pueden apoyar el trabajo en el aula y orientar líneas de análisis en esta metodología. Todos pueden encontrarse en la web www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/museos/mc/ceres/catalogos/

En 2011 presentamos el Itinerario ***Las mujeres y el poder*** y, un año después, ***Los trabajos de las mujeres***, ambos en el Museo del Prado, que fueron acompañados de una audio-guía y un plano de situación de las obras.

En 2012, la empresaria Gusi Bertomeu nos propuso virtualizar los Itinerarios realizados y elaborar uno más para el Museo Nacional de Cerámica González Martín, de Valencia, así como ***Guías didácticas*** para todos ellos.

La Guías didácticas se elaboraron con la finalidad de llegar más allá de las posibilidades que ofrecían los Itinerarios e implicar a profesorado y alumnado desde perspectivas diversas y más activas intelectualmente. Así, deberían invitar o entrenar en:

- Pensar el sentido de las obras como si fueran discursos publicitarios: ¿qué nos querrán decir?
- Relacionar las situaciones con la aportación de las mujeres a la dinámica de las sociedades: conocimientos, trabajos, cuidados... pero también: peligros, discriminaciones, problemas, transgresiones... Y dirigirles hacia la comprobación de sus hipótesis a través de otras fuentes primarias o secundarias.
- Buscar información sobre mujeres creadoras *con nombre propio*, aconsejando el uso de nuevas tecnologías.
- Relacionar las situaciones representadas en las obras con realidades observadas o conocidas en la vida cotidiana de su propio tiempo.
- Pensar sobre la ausencia de obra de mujeres o en la relación en la que están respecto a la obra de varones en las exposiciones visitadas.
- Crear obras personales a partir de las ideas generadas en las aulas o visitas a museos y exposiciones.

En 2014 se presentó el Itinerario ***Cuerpos modelables*** para el Museo del Traje – en el que se implica especialmente Yolanda Beteta, becaria en el proyecto – que ampliaba el elaborado por el personal del Museo.

En 2015 presentamos el itinerario ***Las mujeres en Roma*** y en 2016 ***La construcción del género en Grecia*** ambos para el recién reinaugurado Museo Arqueológico Nacional. El trabajo había continuado a pesar de la finalización de la colaboración MCEyD y UCM, y de la financiación, desde 2011.

Todo el proyecto se incorporó en la página web que decidimos llamar www.museosenfemenino.es, aún activa.

Un trabajo de colaboración Universidad-Museos

El proyecto ha sido un trabajo de exquisita colaboración de los equipos de los diferentes Museos con el equipo del Instituto de Investigaciones Feministas de la UCM y las personas que asociamos como becarias. Y cómo hemos procedido:

1: *Contacto con los equipos del museo para exponer la idea*, visita conjunta para conocer la colección expuesta, reflexión sobre posibilidades de itinerarios conceptuales de género y elección entre las mismas, así como de las obras que podrían apoyar el seleccionado. Se tiene en cuenta la localización de las obras para que el grupo pueda situarse frente a ellas sin problemas y sin cerrar tránsito.

La organización de los Museos dio lugar a **dos formatos de itinerario**: *Itinerario por obras* – localizadas en su sala – e *Itinerario por Salas* – con referencia a las obras –. El primero se ha aplicado en los *Itinerarios* para el Museo del Prado; el segundo en el Museo Reina Sofía y Museo Arqueológico. En el Museo del Traje se han seleccionado piezas que permitieran explicar su relación con la evolución de la concepción del cuerpo y funciones de las mujeres. En el Museo Nacional de Cerámica se ha trabajado por salas aprovechando también las decoraciones de techos y paredes, así como mobiliario y objetos femeninos de adorno y uso cotidiano, lo que ha permitido avanzar metodológicamente con objetos museísticos alternativos a los que ofrecían los otros museos.

2: *Selección definitiva de obras*: 15/16 máximo. Trabajamos las posibilidades conceptuales de cada una evitando reiteraciones. Procedemos a la redacción de textos de espacio limitado. Revisamos conjuntamente todos los textos para hacer sugerencias y homogeneizar lenguajes.

3: El *texto predefinitivo se pasa al Museo* para su revisión y posibles aportaciones.

4: Aprobación del *texto definitivo*.

Los Itinerarios: algunos ejemplos

Las iconografías religiosas (cualquier origen) y costumbristas, los retratos, los objetos de la cultura material... nos permiten acercarnos a los discursos dominantes sobre los géneros desde diferentes puntos de vista, al reparto de tareas entre hombres y mujeres y a mujeres con nombre propio e importante protagonismo y reconocimiento en su tiempo que la historiografía frecuentemente olvidó.

1: Los *discursos*. Entre los discursos dominantes son importantes los de la mujer tentación y peligro (Eva, Judith, Dalila...), la mujer-madre – en sus niveles de gestación, lactación, cuidado y educación) y esposa (discreta, escucha, sirve, comparte...– observar retratos de matrimonio y familia –), la santa o heroína que muere por una idea o pensamiento (a veces a mano de otros, a veces de ella misma), la prostituta... La pintura – y conviene subrayarlo para su aprovechamiento docente – también visibiliza niveles de colaboración entre los géneros que la historiografía tradicionalmente oculta.

En las obras seleccionadas también se hacen visibles discursos que abren vías de trabajo muy enriquecedoras como referentes de feminidad: referentes de poder y creación femenina en retrato (diferentes soportes), imágenes simbólicas de poder femenino (diosas, musas, figuras mitológicas, ...) y de activi-

dades alternativas a las clásicas de feminidad (mujeres lectoras, mujeres defendiendo territorios, mujeres mecenas, mujeres regentes o gobernadoras de Estados, mujeres en actividades de consideración “varonil”...)

Y, desde luego, el potente discurso que supone la ausencia, que nos conduce a la discriminación y a los argumentos con que quiso justificarse. Con ellos entramos también en el siguiente nivel:

2: El reparto de funciones sociales y jerarquías de género que, si bien nos hace visible la asimetría en las posibilidades de ser social, también nos permite poner en valor social trabajos y funciones sociales de las mujeres no considerados en la historiografía y, por tanto, desvalorizadas al quedar fuera de la memoria social que mantiene la historia. En este ámbito nos sirven todas las iconografías, cualquiera que sea su soporte y formato (pintura, escultura, monedas, cerámicas, artesanías textiles...) y las lápidas que dejan memoria individual o laboral de las mujeres.

En el estudio de las relaciones de género nos parece importante marcar tres ámbitos de diferenciación: *el privado* (interpersonal, de los afectos, la sexualidad, la colaboración, el conflicto...) el *doméstico* (familiar, maternidad, cuidado, trabajos asociados a hombres y mujeres en la unidad familiar y gestión de los mismos) y el *público* (con importante atención a la exclusión y discriminación que supone la ausencia femenina).

En esta línea se planteó el Itinerario *Los trabajos de las mujeres* para el Museo del Prado, en el que además de los trabajos habitualmente considerados de agricultura, industria textil o comercio al por menor, se hacen visibles los trabajos de maternidad, educación y cuidado, lavanderas, pintoras, fundadoras de órdenes religiosas, escritoras o actrices y empresarias de teatro. Es decir, la diversidad en el mundo laboral femenino. Sean trabajos en colaboración masculina o no, nos llevan a adentrarnos en saberes de las mujeres, a dónde se forman para ellos, a qué beneficios les reportan, qué consideración social tienen, etc. Y también pueden llevarnos a espacio de sociabilidad femenina como lavaderos, talleres de hilado y costura, la fuente, el mercado o el convento, entre otros.

El Museo Nacional de Cerámica González Martín, cuyo patio de entrada nos acerca a dioses, diosas y figuras metafóricas de la producción en el mundo clásico, nos permite introducirnos en los trabajos de las mujeres a través de ellas: trabajos reales (agricultura, trabajo de la seda) y trabajos que les estuvieron vetados pero de los que son representación como símbolo (arquitectura o justicia, por ejemplo) y que nos permiten hablar de los cambios y conquistas de las mujeres y de sus tiempos.

También encontramos los trabajos en los itinerarios para Grecia y Roma a través de los objetos que se asocian a niñas y mujeres, en las tareas de atención y cuidado en el nacer y el morir, en las funciones de mediadoras con la divinidad (sacerdotisas), en las referencias el servicio personal como esclavas o sirvientas, en las medallas conmemorativas como Augustas y en las colecciones fotográficas que expone el Museo Reina Sofía.

El Museo del Traje nos conduce por nodrizas, modelos, diseñadoras y empresarias de moda, por mujeres donantes que enriquecen sus colecciones... pero también nos permiten adentrarnos en las mujeres que desarrollan los proyectos de moda en los talleres de costura. A través de sus escasos nombres y sus trayectorias podemos adentrarnos en las posibilidades de formación, creación y comercialización de obra por las mujeres, en sus límites, en el porqué de su ausencia en las salas de los principales museos.

Entre los trabajos no puede faltar, obviamente, la creación artística femenina. El Museo Nacional del Prado y Museo Nacional de Cerámica (Valencia) nos ofrecen algunos nombres de creadoras en sus salas. El segundo también nos permite hablar de iconografías de creación popular femenina, del que es buen ejemplo el llamado *Plato de Boda*, diseñado por trabajadoras de la fábrica de cerámica para la vajilla de su ajuar. En el Museo Reina Sofía el número de creadoras con obra en la exposición permanente sigue siendo reducido en relación a las posibilidades que ofrece nuestro tiempo. En el itinerario *Feminismos* hemos incluido obra de María Blanchard, Maruja Mallo y Ángeles Santos.

En dos de los itinerarios han tenido un significado importante la relación de las mujeres con el poder a través de retratos de mujeres de la Corte y la nobleza y de esculturas y retratos en piedra de mecenas y emperatrices romanas.

Esta retratística nos ha permitido visibilizar y poner en valor a mujeres que tuvieron poder y reconocimiento social en su tiempo en términos políticos, económicos, culturales o sociales; recuperar y presentar genealogías femeninas significativas e ignoradas. Y, a través de sus biografías, entrar en aspectos que fueron comunes a las mujeres de su tiempo, aspectos relacionados con la vida cotidiana, con los problemas del ser mujer desde diferentes puntos de vista: discriminación en la herencia, educación y formación profesional; condicionamientos para el matrimonio; mortalidad y problemas derivados de la concepción, parto y posparto; límites para decidir sobre su propia vida... así como en resistencias y transgresiones femeninas, en reconocimientos en su tiempo, en iniciativas socio-culturales, fundaciones y mecenazgo...

Pensando en un alumnado de educación secundaria y en un público adulto, nos parecía esencial trabajar sobre el mundo de las relaciones interpersonales en el ámbito de lo privado, al que pueden conducirnos las iconografías de los afectos, los sentimientos, las emociones, la pareja, la familia, o el conflicto interpersonal. Las iconografías derivadas de los textos bíblicos y la mitología clásica juegan un papel esencial para el análisis de discursos de la misoginia, las relaciones interpersonales, la violencia de género, entre otros, desde una perspectiva de educación para la igualdad.

En cualquier caso, en todos los itinerarios y temáticas asociadas a ellos pretendemos una permanente conexión pasado-presente. No vamos al museo únicamente a ilustrarnos del pasado y sus canales de comunicación, sino a comparar el paisaje social que nos presentan, los discursos que emiten, con discursos y paisajes sociales de nuestro tiempo, con un sentido educativo que despierte el pensamiento crítico hacia las relaciones entre los géneros y la posición social que ocupan y deberían ocupar en un sistema democrático.

Por otra parte, no hay que olvidar que el propio edificio del Museo y sus colecciones nos pueden servir para hablar de las mujeres: por estar implicadas en la construcción del edificio que sirve de base, por haber donado o impulsado la exhibición de las obras, por estar al frente de su gestión en diferentes ámbitos...

Piensen en Isabel de Castilla, Catalina de Austria, María de Hungría o Isabel de Farnesio; Isabel de Braganza e Isabel II de Borbón respecto a Museo del Prado. En las mujeres que han impulsado o enriquecido museos con sus colecciones en tiempos recientes.

Entendemos que estos itinerarios – que pueden consultar en la web www.museosenfemenino.es. – han abierto una puerta a nuevas formas de trabajar en los museos, formas que no han entrado suficientemente en las aulas de los diferentes niveles educativos en España. Considero que, en esta tarea, en Portugal nos vais ganando la batalla. Educar en igualdad debe ser una tarea colectiva a la que deben incorporarse todas las instituciones y profesionales que tienen relación con el mundo de la educación, la cultura y las artes visuales. Pero este objetivo, que debería estar presente en los proyectos educativos, debe ser también un objetivo y un proyecto político para poder llegar a buen término.

**ESTUDOS SOBRE AS MULHERES
GÉNERO, SOCIEDADES E CULTURAS
PERCURSOS EM DEBATE**

História das Mulheres: subversão e desassossego

Teresa Pinto

CEMRI / Universidade Aberta

Resumo

Este texto procura partilhar um percurso reflexivo sobre a resistência da História à produção de ressignificações em função de novos conhecimentos resultantes das investigações históricas sobre as mulheres e a persistência de uma transmissão histórica que teima em obscurecer a ação das mulheres nos processos históricos. Após uma breve revisitação dos conceitos de *género*, de *documento/monumento* e de *lugares de memória* e sua triangulação na explicitação do caráter subversivo da História das Mulheres, apresenta-se uma situação exemplificativa de atribuição de novos sentidos a contextos históricos identitários de um Estado, proporcionados por novos dados da investigação sobre o protagonismo político das mulheres na história, e problematizam-se as razões do clima de desassossego por ela gerado.

Palavras-chave: História das Mulheres; ressignificação histórica; D. Teresa de Leão; conhecimento histórico.

Introdução

Este texto reflete uma crescente inquietação que tenho sentido face às resistências que vou encontrando em diversos contextos institucionais quando o conhecimento histórico produzido no quadro da História das Mulheres abala mais fortemente noções enraizadas e naturalizadas, sobretudo se questionarem ou tão-só beliscarem algum dos fundamentos do nacionalismo ou da constituição do Estado político ou, ainda, se contrariarem a crença num *continuum* de conquistas das mulheres e, portanto, na afirmação da igualdade entre mulheres e homens desde inícios do século XX. A ênfase nas *conquistas* das mulheres escamoteia o facto de que, como alerta a historiadora Rose-Marie Lagrave, existe uma espécie de ilusão de ótica “que consiste em imputar a igualdade dos sexos à evolução positiva da condição feminina, esquecendo que ao mesmo tempo a condição masculina igualmente evoluiu” (Lagrave 1995, 505).

O que sempre me estimulou nos Estudos sobre as Mulheres é o seu potencial subversivo e, consequentemente, o seu contributo, relevante e inegável, para o debate teórico e metodológico no seio das várias ciências. No que respeita à História das Mulheres, que é o campo particular em que melhor me movo, interessa-me especialmente o seu contributo para a reconstrução do conhecimento histórico tendo por horizonte o seu compromisso com a verdade, estabelecendo a verdade como projeto. Esse projeto implica a reconstrução da História com H grande, ou seja, uma reinterpretação e uma reescrita da História e não apenas a inserção de informação complementar sobre as mulheres. É o próprio processo de construção do conhecimento que tem de ser revisto, ou seja, é a própria *operação historiográfica* (Certeau¹ 2002/ 1975), nas três dimensões que lhe são atribuídas por Michel de Certeau, que tem de ser radicalmente reformulada.

¹ Segundo o autor, a operação historiográfica articula-se com um lugar social de produção, é uma prática assente em procedimentos técnicos e num aparelho metodológico e, finalmente, é uma escrita.

Ao longo do texto pretendo refletir como o projeto de verdade embate frequentemente em fortes barreiras, alicerçadas em fundamentos pouco científicos, mas enraizados num sistema simbólico socialmente partilhado, defendido por diferentes vias e servindo distintos interesses e que, por isso, mantém a sua posição dominante. Desse modo, os complementos à História (História dos Homens) são bem tolerados e proliferam como presumíveis provas de mudança no *fazer história* (Jacques Le Goff e Pierre Nora 1977-1987), mas a alteração profunda do conhecimento feito, a substituição de uma História dos Homens com histórias de mulheres por uma História das Sociedades Humanas como sociedades sexuadas, encontra muitas resistências porque subverte princípios e valores sustentados num passado histórico fundador.

A História das Mulheres como subversão

A História das Mulheres, para além do trabalho de visibilidade das mulheres e da sua ação em todos os domínios da vida societal, tem sublinhado que a reconstrução do passado é configurada por cada presente a partir dos quadros sociais de que dispõe e da relação de forças entre a afirmação de determinados poderes hegemónicos e a resistência dos poderes silenciados. Por isso é que cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico.

Como lembra Alicia Puleo (Puleo 2004), a história tem sido uma história de vencedores e a posição marginal das mulheres no conhecimento histórico mostra como o discurso histórico é um local de enunciação de assimetrias sociais de género fundadas em relações de poder. A História das Mulheres confrontou a ciência histórica com a incongruência de se manter cega perante metade do seu objeto de estudo, limitandose a ser uma *“demihistoire en quelque sorte”* (Eliane Gubin 1994, 95), sendo que, como declara José Mattoso, *“não só se escreveu só a metade, como esta metade não tem sentido algum sem o resto”* (Mattoso 1993, 56).

A História das Mulheres propõe-se alargar o potencial explicativo procurando contrariar a fatalidade de um passado encerrado *“entre a falta e o excesso de memória”* (José Maria Silva Rosa 2006, 220) e reinterpretar a sociedade como um todo. Ao apreender a ação de mulheres e de homens sobre uma determinada realidade, bem como a forma como esta atua sobre umas e outros e conforma as suas relações e hierarquias, a História das Mulheres rompe com paradigmas do conhecimento histórico produzido. Como afirma Irene Vaquinhas, *“não é por acaso que a entrada da história das mulheres e do género na historiografia é considerada como uma das mutações mais profundas da historiografia ocidental desde os anos 1950... Sem dúvida que o continuará a ser”* (Irene Vaquinhas 2018, 118). Revisitando o projeto da obra *Fazer História*, dirigida por Jacques le Goff e Pierre Nora, penso que a História das Mulheres desafia radicalmente a História a *“definir-se como ciência da mudança, da transformação”* (Le Goff e Nora 1977, 14) contribuindo, também, para *“clarificar a história a fazer”* (*ibidem*). Essa história tem forçosamente que romper com a noção de neutralidade e aqui reside o seu carácter subversivo.

Neste processo afigura-se-me fundamental convocar a importância de uma triangulação conceptual que mobiliza o conceito de *género*, o conceito de *documento/monumento* e o conceito de *lugares de memória*.

O conceito de género, na aceção de “*grelha de leitura científica nova*”, nas palavras de Françoise Collin (Collin 1995, 348), é aplicável a todos os domínios do saber e, portanto, não se circunscreve às ciências sociais e humanas. Considerando, como expôs Joan W. Scott, que, “género é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percecionadas entre os sexos” (Scott 1988, 42) e tendo em conta que as relações sociais são historicamente situadas, o conceito de género i) questiona concepções essencialistas, ii) sublinha o carácter instável das categorias feminino e masculino, iii) questiona a intemporalidade da oposição binária entre as categorias M/F e iv) relativiza o peso excessivo conferido ao indivíduo no processo de construção do sujeito. A mesma autora enuncia, ainda, que o género é uma esfera primordial de enunciação do poder, pelo que as diferenças de género, ao corporizarem uma estrutura social hierarquizada repassada por relações de poder, afiguram-se sempre assimétricas. A introdução da dimensão do poder no conceito de género foi fundamental para desvincular a história das mulheres da história social, domínio considerado, à partida, privilegiado para o estudo das relações sociais entre os sexos, mas que deixava de fora áreas como as da política e do poder. A análise da interação dos poderes e dos contrapoderes que constituem a trama do tecido social tornou-se fundamental para compreender como é que historicamente, nas palavras de Françoise Thébaud, “*le pouvoir se dit dans le langage du genre (o poder é dito na linguagem do género)*” (Thébaud 2005, 64).

O conceito Foucaultiano de documento/monumento é fundamental no processo de subversão atrás enunciado porque enfatiza a operação que transforma todos os documentos em monumentos, ou seja, sustenta que qualquer documento só pode ser cientificamente utilizado se for criticado enquanto monumento, o que implica determinar as condições históricas da sua produção e proceder à sua desmontagem e desmistificação (Le Goff, 1984). Examinar cada documento como um monumento pressupõe aplicar princípios e procedimentos oriundos da arqueologia, de modo a encará-lo, não apenas como uma formação discursiva, mas como um *locus* de transformações interdiscursivas, cujas contradições, ao invés de constituírem um problema a superar por via da atribuição de coerência, interessam nos seus próprios termos e no modo como se articulam entre si.

O conceito operatório de lugares de memória (*lieux de mémoire*), desenvolvido por Pierre Nora (Nora 1998 e 1999), é outra ferramenta proficiente na análise das práticas sociais. O seu aspeto inovador consiste em ter deslocado a focagem do passado para a sua reutilização, para os rastros dos acontecimentos e das ações, para a sua manipulação, para os modos como se reelaboraram e se transmitiram, para as ressignificações a que foram sujeitos. A plasticidade do conceito favoreceu a sua adoção em diversos contextos historiográficos. Este conceito permite considerar uma gama infinita de objetos que vão de um local – Aljubarrota – a uma pessoa-memória – a padeira –, de uma noção – geração – a um emblema – o Zé Povinho –, com tudo o que significam simbolicamente no contexto nacional. Os lugares de memória são, como a memória, seletivos e, por isso, os elementos que integram são fruto de uma escolha que, de entre vários possíveis, elegeu e eliminou. Tal é o processo que determina, por

exemplo, a maior ou menor percentagem de mulheres celebrizadas na nomeação de ruas, nos Panteões nacionais, nos Prémios Nobel, nos funerais de Estado, para citar alguns exemplos.

O efeito da triangulação destes conceitos na prática da investigação histórica, ao surtir um triplo questionamento, implica necessariamente uma renovação da *operação historiográfica*, desestabilizando o lugar social de produção, no qual se insere a própria instituição histórica, e as estratégias da prática histórica, introduzindo desvios aos modelos explicativos do passado. O trabalho de desocultação dos “silêncios da História” (Michelle Perrot, 1998) pela História das Mulheres não se limita a dar existência à infinidade de não-ditos da produção historiográfica. O mero acréscimo de informação não implica forçosamente alterações na significabilidade daqueles modelos. O que resulta da aplicação da crítica histórica é a desconstrução da coerência dos modelos e discursos, construída a partir de um uso excessivo daquilo que se rememora, através de um efeito de “*sugestões repetidas*”, na expressão de José Manuel Sobral (Sobral 1998:40), como forma de compensar as lacunas e as omissões. Deste modo, é “insinuada uma falha na coerência científica de um presente” (Certeau, 1987:50) por via de uma alteração na historicização do presente, o que representa um abalo nos fundamentos das sociedades atuais. Acresce que, como postula Michel de Certeau, “a história é sempre ambivalente: o lugar que atribui ao passado é, igualmente, uma maneira de *dar lugar a um futuro*” (*Ibidem*). Esta é a dimensão da História das Mulheres que insinua um clima de desassossego no complexo societal no qual ela se inscreve e “que *permite* somente um tipo de produções e que *lhe proíbe* outros” (*Ibidem*:31). Podemos acrescentar que *lhe impõe* também limites à divulgação de nexos significativos que contrariam memórias, históricas e historiográficas, conformadoras da vida social atual.

D. Teresa de Leão. Um caso de desassossego

Quando a investigação, não só resgata as mulheres da perificidade a que foram votadas, mas logra também questionar a perificidade simbólica do que elas podem representar, provoca um desassossego e enfrenta uma petrificação de discursos hegemónicos e excludentes que validam o controlo do passado pelo poder, um poder que continua a perpetuar a prevalência de modos androcêntricos de produzir e transmitir conhecimento. Se ao nível da investigação histórica novas significações e sentidos suscitam controvérsias e debates, muitas vezes saudáveis, ao nível da história transmitida as novas interpretações podem colidir com as dos poderes instituídos sofrendo os efeitos do respetivo impacto.

São as situações com maior peso simbólico que mais se encontram protegidas por lembranças sucessivas inscritas na historiografia e reproduzidas pelo discurso político, marcado pela necessidade de legitimar com raízes históricas a unidade do Estado e o domínio masculino da esfera política. Inserir-se neste quadro as ações e decisões de mulheres que, no exercício de cargos de poder em diferentes contextos históricos, defenderam projetos políticos divergentes de outros intervenientes políticos, mas cujos atos são interpretados à margem das suas motivações políticas. Temos exemplos, também na História de Portugal, que ilustram como a imagem denegrada dessas mulheres nos continua a ser apresentada com base em razões de cariz irracional e não em argumentos da esfera política. Elas são analisadas como mulheres e não, por exemplo, como rainhas.

Num dos projetos em que estive envolvida, tive a oportunidade de vivenciar essa situação de desassossego, ao introduzir, numa publicação destinada ao ensino secundário, a abordagem da temática “As Mulheres e o Exercício do Poder” a partir de D. Teresa de Leão, no contexto da formação de Portugal, recorrendo aos resultados da investigação mais recente.

Conferir visibilidade à ação de D. Teresa e, mesmo, resgatá-la em parte da imagem negativa que ainda se perpetua em muitas obras, manuais escolares incluídos, e textos que grassam na internet, não coloca muitos problemas. Concretizando, já se começa a aceitar que não colhe evidência histórica a acusação que sobre ela ainda recai, em obras de divulgação, incluindo manuais escolares, de se ter apegado demasiado ao poder, recusando-se a passá-lo a seu filho D. Afonso Henriques, obrigando-o a tomá-lo pela força na batalha de S. Mamede. A rejeição, por falta de fundamento, das versões que afirmam que D. Afonso Henriques teria entrado em conflito com a mãe desde os seus 14 anos, em 1122, e que nessa data se teria armado a si próprio cavaleiro, também não causa muitas objeções. Nos livros de divulgação mais atualizados também já não se condena D. Teresa por traidora ao projeto de autonomia do condado Portucalense por causa das suas relações com um nobre Galego, o Conde de Trava, versão que persiste em manuais escolares dos primeiros níveis de escolaridade. Numa época em que os casamentos no seio da nobreza se estabeleciam com objetivos políticos, a inculpação de D. Teresa de trair o condado por motivos sentimentais evidencia uma interpretação que se baseia na subvalorização da política (estratega e racional) e na sobrevalorização da mulher (influenciável e afetiva), traduzindo uma representação das mulheres como seres instáveis e facilmente manipulados. Este tipo de construção discursiva nunca surge quando o governante é um homem. Como afirma Diva Muniz, “não por acaso, o protagonismo das mulheres e dos feminismos torna-se visível e dizível nas narrativas históricas apenas nos espaços da privacidade, da subjetividade e dos sentimentos” (Muniz 2015, 323). Recorde-se, também, que as representações sobre a domesticidade feminina e a maternidade, que herdámos da sociedade oitocentista, não são aplicáveis ao período medieval (Ángela Fernández Muñoz 2006).

O desassossego instalou-se quando as informações sobre o estatuto e a ação de D. Teresa lhe conferem um protagonismo que pode sombrear a preeminência de D. Afonso Henriques como o grande herói (o herói é por definição único) da constituição do reino de Portugal e da sua independência. Dos projetos políticos de D. Teresa de Leão, mulher de D. Henrique e mãe de D. Afonso Henriques não se fala em manuais e recursos escolares. Constata-se, então, que D. Teresa ou é referida negativamente por alegado abuso de poder, por alegada traição a favor dos nobres galegos ou por se amantizar com o Conde de Trava, ou então é silenciada numa sugerida inação e relegada à inexistência.

Quais foram os projetos políticos alimentados por D. Teresa de Leão que tanto incómodo causaram e parece continuarem a suscitar? Por que razão a abordagem da formação do reino de Portugal, nomeadamente a nível da história contada e transmitida às gerações mais novas, continua a oscilar entre a denigração e o obscurecimento? O problema parece residir no poder que ela efetivamente deteve e que pode sustentar argumentos a favor da hipótese de ter sido ela a primeira rainha de Portugal, como ousou afirmar afoitamente o historiador Marsilio Cassotti, de origem argentina, menos comprometido com os símbolos de poder nacionais, ao intitular um dos seus livros de divulgação histórica *D. Teresa*,

primeira rainha de Portugal (Cassotti 2008). Muitos são os dados novos que têm vindo a lume na investigação dos últimos anos sobre a ação e o estatuto de D. Teresa na sua época, mas convém sublinhar que o protagonismo de D. Teresa é afirmado com muito cuidado na historiografia portuguesa recente.

Que dados convergem no sentido de tornar verosímil a hipótese de que antes de D. Afonso Henriques sua mãe já era rainha de Portugal e que as origens da independência de Portugal se devem também e manifestamente à ação política de uma mulher? Não cabe neste texto uma apresentação exaustiva de todos os factos que envolvem a vida política de D. Teresa de Leão, mas podem destacar-se alguns dados significativos (Teresa Pinto 2017).

D. Teresa era rainha e assim se designou após a morte de seu pai, o rei D. Afonso VI de Leão, porque, segundo o código visigótico, prevalecente na Península Ibérica até meados do século XII, filha de rei era rainha. Como afirma Maria do Rosário Ferreira

(...) o costume autóctone, enraizado nas tradições de certas regiões do norte peninsular, que – em épocas mais ou menos remotas, mas com reflexos na organização social das populações ainda nos finais da Alta Idade Média – parece ter feito incidir nas mulheres e na ascendência feminina as condições propiciatórias do uso do poder soberano (Ferreira 2010:13)

e a comprovar o reconhecimento coevo do seu estatuto, era tratada por rainha pelo Papa. Como comenta a mesma autora, “D. Teresa apoia-se numa sucessão genealógica que não excluiria as mulheres” e cita as palavras que, segundo a Primeira Crónica Portuguesa, proferiu e que traduzem a conceção do direito sucessório em que se baseava: “Minha é a terra e minha será porque meu pai el rei dom Afonso ma deixou” (Ferreira 2011:63). D. Afonso Henriques, nos documentos que produz a partir de 1128, assumindo já as rédeas do Condado, após a Batalha de S. Mamede, refere-se a D. Teresa como Rainha e a D. Henrique como Conde, mostrando como eram naturalmente assumidos os distintos estatutos de que uma e outro gozavam.

Naquele contexto histórico, havia lugar para a representação historiográfica do poder como atributo e prerrogativa de uma mulher que o detinha por direito e o exercia em seu nome pessoal e, por isso, as crónicas coevas de forma alguma contestam a sua legitimidade.

A entrada e afirmação em território hispânico do princípio da sucessão agnática, ou seja, da sucessão reservada a descendentes do sexo masculino (sancionada pela Lei Sállica) está associada à proteção dada pelo imperador Afonso VI de Leão a cavaleiros, monges e clérigos de origem francesa (Matto:2011), entre os quais se integravam D. Henrique de Borgonha e seu primo D. Raimundo de Borgonha, com quem casou D. Urraca de Leão.

É como filha do rei Afonso VI, que D. Teresa disputa com sua irmã, D. Urraca, a posse do reino da Galiza, que ambas pretendem incluir nas respetivas heranças. D. Teresa tem, pois, um projeto político,

que é o da constituição de um reino independente que unisse a Galiza ao Condado Portucalense e que ela e, depois, o seu filho governariam. O Conde D. Henrique, alimentou o projeto de independência do condado durante os seus 3 últimos anos de vida, depois da morte do rei de Leão seu sogro, mas D. Teresa alimentou o seu projeto, mais ambicioso, durante 16 anos, reclamando para si a Galiza com parte da herança de seu pai. O seu projeto implicava gerir dois círculos de apoio antagónicos, o dos barões portucalenses, que almejavam a autonomia de Portugal face à Galiza, e o das famílias da alta nobreza galega, como os Trava, cujo propósito era a reunificação entre Galiza e Portugal.

Após a morte do Conde D. Henrique, em 1112, D. Teresa assumiu o poder e praticou os atos próprios da sua função, governando durante 16 anos (1112-1128) e desenvolvendo uma atividade intensa, diplomática e militar. Diligenciou diplomaticamente junto da alta nobreza galega, de estatuto superior aos barões do Condado Portucalense, para conseguir alianças políticas para a concretização dos seus intentos, bem como junto de arcebispos e do Papa, para manter a autonomia do arcebispado de Braga e para obter o reconhecimento do domínio das terras que ia conquistando aos muçulmanos, para sul. A nível militar foram muitas as incursões e batalhas em territórios a norte e a sul do rio Minho, em que se confrontaram D. Teresa e D. Urraca e, depois da morte desta, em 1126, D. Teresa e o seu sobrinho D. Afonso VII, rei de Leão e Castela. Estes, todavia, assinaram a paz de Ricovado, pela qual D. Teresa, em troca da cedência das terras conquistadas no sul da Galiza, teria recebido do rei leonês, segundo as crónicas, o reconhecimento do título de rainha, categoria que ela já usava após ter sido como tal reconhecida pelo Papa, mas que nesta altura traduzia a irreversibilidade do processo de independência de Portugal.

A paz, porém, não seria muito duradoura, pois, perante a recusa da rainha D. Teresa em prestar-lhe vassalagem, D. Afonso VII invade Portugal em 1127 e cerca Guimarães, episódio que, segundo José Mattoso

“inspirou o episódio central da gesta de Egas Moniz, redigida século e meio mais tarde e que mostra Afonso Henriques como principal responsável pela resistência oferecida a Afonso VII (...) embora a referida gesta altere o sentido dos acontecimentos, ao pressupor uma autoridade pessoal do infante sobre o condado, quando ele apenas agia em nome da mãe” (1993b:56).

O ambicioso desígnio de D. Teresa colidiu com o projeto de autonomia dos barões do condado portucalense, que se foram desvinculando da homenagem a D. Teresa e que aproveitando a situação política favorável após o cerco de Guimarães se congregaram em torno de D. Afonso Henriques. Na Batalha de S. Mamede, em 1128, confrontaram-se militarmente dois projetos políticos. Venceu o da nobreza do norte de Portucale, encabeçada por D. Afonso Henriques, que, nas palavras de José Mattoso “apoderou-se da herança de D. Teresa pela força” (2011:66). Foi vencido o projeto de D. Teresa, de um reino que englobasse Portugal e a Galiza e no qual a alta nobreza galega relegaria para segundo plano os ricos-homens de Entre Douro e Minho. D. Teresa e o Conde de Trava retiraram-se para a Galiza e a rainha morreu dois anos depois.

A derrota de D. Teresa tranquilizou o rei de Leão e Castela, pois D. Afonso Henriques não mostrou intenção de reivindicar a Galiza e, segundo José Mattoso, data de 1140 o primeiro documento em que foi registado com o título de rei, pois até então usou apenas os títulos de príncipe ou de infante. Entretanto, a partir de 1135, data em que D. Afonso VII foi coroado Imperador da Hispânia, ficou legitimada a sua preponderância sobre outras unidades políticas com significativa expressão política na península, como os reinos, pelo que o reconhecimento de D. Afonso Henriques como rei deixou de constituir uma ameaça política e veio a concretizar-se em 1143, pelo Tratado de Zamora. A confirmação Papal, em 1179, consolida definitivamente a independência.

Os dados apresentados mostram que a fundação do reino de Portugal foi, como adverte Maria do Rosário Ferreira, “um processo político que se desenrolou no tempo e não um acontecimento que tivesse tido lugar numa data precisa” (Ferreira 2013:21). A complexidade dos processos e a pluralidade dos protagonistas e respetivas ações que neles intervêm e participam obriga a repensar uma interpretação histórica, nomeadamente na esfera política, assente em protagonismos individuais, (os heróis tão ao gosto das exacerbações nacionalistas), quase exclusivamente masculinos, a cujo vigor, determinação e decisão se atribui o essencial de certos acontecimentos considerados mais marcantes na evolução histórica. Uma análise histórica que alargue o seu espectro de protagonistas decisivos, optando por gerir a multiplicidade, poderá gerar um conhecimento histórico assente numa reinterpretação da complexidade das ações de mulheres e de homens e da sua interação como agentes de poder e de poderes diversos.

A ação política de D. Teresa, exemplificando formas de exercício do poder senhorial e do poder régio medievos no contexto ibérico, evidencia a sua integração nos complexos jogos de poder que se travavam no noroeste peninsular, com avanços e recuos do poder régio e dos processos de feudalização, e o papel enérgico e resolutivo que desempenhou no longo processo político de constituição e independência de Portugal.

Conclusão

Numa primeira fase da História das Mulheres procurou-se preencher os vazios do saber histórico com dados relativos ao passado das mulheres. Essa fase, embora numa perspetiva de aditamento, permitiu tomar consciência de que não só as mulheres tinham história, como era possível ir acedendo a ela através do labor investigativo. Renegada a história pela metade, problematizou-se a razão de ser de uma história das mulheres segregada da dos homens e a perspetiva da história relacional ganhou espaço e questiona o próprio conhecimento histórico, porque, relembando a afirmação de José Mattoso anteriormente citada, “(...) *esta metade não tem sentido algum sem o resto*” (Mattoso 1993, 56).

A elaboração deste sentido, afinal um sentido mais próximo do projeto de verdade, ou seja, uma resignificação dos sentidos construídos pelo processo hermenêutico, persiste como algo perturbador, um problema. A narração histórica resulta sempre de uma construção seletiva do passado, mas, simultaneamente, compensa as lacunas através de um esforço de atribuição de coerência e, portanto, de

sentido. Deste modo, a metade da história não tem sentido sem o resto, mas foram-lhe sendo atribuídos sentidos, cuja coerência oculta e bloqueia novos sentidos. Este é um dos maiores obstáculos ao impacto sobre a Grande História e, portanto, sobre a história ensinada, do conhecimento subversivo produzido pela História das Mulheres.

Referências bibliográficas

- Cassotti, Marsilio. 2008. *D. Teresa. A primeira rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Certeau, Michel de. 2002. *L'écriture de l'histoire*. 2ª ed. [1ª ed. 1975]. Paris: Gallimard.
- Certeau, Michel de. 1987. A operação histórica. In *Fazer História, vol. 1, Novos Problemas*, dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora, 17-58. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand.
- Collin, Françoise. 1995. Diferença e diferendo. A questão das mulheres na Filosofia. In *História das Mulheres no Ocidente, vol. 5*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, 315-349. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, Maria do Rosário. 2010. Urraca e Teresa: O Paradigma Perdido. *Guarecer on line* (8), [http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer\[1\].pdf](http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer[1].pdf) (acedido em 15 janeiro 2015)
- Ferreira, Maria do Rosário. 2011. Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência. *Cahiers d'études Hispaniques Médiévales* 34: 55-70.
- Ferreira, Maria do Rosário. 2013. O reino de Portugal na *Chronica Adefhonsi Imperatoris, e-Spania* (15), <http://e-spania.revues.org/22317> (acedido em 15 janeiro 2015)
- Gordon, Linda. 1991. What's new in Women's History. In *A Reader in Feminist Knowledge*, ed. Sneja Gunew, 73-82. London: Routledge.
- Gubin, Eliane. 1994. Histoire des femmes, histoire de genre, *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Etudes sur les Femmes*, 2: 89-103.
- Lagrave, Rose-Marie. 1995. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In *História das Mulheres no Ocidente, vol. 5*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, 501-539. Porto: Afrontamento.
- Le Goff, Jacques. 1984. Documento/Monumento. In *Enciclopédia Einaudi, vol.1, Memória e História*, dir. Ruggiero Romano, 95-106. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Le Goff, Jacques e Pierre Nora (dir.). 1977-1987. *Fazer História*, 3 vols. Venda Nova: Bertrand.
- Le Goff, Jacques e Pierre Nora. 1977. Apresentação. In *Fazer História*, dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora, 9-14. Venda Nova: Bertrand.
- Lerner, Gerda. 1976. Placing Women in History: a 1975 Perspective. In *Liberating Women's History. Theoretical and Critical Essays*, ed. Berenice Carroll, 357-367. Chicago: University of Illinois Press.
- Mattoso, José. 1993. Introdução ao painel «Estudos sobre as mulheres em Portugal». In *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Autores Vários, 55-57. Lisboa: CIDM.
- Mattoso, José. 2011. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates.
- Muniz, Diva do Couto Gontijo. 2015. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. *OPIS. Catalão* 15-2: 316-329.
- Muñoz Fernández, Ángela. 2006. Eran los bárbaros buenas personas? A propósito de la Edad Media, la historia de las Mujeres y Joan Scott. In *Joan Scott y las políticas de la Historia*. Ed. Cristina Borderías, 101-138. Barcelona: AEIHM-Icaria Ed.
- Nora, Pierre. 1998. La aventura de Les lieux de mémoire. In *Memoria e Historia*, ed. Josefina Cuesta Bustillo, 17-34. Madrid: Marcial Pons.
- Nora, Pierre. 1999. Les lieux de mémoire. In *L'histoire aujourd'hui*, coord. Jean-Claude Ruano-Borbolan, 343-348. Auxerre : Ed. Sciences Humaines.

- Perrot, Michelle. 1998. *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*. Paris: Flammarion.
- Pinto, Teresa. 2017. Reposicionando mulheres e homens na História Ensinada. In *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*, coord. Cristina C. Vieira, 367-421. Lisboa: CIG.
- Pinto, Teresa e Teresa Alvarez. 2014. Introdução: História, História das mulheres, História de género. Produção e transmissão do conhecimento Histórico. *ex aequo* 30, 9-21.
- Puleo, Alicia H. 2004. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projecto de futuro". In *Políticas públicas e igualdade de gênero*, eds. Tatau Godinho e Maria Lúcia Silveira, 13-34. São Paulo: Coordenaria Especial da Mulher/ Prefeitura do Município de S. Paulo.
- Ricoeur, Paul. 2000. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris : Seuil.
- Rosa, José Maria Silva. 2006. Destruição da fatalidade: para um uso crítico da memória. In *A Filosofia de Paul Ricoeur. Temas e percursos*, coord. Fernanda Henriques, 217-228. Coimbra: Ariadne Editora.
- Scott, Joan Wallach. 1988. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In *Gender and the Politics of History*, ed. Joan Scott, 28-50. New York: Columbia University Press.
- Scott, Joan Wallach. 1992. História das Mulheres. In *A Escrita da História. Novas Perspectivas*, ed. Peter Burke, 63-95. S. Paulo: Editora UNESP.
- Sobral, José Manuel. 1998. Memória social e identidade. Experiências individuais, experiências colectivas. In *A História: entre memória e invenção*, coord. Pedro Cardim, 35-60. Mem Martins: Publ. Europa-América.
- Thébaud, Françoise. 2005. Sexe et genre. In *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, dir. Margaret Maruani, 59-66. Paris: La Découverte.
- Vaquinhas, Irene. 2018. Memória e História das mulheres e de Género: uma reflexão a partir do caso português. In *Memória Coletiva. Memória Individual e História Cultural*, org. Rosangela Patriota e Alcides Freire Ramos, 98-129. S. Paulo: Edições Verona.

Centro e margens no discurso amoroso de autoria feminina do período barroco: percursos e questões

Anabelo Galhardo Couto
IADE / Universidade Europeia

Resumo

Este artigo reflete sobre a relação centro/margens no discurso amoroso de autoria feminina do período barroco. Partindo de um *corpus* poético das autoras portuguesas Sórora Violante do Céu, Sórora Maria do Céu e Leonarda Gil da Gama (Sórora Madalena da Glória), revela-se o modo como estas vozes líricas femininas retomam, subvertem e transgridem os tópicos da cartografia amorosa hipercodificada dominante na época, neles introduzindo pontos de fuga que alargam o universo do discurso literário sobre o amor.

Palavras-chave: Discurso amoroso/ Sórora Violante do Céu/ Sórora Maria do Céu/ Leonarda Gil da Gama/ dialética centro-margens.

O discurso amoroso da época barroca veiculado pela poesia lírica portuguesa corresponde, em boa parte, ao edifício do amor idealizado de perfil cortês, petrarquista e neoplatónico que ganhou expressão maior em Camões, tendo vindo a cristalizar-se, nos séculos XVII e XVIII, em poetas como António da Fonseca Soares, Gerardo Escobar, Francisco de Portugal, Francisco Manuel de Melo, e tantos outros, tal como Vítor Aguiar e Silva (1971) evidenciou.

Como se sabe, esta é uma faceta dominante do discurso amoroso que atravessa com grande regularidade mais de dois séculos de produção literária e se impõe ainda como hegemónica no período de que nos ocupamos.

De um modo geral, esse discurso amoroso reserva à figura feminina o papel de musa inspiradora, objeto de desejo, ou pretexto para o canto de exaltação amorosa do sujeito, quase sempre identificado com a figura masculina. Masculino e feminino, sujeito e objeto do discurso têm um lugar demarcado e praticamente intransferível nesse edifício. Trata-se de uma erótica espartilhada entre sujeito-do-discurso-amante e objeto-do-discurso-amada, deixando pouco espaço para a intervenção do feminino enquanto sujeito.

Neste contexto, torna-se interessante encarar alguma da produção lírica de autoria feminina produzida em Portugal, entre os séculos XVII e XVIII, procurando perceber qual o laço que tal produção feminina, proveniente de um lugar marginal, estabelece com os elementos conceptuais daquele edifício amatório canónico, tomado como centro.

Para tal, partimos de um conjunto de textos poéticos de Sórora Violante do Céu, de Sórora Maria do Céu e de Leonarda Gil da Gama (Sórora Madalena da Glória). Da primeira, incidimos nas composições de índole amorosa incluídas em *Rimas Várias* (1646).¹ De Sórora Maria do Céu, fixámo-nos num conjunto de composições manuscritas, poemas galantes e de circunstância, incluídos na correspondência trocada entre aquela monja e a duquesa castelhana de Medinaceli, D. Teresa de Moncada y Benevides.² Por fim, contámos com a série de composições “Ramalhete colhido pela melancolia no campo do divertimento” inserida em *Orbe Celeste* (1742) de Sórora Madalena da Glória, que assina com o pseudónimo Leonarda Gil da Gama, e ainda com outras composições da mesma autora incluídas nas narrativas alegóricas *Brados do Desengano* (1736) e *Reino da Babilónia* (1749).³

A partir do diálogo com esses textos, este artigo visa, então, refletir sobre o modo como se articula a relação centro/periferia, norma/margem, no quadro do discurso amoroso, enfatizando o contributo das marginalidades femininas para uma cartografia amorosa seiscentista no contexto lusófono.

Conforme se referiu, uma das vertentes dominantes do discurso amoroso configura um conceito de amor idealizado de procedência cortês, petrarquista e neoplatónico que no período barroco se exacerbou e cristalizou. Referimo-nos à conceção que atravessa uma tradição heteróclita e compósita de contornos imprecisos, abarcando a gama de amor cavaleiresco derivado do *fin’amors*, o amor puro de Petrarca e do *dolce stil novo*, as filosofias amatórias dos tratados neoplatónicos renascentistas (por exemplo os de Ficino ou de Léon Hebreu)⁴ bem como a erótica convencional da idade de ouro castelhana. Alexander Parker (1985) resume esse conceito como o amor impossível por uma mulher inalcançável no qual há uma continência forçada que provoca sofrimento, aceite como prova de amor.⁵ Com múltiplas variantes, este conceito de amor de raiz cortesã e galante exprime a aspiração a esse sentimento puro, nobre e idealizado, indissociável do sofrimento, como via de purificação.

Pese embora as diferentes modulações e matizes, é inegável que na produção lírica portuguesa pelo menos até ao período barroco – de Bernardim Ribeiro, a Camões, de Francisco Manuel de Melo a Francisco de Portugal, de António da Fonseca Soares a Barbosa Bacelar ou a Gerardo Escobar – é bem visível uma linguagem dos afetos em que a idealização e a nobreza intrínsecas do sentimento, o enaltecimento da figura da amada, a aceitação do sofrimento como parte do serviço amoroso se mantêm como matriz, desdobrando-se numa panóplia de facetas, não deixando, muito embora, de conviver com outras fórmula amorosas de menor expressão, que vão do anti petrarquismo ao erotismo sensual.

Trata-se aquele de um discurso amoroso altamente codificado e convencional, marcado por um conjunto de temas, motivos e figuras que passam de autor para autor, que ao longo dos anos se vai reconfigurando.

¹ Céu, Sórora Violante (1646). Utilizámos a edição de *Rimas Várias* a cargo de Margarida Vieira Mendes (1994).

² Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa «Cartas em prosa e em verso à Duquesa de Medinaceli, D. Teresa de Moncada y Benevides e a sua filha D. Maria del Rosario» (Caixa 24-X-23, nº1). Utilizámos a transcrição das cartas tal como se apresenta na Dissertação de Mestrado Maria do Céu Sousa Ferreira (2012).

³ Madalena Eufémia de Vilhena, religiosa do Mosteiro da Esperança sob o nome de Madalena da Glória usou o pseudónimo literário Leonarda Gil da Gama.

⁴ Veja-se *Sopra lo Amore ovvero il Convito di Platone* de Marsilio Ficino, ou de *Dialoghi d’amore* de Leon Hebreu. A *Arte de Galantaria* de Francisco de Portugal, *Cristais da Alma* de Gerardo Escobar ou *Poderes de Amor* do P. António Pereira da Fonseca.

⁵ Ver também: Irving Singer (1984); Otis Green (1969); Clive Lewis (1936).

Acerca dos lugares-chave desse discurso amatório de feição idealizada ocupámo-nos em *Uma Arte de Amar: Ensaio para uma Cartografia Amorosa* (Anabela Couto 2006). A glória de amar, os tormentos do amor, o sofrimento da saudade, a celebração da beleza da amada, o rigor e a crueldade da dama, a submissão do amante, o abandono, a ofensa, são alguns dos tópicos que integram essa cartografia amorosa, constituindo parte fundamental do repertório do dizível amoroso que a época praticou.

Estes temas são expressos numa retórica amorosa tipificada, em que motivos e símiles como as flechas, os laços e cadeias, os incêndios, os rios de lágrimas, explorados até à exaustão, desenham a colorida paisagem metafórica através da qual toda uma época expressou o amor. A brancura e frieza da neve, os cabelos de ouro, os olhos de luz, as faces de rosa, as açucenas e jasmims são outras tantas expressões-chave desse repertório, a servirem, desta feita, o esmerado quadro da beleza feminina.⁶

Como se coloca a produção escrita por mulheres face a tal aparelho dominante?

Releitura/ apropriação dos tópicos

Como se sabe, neste período, a instituição literária reservou às mulheres, enquanto autoras, um lugar marginal, mais ou menos tolerável consoante o seu estatuto social e condição.⁷ Partindo de um lugar periférico relativamente à instituição literária, as nossas escritoras estabelecem com o centro uma dialética particular a que não é alheio o seu estatuto de mulheres religiosas. Com a autoridade que esse estatuto lhes confere, estas vozes líricas femininas apropriam-se, enquanto sujeitos, dos tópicos da cartografia amorosa hipercodificada que a época desenvolveu, fazendo-os seus, imprimindo-lhes subtis fissuras e inflexões particulares, ora prolongando-os, ora subvertendo-os e transgredindo-os. Em “Labirintos de Eros: Ruptura e transgressão no discurso amoroso de Violante do Céu” (Chatarina Edfeldt e Anabela Couto 2008, 63-93) esboçámos esta hipótese a propósito da poesia de Violante do Céu, que agora aprofundamos e alargamos. Tal parece ser também, em linhas gerais, a orientação seguida por algumas autoras castelhanas do mesmo período (Julián Olivares 2012; Gwyn Fox 2008).

A leitura dos textos poéticos que constituem o *corpus* do presente artigo revela, desde logo, que, em matéria de amor profano, a produção das nossas autoras se enquadra perfeitamente nesse edifício do amor idealizado, manejando com sensibilidade e arte os temas desse sistema amatório, expressos na retórica sofisticada que lhe é peculiar.

Deparamos, assim, com vários poemas - alguns correspondendo a jogos de salão e de corte, outros a glosas de motes previamente distribuídos em certames ou “sortes” - que reinventam uma galeria de tópicos codificados: a glória de amar, os tormentos do amor, a saudade, o ciúme, a ofensa, as queixas, o abandono, etc.

⁶ Cf. Anabela Couto (2006,93-96). Veja-se também: Fasten (1969); Rita Marnoto (1994); Maria Lucília Pires (1982); Aníbal Castro (1984).

⁷ Isabel Morujão (2013, Cap I). Anabela Couto (2002), Chatarina Edfeldt (2005). Nieves Baranda Leturio (2014).

Nessas composições, o sujeito poético figura o papel do amante que se dirige à amada, num processo de travestismo sexual equiparável ao que ocorre nos cantares de amigo, mas de sentido inverso.⁸

É o caso da composição de Sórora Violante do Céu dirigida a Célia, que plasma o tópico da glória de amar. O poema abre com a expressão das inevitáveis dúvidas acerca da autenticidade do sentimento amoroso — *Se mis dudas te entristecen/Celia mia de mis ojos*— mas apenas para tornar mais veemente a canónica exaltação do amor correspondido e exemplar, que encerra o romance:

*Reciprocamente amantes
vivamos siempre dichosos,
ya siendo envidia de algunos
ya siendo ejemplo de todos. (Céu 1994, 175)*

Processo de reelaboração similar ocorre em “A uma Saudade” de Leonarda Gil da Gama, invocação desse tema central da cartografia do amor idealizado, que é o sofrimento da saudade como forma de apuramento do amor. O soneto de *Brados do Desengano* revisita o tópico da ausência, chamando à cena da enunciação um sujeito poético que se dirige a Marsida. Expressando o tormento da saudade, num jogo conceituoso, a que não faltam os hiperbólicos “rios de lágrimas”, o soneto equipara a mágoa da saudade à morte em vida, instrumento maior do enobrecimento do sentimento amoroso:

*Marsida, nesta ausência impaciente
A vida vejo tão contrária à sorte
que padeço na vida a mesma morte
morrendo ao golpe de viver ausente.
(...)
Em rios os meus olhos transformados,
E em tormenta desfeito o pensamento,
Só na fineza salvo os meus cuidados. (Gama 1736, 142)*

Veja-se, ainda, um exemplo da típica declaração amorosa unindo os tão celebrados tópicos da beleza e superioridade da amada com o tópico da indignidade/submissão do amante no romance de Leonarda Gil da Gama de *Orbe Celeste*. Interpelando Leónida, o sujeito poético masculino profere:

*Escucha bela Leonida,
Hermosissima deidad,
De quien amante mi pecho
Es indigno, y corto altar.
(...)*

⁸ Sobre as figuras de enunciação na poesia de Sorora Violante do Céu ver María Dolores Marto Pérez (2014: 422-438). Ver também de Amanda Powell “Multiple voices in love poems to women by Marcia Belisarda in Olivares” (2009).

*Si te cansa por más fina
Mi rendida voluntad,
Podré callar que te amo,
Pero no dexar de amar. (Gama 1742, 306)*

Curiosa é também a recuperação que a mesma Autora faz das antigas disputas de amor que se comprazem em debater questões de casuística. É o caso da composição intitulada: “Confessa que é menos mal chorar a morte de quem ama, que sofrer os ciúmes que desacreditam”. (Gama 1742, 287). Neste poema, o amante interpela o deus de amor sobre qual o sentimento mais digno, a dor do ciúme ou o sofrimento pela morte da amada, concluindo que “sufrir zelos es baxeza”. Pertencerá também a esta linha temática a oitava “ É maior mal o ciúme, que as saudades se define nestas oitavas” (Gama 1742, 303).

Produzidas por mulheres que configuram e ficionam um locutor neutro ou gramaticalmente masculino, estas composições só aparentemente mantêm intacta a integridade do aparelho sujeito masculino que ama/objeto feminino-amada. Empréstado aos velhos tópicos uma feição apelativa e uma sugestão de intimismo, ainda que virtuosamente construída, num recorte de aparente fundo vivido, conferem novas tonalidades à gramática amorosa dominante.

Figuração do sujeito feminino amante

A dialética norma/margem ganha contornos de infração, porém, quando se está perante um discurso que ficciona declaradamente o prisma da mulher, enquanto sujeito-amante ativo. Particularmente relevante, a este propósito, é a série de poemas em que se assiste à expressão do amor a partir do ponto de vista explícito da mulher que ama.

Tal como Virgínia Woolf (1996) ou Simone de Beauvoir (1949) há muito apontaram, no pensamento e na arte ocidentais as mulheres são mais frequentemente encaradas como objectos passivos do que como sujeitos ativos. Ou, nas palavras de Luce Irigaray: “Toute théorie du ‘sujet’ aura toujours été approprié au masculin” (Irigaray 1974,165). Produzido a partir de um ponto de vista marcadamente masculino, o discurso lírico hegemónico não constitui exceção. Assim, a relação com o discurso normativo assume-se como transgressão, quando se está agora perante um discurso que configura a subjetividade feminina, enquanto sujeito-amante (Couto 2008, 76).

Sublinhando esta tendência, são várias as composições em que a um sujeito poético gramaticalmente feminino se associam os temas-chave da tradição lírica idealizada — a glória de amar, o sofrimento de amor, a ausência, a mudança ou abandono, o elogio do ser amado — vistos, agora, do prisma da mulher amante, o que lhe introduz colorações significativamente diversas.

Salientamos, neste passo, as composições de Violante do Céu em que um sujeito poético feminino se dirige ao amado, que poderá ser Anfriso, Salício, Menandro, Silvano, Lauro, Lisardo, Fábio, etc. São nomes literários a designar os novos destinatários dos enleios sentimentais, os novos objetos de amor,

que se somam às muitas Amarílis, Nises, Fílis, Lisis, Clóris, etc., que até aí dominavam a onomástica literária amorosa e que doravante passarão também a integrá-la.

Pedra angular na expressão desse sujeito feminino amante é também o tópico da ausência, tema caro à tradição secular do canto feminino, que no período barroco se tornou obsessivo e que nas nossas Autoras se reveste de importância assinalada.

A dor da saudade, explorada mediante os jogos de antítese, que fizeram as delícias da época, é plasmada em melodiosas arquiteturas formais que assimilam a ausência à morte, por exemplo, nos belíssimos sonetos de Violante do Céu de que nos ocupámos já em diversas ocasiões (Couto 2002).

É o caso do poema que começa:

*Vida que não acaba de acabar-se
chegando já de vós a despedir-se,
ou deixa por sentida de sentir-se,
ou pode de imortal acreditar-se. (Céu 1994:74)*

Ou esse outro, não menos belo e musical, que explora o ideal platónico do amante como fonte de vida da amada, agora invertido, terminando cada um dos doze versos do soneto ora com a palavra vida, ora com a palavra morte, tomada ora em sentido literal ora em sentido metafórico:

*Se apartada do Corpo a doce vida
domina em seu lugar a dura morte,
de que nasce tardar-me tanto a morte,
se ausente d'alma estou, que me dá vida?*

*Não quero sem Silvano já ter vida
Pois tudo sem Silvano é viva morte (Céu 1994,71).
(...)*

Já no universo criativo de Leonarda Gil da Gama, o sofrimento da saudade é “punhal do peito” que “fere e mata sem piedade” (Gama 1742, 304), martírio que “emudece os gemidos” e torna “impossíveis os alívios” (Gama 1742, 302), “crueldade ardente” que parte o coração (Gama 1742, 304). Quanto às lágrimas, índice exterior do tormento da saudade, são “mares destilados pelos olhos” (Gama 1742,302). O tópico da saudade assume uma certa coloração de fisicalidade sanguínea exasperada, embora com moderação, face à “embriaguez da ascética da carne” e ao imaginário do corpo supliciado que infunde parte significativa do discurso amoroso seiscentista.⁹ Ao ímpeto excessivo e hiperbólico que investe o tópico na voz poética de Leonarda Gil da Gama, acrescem os jogos expressivos antitéticos e metafóricos morte-vida, ao modo de Violante do Céu, tal como no Romance “A uma ausência”:

⁹ Veja-se o tratado amatório epistolar *Cristais da Alma* (1673) de Gerardo Escobar, quinta essência do amor idealizado, e *vademecum* de algum impacto na sociabilidade galante seiscentista em Portugal que combina o ideal contrarreformista de uma ascética da carne (Weisbach) e uma erótica do corpo exposto dilacerado com o fascínio pelas novas disciplinas anatómicas.

*Nesta chorada ausência,
Já de sentir me não sinto,
E em um tormento que mata,
Dura uma morte em que vivo. (Gama 1742, 301).
(...)*

Também o tema do ciúme ganha lugar de destaque nesta topografia literária amorosa feminina. Com efeito, o sentimento do ciúme, que frequentemente se estende do par amada-amado para se alargar também a uma amiga, é um dos assuntos mais tratados pelas nossas autoras. O ciúme, paixão desmedida, tinge-se de uma tonalidade escura e exasperada, com um acento teatral, de que será exemplo o excerto do romance seguinte da autora de *Rimas Várias*. Atente-se nas primeiras estrofes na qual a dor do ciúme é equiparada à morte, para a qual não há cura:

*Oh cesen ya los remedios
que para vivir me aplican
que quien de celos se muere
no es bien que muriendo viva.*

*Dejen ya de importunarme
Cansadas filosofías,
Que nunca males del alma
De Esculapio necesitan.
(...)
Vivir con celos, y penas
mal se puede llamar vida,
que vida com que se muere
es solo una muerte viva. (Céu 1994, 164)*

Há um comprazimento teatral na dor do ciúme que recusa violentamente qualquer conforto. Num crescendo de intensidade expressiva, o uso anáforico do verbo “muera”, tinge progressivamente de força imperativa o desejo de entrega cabal e violenta do locutor ao sofrimento e torna absoluta e implacável a orgulhosa recusa de apaziguamento:

*Muera quien amando tanto
mereció tan poca dicha,
que en vez de correspondências
experimenta tiranías.*

*Muera quien siendo constante
fue tan mal correspondida,
que tributando verdades,
adquirió solo mentiras (Céu 1994, 164).*

Tema recorrente no nosso *corpus* textual é também o das queixas face às contradições, inconstância ou falsidade do amado.¹⁰ Veja-se o romance de Sórora Violante do Céu onde o locutor acusa diretamente, na segunda pessoa, o comportamento ambíguo de Menandro, começando: “La falsedad de tu pecho/ yo sé Menandro que es mucha” (Céu 1994,159). Num outro romance, com um andamento imbuído de idêntica coloquialidade dialogante, o sujeito poético feminino interroga diretamente o amado Salício, queixando-se da sua inconstância, fingimento e ingratidão:

*Cómo pensaré Salicio,
que te lastiman mis penas,
si cuando más las conoces,
más los alívios me niegas?*

*Cómo tus falsas palabras,
juzgaré por verdaderas,
si al fin a tantos engaños
desmienten las evidencias?* (Céu 1994, 207)

Já em “Queixas da sorte” de Leonarda Gil da Gama se denuncia a falsidade do amado quando se refere: “Fiz em falsas promessas confiança” (Gama 1742, 301).

Da mesma Autora vejam-se, ainda, as oitavas “A uma firma feita com tinta de amoras”, no que se supõe uma resposta a um bilhete recebido do objeto amado, acusando-o de falsidade. O sujeito poético lamenta a falsidade do ser amante e suas palavras, bem plasmada na assinatura do bilhete, a qual devendo ser de sangue é apenas de tinta encarnada de amoras.

*Com letras de carmim o engano apuras
Vegetável fazendo o amor constante,
Se no que acreditar a fé procuras,
Fazer brinco do inconstante,
Desabonando ao amor, finges lizuras
Neste sangue em que queres mostrar-te amante,
Mas nele usando amor o que não deve,
Desmente a tinta, quanto a pena escreve.* (Gama 1742,314)

Interessante é, também, o alargamento da gramática amorosa, com as suas típicas fórmulas convencionais, à amizade feminina e aos relacionamentos sociais, num procedimento muito comum, que se serve igualmente da mesma retórica para verter o amor místico ou divino. O romance de Sórora Violante do Céu dirigido a Menandra “Si vivo en ti transformada” invoca o tópico petrarquista da transformação do amador na coisa amada, “e so in qual guisa/ l’amante nel amato se transforma” e o princípio

¹⁰ Julián Olivares (2012) salienta a importância do tópico da crítica à inconstância e traições dos homens na poesia amorosa feminina castelhana.

da força unitiva e da consubstanciação amador/coisa amada que Camões glosou no célebre soneto “Transforma-se o amador na cousa amada”. Preside, agora, à cena da enunciação um *eu* feminino que se dirige a Menandra.¹¹ Jogando com o *topos* da indivisibilidade dos amantes e exibindo o processo de sedução de que foi alvo, o locutor recorre ao repertório codificado de lugares do amor, tais como as flechas que ferem e atingem o alvo:

*Si vivo en ti transformada
Menandra, bien lo averiguas,
pues cuando me tiras flechas
hallas en ti las heridas.*

*Flechas me tiras al alma;
mas cuando flechas me tiras,
como en ti misma me hieres
hallas la herida en ti misma. (Céu 1994, 168)*

Em consonância com o processo tipicamente barroco de revisitação e transfiguração de símiles e motivos de uma tradição lírica secular, são de realçar os elaborados jogos conceituosos em torno da beleza da mão sangrada de Menandra e sua capacidade de sedução, expressa numa geometria sensível, cromática e odorífera que explora sinestesticamente os pares cravos/açucenas, sangue /neve, calor/gelo, branco/vermelho, sedutor/seduzido, aprisionador/ aprisionado.

*Yo la vi sembrar claveles
sobre azucenas divinas,
después de matar tirana,
después de herir homicida.*

(...)

*Si ver no quieres, señora,
la nieve em sangre teñida,
si el rigor com que me tratas
no quieres ver en ti misma*

*no tires más flechas tantas
al blanco del alma mía
pues tirarás a tu mano,
si al blanco del alma tiras. (Céu 1994,168)*

¹¹ Este foi um dos poemas que José Maria da Costa e Silva (1854) designou de *sáficos*, numa leitura anacrônica, subsidiária de uma visão romântica e confessional do ato de criação poética.

Análogo procedimento se encontra nos poemas de Sórora Maria do Céu que enaltecem a amizade com essa senhora castelhana de alta estirpe que é a Duquesa de Medinaceli, recorrendo às convenções do serviço amoroso para enquadrar o relacionamento social da freira com uma dama que lhe é hierarquicamente muito superior:

*Mi Duquesa, y mi Señora,
años, invierno y dolor
me van saliendo de mí
pero resucito en vos.*

*El frío va destemplado
no sentiréis su rigor
que el sol derrite la nieve
y vos sois de España el sol.*

(...)

*Por fe mi amor vos consagro
cuando ansi más fina estoy
que es la gloria de los ojos
desaire de la atención.*

(...)

*Com que serviros os pido
y por hacerlo mejor
a cada acción doy una alma
que es toda vuestra mi acción.*

(...)

(Ferreira 2012:156)

Marginais, face à cartografia amorosa convencional são também as composições em que o sujeito poético feminino interpela a amiga confidente, confiando-lhe os sentimentos mais íntimos. É o caso do romance que começa:

*Es la causa de mi llanto,
amiga Nise, tan justa
que son mis lágrimas pocas,
aunque te parecen muchas (Céu 1994:202).*

Em outro poema daquela que foi apelidada “sétima musa”, o sujeito poético feminino aconselha-se com a amiga confidente, perguntando-lhe se deverá revelar ou esconder o seu amor:

(...)
*Oh dame consejo, Nise,
si de que muera no gustas,
Dime que haré, Nise mía,
dime pues mi pena escuchas
si amaré dissimulada
si seguiré resoluta* (Céu 1994, 206).

O tópico do retrato: a demanda do olhar

A assunção do olhar e a reinvenção do tópico do retrato constitui uma outra transgressão ao discurso amoroso dominante.

Como se sabe, o poder de olhar o outro, foi, ao longo da história, apanágio da condição masculina, reservando-se à condição feminina o lugar de objeto contemplado: “In a world ordered by sexual imbalance, pleasure in looking has been split between active/male and passive/female”. (Laura Mulvey 1975, 6-18). O “mover de olhos brando e piedoso, sem ver de quê” camoniano é a consagração desse gesto do olhar baixo e recatado que dita o ideal da modéstia feminina. Emblema do poder de olhar conferido à figura masculina e símbolo, por excelência, da passividade feminina, o retrato constitui pedra fulcral do edifício do amor idealizado, expressando o lugar fundamental da visão no processo de enamoramento, assim como da estética de contornos visuais do renascimento exacerbada no barroco.¹² A descrição da beleza canónica da amada é, como se sabe, um dos temas mais caros ao discurso lírico, de Petrarca, a Camões de Lope de Vega a Góngora. Dos olhos de safira e estrelas, aos cabelos de oiro e luzes, dos dentes de pérolas, à boca de rubi e às faces de rosa, assim se foi compondo o retrato metafórico da amada, que, no barroco cresce em pormenor e em sensualidade.¹³

Ora, algumas composições das nossas autoras retomam o tópico do retrato feminino e o enaltecimento da sua beleza. São revisitações de um tópico convencional, é certo, mas ainda assim não deixam de reivindicar esse poder de olhar.

A esse título, veja-se a exaltação da beleza de Jacinta, tendo como pano de fundo o contexto de uma natureza iridescente no poema “Al prado baxó Jacinta” (Gama 1742, 311); ou o inspirado enaltecimento da graça e beleza de Filis que se adivinha por detrás do seu véu, instando-a a revelar-se em “A uma Fermosura rebusada em um manto”(Gama 1742, 293):

*Filis, dessas luzes belas
A sombra apartai, porque
Dos Astros injuria é,
Que a sombra assombre as Estrelas.*

¹² Lembre-se que para Marsil Ficino os três tipos de amor (sensual, humano e divino) têm a sua origem na visão. Daí a ligação do amor à beleza e a identificação desta com o bem. Este princípio ditou toda a estética de contornos visuais do renascimento. Cf. Anabela Couto (2006:128-130). Veja-se: Marsil Ficino (1914). Leon Hebreo (1986).

¹³ Cf. Anabela Couto (2006, 130-137).

Também o romance de Violante do Céu, “Façamos pazes eternas”, constitui variante importante do tópico do retrato. Reconciliando-se com a Fortuna, o locutor poético feminino exalta a alegria de amar causada pela visão da beleza de Menandra cujo retrato se vai compondo ao ritmo da anáfora “eu vi”:

*Eu vi de seus belos olhos
as luzes que enveja a lua
(...)
Eu vi de seu lindo rosto
a singular fermosura
(...)
Eu vi, mais ai que não vi
aquela madeixa ruiva (Céu 1994, 194).*

Outras composições de Sórora Violante do Céu investem no tema do retrato do amado, com resoluta originalidade. A dada altura, num dos romances de *Rimas Várias*, contrapondo a inconstância/ausência de Silvano com a constância/presença do seu retrato, o sujeito lírico, Sílvia, interpela a tela pintada do amado:

*Retrato como podré
de vuestro dueño olvidarme
se el amor no permite
que de mi vista os aparte. (Céu 1994,161)*

Atente-se, ainda, nessa curiosa variante do retrato que é a revisitação do motivo da sangria por Sórora Violante do Céu e Sórora Maria do Céu. Este motivo, representação visual do momento de aplicação da prática médica de então num pé ou mão é um dos lugares mais emblemáticos da poesia barroca, condensando sensualidade, erotismo, ascética da carne, fascínio pelo sangue. De Sórora Maria do Céu, por exemplo, leia-se o romance “A estar a duquesa sangrada” inserido na Carta LIV enviada à Duquesa de Medinacelli. Ao pintar o espetáculo da beleza do pé da duquesa no momento em que o vermelho do sangue irrompe, a Autora empresta a esse tema fulcral do erotismo da época, delicada fantasia e cor, enquadrando-o no campo da poesia de circunstância, de teor encomiástico:

*Esa generosa sangre
que por safiras rompió
si recogida es esmalte
esparcida, compasión.*

*Dese coral liquidado
que estoy contemplando hoy
cada gota es un rubí
cada precio es un blasón. (Ferreira 2012, 170)*

Diversificando as metáforas que retratam o momento da incisão médica, num exuberante processo de transfiguração do real em que a Autora é exímia, o poema exhibe a imagem da rosa que se fere no espinho, ou a imagem da abelha que pica a flor para evidenciar a beleza do quadro:

*Aquí una abeja atrevida
un puro jazmín picó
la abeja fue la lanceta
y vuestro pie fue la flor.* (Ferreira 2012, 170).

Importante, mas fora do âmbito que nos ocupa neste artigo, é o alargamento do tópico do retrato aos temas religiosos de Cristo ou do Menino Jesus, de que as três autoras contam variados e tocantes exemplos, alguns deles desenhando subtis “anamorfoses literárias”, denotando o interesse pelas perspectivas curiosas que desde Arcimboldo não parou de crescer.

Revolta contra a erótica convencional

Insinuando uma posição de rutura face à erótica tradicional apresenta-se o tema da recusa do amor cortês. É certo que no edifício do amor idealizado é habitual o tema da indignação contra o amor pela dor que este sentimento ocasiona. Contudo, essa revolta, em certa medida aparente, não põe em causa o edifício, antes o serve. Como se sabe, à luz daquela erótica, há que aceitar o sofrimento como a prova mais cabal do amor, correspondendo o tópico a mais uma variante da exaltação da pureza e grandiosidade do amor que não teme o sofrimento.

Ora, em algumas composições de Violante do Céu a revolta contra o amor transforma-se em recusa do próprio conceito cortês e petrarquista de amor impossível. É o caso das Décimas que põem termo a um amor não correspondido, numa versão curiosa de anti petrarquismo:

*Coração basta o sofrido
punhamos termo ao cuidado
que um desprezo averiguado
não é para repetido.* (Céu 1994, 143).

Um outro romance de Violante, “Corazón pues os maltratan/ volved, volved, a ser mío” salienta o absurdo do amor não correspondido, apanágio do edifício cortês, quando afirma: “Amar sin correspondência/ mirad que pasa a delírio” (Céu 1994,183). Ideia semelhante plasma-se no Romance “Huid de amor Zagalejas”, quando o sujeito poético feminino persuade as donzelas a meditarem sobre o seu triste exemplo e a não se deixarem cair nos labirintos e aparência do amor, cujas doces carícias encobrem engano, tirania e crueldade:

*Huid de amor Zagalejas,
huid si vivir queréis
que verme morir amando
escarmiento os puede ser.* (Céu 1993, 158)

Esta denegação da cartilha cortês é tema que se reveste de outras modalidades em algumas composições de Sórora Maria do Céu e de Leonarda Gil da Gama, que acusam a efemeridade do amor, a sua irracionalidade, no quadro do pensamento do desengano do mundo e seus valores vãos. O romance de Leonarda Gil da Gama intitulado “Definição de amor” retoma e estende ao amor o tema do desconcerto do mundo e do mundo às avessas, afirmando a irracionalidade de um e de outro:

*Zombemos de amor Pastores,
Para divertirme um pouco,
Porque o Mundo, e o amor
Tanto hão de varios, quanto de loucos.
(...)
Como o Mundo anda às avessas,
Fez nele tal alvoroço,
Que deram a chamar-lhe Rei,
E tão louco ficou um como outro.
(...)*

Ideia similar é expressa nas redondilhas de Sórora Maria do Céu, “Para umas sortes que mandou pedir a Duquesa” no qual duas figuras denominadas, respetivamente, Galã e Dama, dialogam.¹⁴ O carácter sentencioso de algumas das observações prodigaliza máximas e diretrizes amorosas condenando o sentimento do ciúme, denunciando a efemeridade do amor, (“celos y amor son aire”) e a sua irracionalidade (“a saber cual és más loco/ entre el Mundo y el Amor”) (Maria do Céu Ferreira 2012, 120-125).

Em suma, neste espaço cabe apenas apontar alguns traços de uma possível cartografia amorosa no feminino.

A revisitação inovadora e multicolor de tópicos amorosos ancestrais como a ausência, a saudade ou o ciúme, a que se incutem novos acentos, a afirmação de uma subjetividade amorosa feminina, a inclusão do masculino como destinatário e objeto de amor, a reivindicação do poder de olhar, a valorização da cumplicidade feminina, ou a recusa do amor da cartilha cortês, emprestam aos labirintos de *eros* novas gamas afetivas e sentimentais que introduzem fissuras no conceito de amor vigente e enriquecem e os matizes da cartografia de amor com a qual toda uma época expressou os afetos.

Revisitando os lugares da topografia hegemónica amorosa da época, acrescentando-lhe novos temas e introduzindo-lhe novas inflexões e tonalidades, estas vozes líricas marginais tecem uma delicada rede centroperiferia, onde se esboçam outras visões de amor, que acrescentam e alargam o universo conceptual e emocional do discurso amoroso.

¹⁴ Sobre o contexto das “sortes” no quadro do divertimento poético cortesão e especificamente sobre a composição referida de Sórora Maria do Céu leia-se Marin Pina (2017).

Referências bibliográficas

- Baranda Leturio, Nieves. 2013. Producción y consumo poético en los conventos femeninos. *Bulletin Hispanique* 115/1; 165-183. <http://journals.openedition.org/bulletinhispanique/2421> (acedido em 16 Março de 2018).
- Baranda Leturio, Nieves. 2007. Violante do Céu y los avatares políticos de la Restauração. *Iberoamericana. América Latina, España, Portugal: Ensayos sobre letras, historia y sociedad. Notas. Reseñas ibero-americanas*. Vol.7, 28: 37-150.
- Baranda Leturio, Nieves e M^a Carmen Marín Pina (eds.). 2014. *Letras en la celda. Cultura escrita de los conventos femeninos en la España moderna*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert.
- Barros, Teresa Leitão de. 1924. *Escritoras de Portugal: Génio feminino revelado na Literatura Portuguesa*, Vol. I, Lisboa: Tipografa de A.O. Artur.
- Beauvoir, Simone de. 1949. *Le Deuxième sexe, I, Les facts et les mythes*. Paris: Gallimard.
- Castro, Aníbal Pinto de. 1984. Camões e a tradição poética peninsular, *Separata de Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Céu, Sórora Maria do. «Cartas em prosa e em verso à Duquesa de Medinacelli, D. Teresa de Moncada y Benevides e a sua filha D. Maria del Rosario». Ms. Biblioteca Nacional de Lisboa: Caixa 24-X-23, nº17.
- Céu, Sórora Violante do. 1646. *Rimas varias de la Madre Soror Violante del Cielo*. Ruão: Imprensa de Maurry.
- Céu, Sórora Violante do. 1993. *Rimas várias*, introdução notas e fixação do texto de Margarida Vieira Mendes. Lisboa: Editorial Presença.
- Couto, Anabela Galhardo. 1991. *Dualismo e reversibilidade na novela "Enganos do Bosque, Desenganos do Rio" de Sórora Maria do Céu*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Couto, Anabela Galhardo. 2000. *"Cristais da Alma" de Gerardo Escobar: uma demanda de Absoluto*, Tese de Doutoramento, 2 Vols. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Couto, Anabela Galhardo. 2002. Escritoras de finais do século XVII e inícios do século XVIII: seu contributo para a definição de uma cultura barroca em Portugal. In *Em Torno da História das Mulheres Portuguesas*, org. Maria Helena Vilas-Boas e Alvim e Anne Cova, Elvira Cunha de Azevedo Mea, 193-205. Lisboa: Universidade Aberta.
- Couto, Anabela Galhardo. 2005. "Da Tolerância e da intolerância na arte e na literatura": A marginalização da autoria Feminina. In *Nas Fronteiras da Tolerância*, org. M. Helena C. Santos, 42-50 Lisboa: FCSH.
- Couto, Anabela Galhardo. 2006. *Uma arte de amar: Ensaio para uma cartografia amorosa*. Lisboa: 101 Noites.
- Edfeldt, Chatarina. 2005. *Uma história na História: Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX*. Stockholm: Stockholms Universitet.
- Edfeldt, Chatarina e Anabela Galhardo Couto. 2008. *Mulheres que escrevem, mulheres que lêem. Repensar a literatura pelo género*. Lisboa: 101 Noites.
- Ferreira, Maria do Céu Sousa. 2012. *'Desde el Parnaso os escrevo': cartas de uma monja escritora*.

Edição e análise da correspondência manuscrita de Soror Maria do Céu à Duquesa de Medinaceli, Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.

<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/63960/2/TeseDesdeelParnasoosescrive000167900.pdf> (accedida em 16 Março de 2018).

Escobar, Gerardo de. 1673. *Cristais da Alma, Frases do coração, Retórica do sentimento, Amantes desalinhos*. Lisboa: João da Costa.

Fox, Gwyn. 2008. *Subtle Subversions: Reading golden age sonnets by Iberian women*. The Catholic University of America Press.

Fonseca, P. António Pereira da. 1657. *Poderes de amor em geral e obras de conversação particular*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana.

Gama, Leonarda Gil da. 1736. *Brados do dezengano contra o profundo sono do esquecimento em três histórias exemplares para melhor conhecer-se o pouco, que durão as vaidades do mundo, e o poder das divinas inspiiraçoens*, Primeira Parte. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Rodrigues.

Gama, Leonarda Gil da. 1742. *Orbe Celeste. Adornado de brilhantes estrelas e dois Ramilhetes: Um colhido pela consideração, outro pelo sentimento*. Lisboa: Pedro Ferreira.

Gama, Leonarda Gil da. 1749. *Reyno da Babilionia ganhado pelas armas do Empyreo*. Lisboa: Pedro Ferreira.

Green, Otis H. 1986. *España y la tradición ocidental*, Vol I. Madrid: Editorial Gredos.

Irigaray, Luce. 1974. *Speculum de l'autre femme*. Paris: Éditions de Minuit.

Lewis, Clive S. 1936. *The Allegory of Love*. Oxford-New York: Oxford University Press.

Marín Pina, M.ª Carmen. 2017. Damas y Galanes, Texto y contexto de un juego cortesano de Sor María do Ceo (1658-1753) para la Duquesa de Medinaceli. In *La razón es Aurora. Estudios en homenaje a la profesora Aurora Egido*, eds. Ángeles Ezama, Jose E. Laplana, Maria Cristina Marín, Rosa Pellicer, Antonio Pérez Lasheras e Luís Sanchez Laílla, 363-373. Zaragoza: Institución Fernando el Católico.

Marnoto, Rita. 1994. *O Petrarquismo português do renascimento e do maneirismo*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Martos Pérez, María Dolores. 2014. La enunciación lírica en las *Rimas Várias*. In *Letras en la celda. Cultura escrita de los conventos femeninos en la España moderna*, eds. Nieves Baranda Leturio e M.ª Carmen Marín Pina. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert.

Martos Pérez, María Dolores. 2018. La voz poética. In *Las escritoras españolas de la Edad Moderna: historia y guía para la investigación*, coord. Nieves Baranda y Anne Cruz, 225-248. Universidad Nacional Ensino a Distancia UNED.

Morujão, Isabel e Rosa M. Martelo. 1987. Subsídios para uma reedição de *Rimas Várias* de Soror Violante do Céu. *Línguas e Literaturas. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série IV: 351-363.

Morujão, Isabel. 2013. *Por trás da grade: poesia conventual feminina em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Mulvey, Laura. 1975. Visual Pleasure and Narrative Cinema. *Screen* 16, 3 Autumn: 6-18.

Olivares, Julián, E. Boyce (eds). 2012. *Tras el espejo la musa escribe. Lírica femenina de los Siglos de Oro*. Madrid: Siglo XXI.

Olivares, Julián (ed.). 2009. *Studies on Women's Poetry of the Golden Age: Tras El Espejo La Musa Escribe*. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell and Brewer.

Parker, Alexander A. 1985. *The philosophy of love in Spanish literature (1480-1680)*. Edinburgh: Edinburgh

University Press.

Pires, Maria Lucília Gonçalves. 1982. *A crítica camoniana no século XVII*. Biblioteca Breve. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Portugal, Francisco de. 1670. *Arte de Galanteria*. Lisboa: Juan de la Costa.

Roux, Jean-Paul. 1988. *Le sang: mythes, symboles, réalités*. Paris: Fayard.

Sacré, James. 1977. *Um sang maniériste*. Neuchâtel: Les Editions de la Balconnière.

Solé, Jacques. 1976. *L'Amour en Occident à l'Époque Moderne*. Paris: Éditions Albin Michel.

Reis, Ana Luísa Pêgo. 2010. *Reino de Babilónia, de Sórora Madalena da Glória: Textos e Paratextos (Reedição e leitura)*, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Singer, Irving. 1984. *The nature of love. Courtly and Romantic*, Vol. II. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Silva, Vitor Aguiar e. 1971. *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.

Woolf, Virginia. 1996. *Um quarto que seja seu*. Lisboa: Vega.

A Escrita Poliédrica de Ana Hatherly

Dalila Maria Teixeira Milheiro

CEMRI/Universidade Aberta

CLEPUL/FL/Universidade de Lisboa

Resumo

Através do nosso estudo, pretendemos comprovar que algumas facetas da escrita literária de Ana Hatherly constituem novos caminhos que originam uma escrita única enquanto território em permanente re-invenção.

A escrita hatherlyana surge com criações originais, registos híbridos e até novas tipologias textuais. A própria Autora reconhece o enigma da escrita e a sua contradição na pluralidade de sentidos num processo rico de possibilidades, tendo o/a leitor/a um papel de decifrador/a ao recorrer ao seu imaginário e ao processo que a criatividade exige.

Palavras-chave: Ana Hatherly; Escrita; Re-Invenção; Ato criador.

Em toda a obra de Ana Hatherly – ficção, poesia, prosa poética, ensaio, tradução, artes plásticas, cinema e performances – há notas de transgressão e criatividade que nos fascinaram e que nos levaram a eleger o nome desta autora que «está na razão de ser da modernidade literária em Portugal» (Pimentel e Monteiro, Maria do Rosário 2010, 6).

Maria Teresa Horta considerou-a uma das suas «Deusas Maiores» e um exemplo de resistência, de talento e de integridade¹ (2012, 17). Também Ana Marques Gastão vê Ana Hatherly como uma mulher à frente do seu tempo que pensa «o injustificável, o desejo, a inadequação amorosa, a incomunicabilidade, o desaparecimento, o invisível» (2011, 33). Na nossa opinião, esta afirmação reflete a aventura inovadora dos temas, que, como pretendemos atestar, se reflete na sua escrita multifacetada e híbrida, sem esquecer o apelo ao/à leitor/a num processo partilhado de sentimentos e sentidos.

A descoberta inicial da obra hatherlyana remonta ao nosso percurso académico associando-a à poesia de vanguarda, enquanto membro destacado do grupo da Poesia Experimental Portuguesa e ao seu papel fulcral enquanto investigadora da época barroca, alvo da nossa Dissertação de Mestrado. Ana Hatherly é um dos teorizadores do movimento, iniciado nos anos 60 em Lisboa, para além da sua exaustiva dedicação à investigação e divulgação da cultura portuguesa do período barroco, tendo publicado numerosos estudos sobre essa matéria e fundado a revista *Claro-Escuro*. Em 1958, a escritora

¹ Os outros nomes citados são Natália Correia, Sophia de Mello Breyner, Irene Lisboa, Salette Tavares e Fernanda Botelho.

inicia a sua carreira literária, produzindo uma extensa obra traduzida em diversas línguas² e incluída em várias antologias internacionais. A autora falece a 5 de agosto de 2015, em Lisboa, com 86 anos, deixando-nos um legado cultural inigualável no panorama literário do século XX português.

A nossa escolha do tema de Doutoramento recaiu, pois, pela admiração no seu trabalho literário que vemos como precursor de novos caminhos transgressores, e mesmo subversivos, da liberdade de escrita. Obras como *O Mestre*, *Eros Frenético*, *Sigma*, *Tisanas*, *Anagramático*, *Anacrusa-68* *Sonhos* ou a sua Poesia Visual são únicas no panorama literário e cultural português. O lado transgressor e subversivo da escritora é assumido, contudo, o seu trabalho experimental foi, nas suas próprias palavras, um fator prejudicial para a sua imagem pessoal, profissional e até literária, apresentando-se demasiado original. Afirma a escritora-artista: «o que acima de tudo quis foi ser uma pessoa, ser eu própria. Tive de pagar um alto preço por esta minha singularidade» (Barreira 2010, 15).

A lembrança da voz de Ana Hatherly, tão encantada pela escrita e pelos seus enigmáticos caminhos, perduraram em nós até ao momento de determinar a escolha para a nossa Tese, sempre com a lembrança de que a literatura oferece o «impossível», permite «imaginar» (Vila Maior 2002: 103). Podemos, assim, asseverar que esta decisão se apresenta como uma espécie de homenagem a esta escritora e artista que nos dá asas para *imaginar* através da sua escrita inovadora e poliédrica. Assim, com a nossa investigação, pretendemos comprovar que algumas facetas da escrita literária da autora - a ficção/narrativa experimental, a escrita onírica/sonhos-em-texto e a sua poesia em prosa - constituem novos caminhos que originam uma escrita única em constante re-invenção.

A meditação sobre a escrita e o ato criador/criativo foram explorados por Ana Hatherly e, nesse sentido, a dimensão autêntica das suas palavras surge como um território em permanente re-invenção. Esta reflexão e estudo da autora sobre a escrita e o ato criador/criativo interessa-nos abordar particularmente na nossa Tese. Que caminhos conduzem à criatividade e quais os seus mistérios? O que se cria? Como se cria? Estas são interrogações que pensamos importantes, pois estão na base da sua obra e são uma das forças da criação. Aliás, a imaginação surge como um dos pontos de partida para a criação literária e a escritora socorre-se dela na procura do diálogo entre o visível e o invisível, este querer ver por dentro a dimensão autêntica das palavras, a sua dimensão sagrada. Do seu ponto de vista, o sagrado é a relação com o Outro, o Outro invisível que é difícil de encontrar e alcançar. Esta ideia de que há sempre algo inatingível remete para a reflexão de sermos incompletos e da impossibilidade da natureza humana. As suas palavras surgem, então, como o meio para a procura e apresentam-se como elementos fundamentais de uma escrita singular com criações originais e registos híbridos: poesia em prosa; poesia que articula o lirismo e a narratividade; prosa/narrativa poética; relatos de sonhos/sonhos-em-texto; variantes da poesia (concreta, experimental e visual). E até novas tipologias textuais, como as tisanas, quase-tisanas e proto-tisanas; anacrónicas e neo-prosas.

As diferentes facetas da obra da escritora-artista complementam-se, criando novos horizontes e novas interrogações, ou seja, a linguagem surge como «forma de acesso ao mistério, ao indizível, ao coração das coisas: a escrita na sua misteriosa capacidade de criar, recriar sentidos» (Couto 2010, 32). Ora, o

² Citamos alguns idiomas: espanhol, catalão, italiano, francês, inglês, holandês, sueco, checo, alemão, servo-croata, húngaro, búlgaro, chinês, japonês.

que nos propomos é descortinar esta escrita híbrida, única, complementar e que apela à re-criação de novos sentidos e ambiguidades. A própria Ana Hatherly refere que a palavra se torna «uma ambígua realidade» (1975, 26), reconhecendo o enigma da escrita e a sua contradição na pluralidade de sentidos.

Ernesto Melo e Castro escreveu que «a poesia é o lugar incómodo das perguntas» (1996, 115). Ora, nós sabemos que na poesia ou em outra tipologia textual, as respostas não são lineares, contudo, estão nos textos que lemos, que ouvimos, que vemos e só aí podemos encontrá-las no desafio proposto pela escrita hatherlyana.

As questões levantadas pela escrita e pela leitura desempenharam um papel fundamental em todo o trabalho de Ana Hatherly, tanto na literatura e na arte como na investigação. No seu ponto de vista, o escritor e o leitor apoiam-se na imaginação, já que tanto na escrita como na leitura opera a função simbólica. O ato de ler apela para o imaginário que é visto como uma forma de conquista, permitindo o acesso ao invisível, ao significado que constantemente deve ser recriado. Já a escrita emerge como uma representação, é muda, apesar de a sua leitura exigir muitos intervenientes: múltiplas vozes, ouvidos e olhos.

Ana Hatherly concebe o ato criador/criativo associado à palavra poética como uma palavra-senha na medida em que permite abrir «as portas ao itinerário utópico da perscrutação do mistério» (2004: 90). Na sua ótica, o criador artístico deve ter uma visão singular, uma visão *outra*, em que a criatividade surge como uma re-invenção da escrita, isto é, uma re-invenção do conhecimento do mundo que, tal como o poder criativo, é impossível de atingir (Gastão 2011, 47).

Na sua longa pesquisa da linguagem criativa, a que apelidou *a sua inquirição*, Ana Hatherly tenta compreender e praticar os mecanismos do ato criativo e as suas linguagens, isto é, o processo de criatividade. A autora confessa que na maioria dos seus textos-visuais tornou a sua própria leitura ilegível, pretendendo *dar a ver a escrita e não o escrito*, ou seja, ler «a escrita *per si*, como realidade representativa da criatividade e não como um cego ou mudo meio para veicular outra que não ela própria» (2004, 96). Deste modo, é possível conceber outras formas possíveis de escrita num processo rico de possibilidades que dá a ler de uma maneira re-inventada, tendo o/a leitor/a um papel de decifrador, recorrendo ao seu imaginário e ao processo que a criatividade exige. Para Ana Hatherly, quando o escritor pensa a escrita, ele penetra na sua própria criação, e o leitor torna-se também uma espécie de criador «repondo no texto a presença do autor que a escrita oblitera» (*id.*: 101). Assim sendo, o escritor-artista convoca a participação do/a leitor/a no processo de criação, tornando-o uma espécie de coautor/a. Este apelo e desafio far-se-ão não só nos diálogos entre a escrita e a visualidade, que a autora tão bem representa, como também na sua moderna novela *O Mestre*, nos seus sonhos-em-texto intitulados *Anacrusa – 68 Sonhos* e nas suas *463 Tisanas*.

Pretendemos assim provar que a escrita hatherlyana é simultaneamente uma representação visível e invisível e que acarreta consigo uma ilegibilidade consciente que conduz à meditação sobre o signo. Apesar de não termos selecionado a sua poesia visual como objeto central do nosso estudo,

é incontornável não referi-la pela importância no seu percurso e influência na escrita. Na visão da escritora, a criatividade é entendida como o lado invisível da arte visual, o que se pode transpor também para a escrita. É indiscutível a complementaridade e coexistência assumida de linguagens da escrita e da pintura no trabalho criativo da escritora-artista que se assume «uma artista da linha da escrita – e essa escrita é uma escrita manual» (Rosengarten 2004, 115). Ana Hatherly considera toda a escrita como uma reescrita do mundo. Já os barrocos consideravam de forma metafórica o mundo como um livro escrito por Deus, dando um valor fulcral ao símbolo e ao signo. Ora, a atividade criativa consiste precisamente em conferir novamente à escrita uma nova representatividade do signo, restituir o indizível ao que é escrito e dito. Nesta linha de ideias, o ato da escrita pressupõe re-criar, re-inventar, por isso afirma no poema intitulado “A Escritalidade”: «Escrevo para dizer o que não pode ser dito» (2004, 210).

A importância do valor das palavras, o seu valor autêntico e sagrado é assumido pela escritora como um poder supremo, como já assinalámos. O seu *tecido sedoso das palavras* é enigmático, servindo para uma meditação sobre a linguagem que faz do poeta-escritor um *calculador de probabilidades*. Este trabalho sobre a palavra ocupa-nos em três aspetos: a palavra em liberdade, num contexto, livre de regras; a palavra poética, que encontra terreno fértil no campo da poesia e da prosa, brotando em outras direções e outros campos; a palavra ambígua e subversiva que desafia o/a leitor/a, convidando-o/a a participar na criação.

Outra perspetiva que temos em consideração é o uso da partícula do nome **Ana** que se encontra no título de alguns livros, nomeadamente em duas obras selecionadas por nós: *Tisanas* e *Anacrusa*. Explicitamos que essa partícula é útil na medida em que se tornou uma espécie de *assinatura extra*, uma *impressão digital*. Segundo a autora, «eu não me reconheço no meu nome nem em nada do que faço - eu não sou o que faço. O que faço sai completamente fora de mim» (Sena-Lino 2004, 142), o que nos pode auxiliar a comprovar a singularidade da sua escrita.

Outra questão que se apresenta como uma subdivisão do nosso estudo é a marginalidade da escrita hatherlyana que remete para uma transgressão, uma subversão, que é assumida. No entanto, até que ponto essa área da investigação a engloba? Podemos, efetivamente, apelidar a sua escrita de subversiva, transgressora, marginal ou marginalizada? Parece-nos um aspeto muito curioso que desejamos aprofundar neste trabalho de investigação.

Ambicionamos confirmar que as palavras na obra literária de Ana Hatherly tomam diferentes formas e diferentes sentidos e, nesta perspetiva, destacamos os processos de experimentação discursiva e as re-invenções da linguagem em sintonia com a autora que vê a escrita como o seu território de investigação e de improvisação. Para si, a escrita é mais do que um desejo de autoexpressão, ela é uma forma de pensamento que corresponde a uma ascese (2004, 108). A escritora assume-se, assim, como uma *experienciadora* que propõe uma renovação do discurso, da linguagem e do imaginário. Chegados a este ponto, pretendemos atestar a re-invenção de novas formas de escrita e conseqüente exigência

de novas perspetivas de leitura, assim como a participação ativa do/a leitor/a na decifração dos textos de acordo com as perspetivas teóricas/metodológicas de Umberto Eco e Octavio Paz.

Tal como Ana Hatherly, também nós pretendemos investigar os contornos e as particularidades da(s) escrita(s). A sua obra é complexa, aberta e polivalente, impondo à escritora um estatuto primordial. Por isso, a autora defende que

Se o escritor não for um porta-voz de inovação, um modelo de audácia, imaginação e poder criador, então não poderá a si próprio justificar-se. Se além dum trabalhador não for também um lutador, deixará de poder prosseguir, simplesmente (Hatherly 2001, 387).

Ana Hatherly fez o seu percurso, nem sempre fácil, num processo árduo de labor e audácia: a sua escrita «vive sobre a página, iniciou a sua caminhada e apresenta-nos os seus desafios» (Fernandes 2004, 79). A nós, leitores/leitoras, deixou-nos um legado inquestionável que pretendemos honrar, parecendo-nos oportuno citar uma estrofe de um poema do livro *O Pavão Negro*: «Qual é o prazer do caminhante/ senão/ o de encontrar a invisível ponte/a ambição de ousar?» (Hatherly 2003, 64).

Referências bibliográficas

- Barreira, Cecília. 2010. Entrevista a Ana Hatherly. In *Leonorama*, volume de Homenagem a Ana Hatherly, org. de Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro, 9-15. Lisboa: Edições Colibri /FCSH - Universidade Nova de Lisboa.
- Couto, Anabela Galhardo. 2010. A Reinvenção do Dizível Feminino em a Neo-Penélope. In *Leonorama*, volume de Homenagem a Ana Hatherly, org. de Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro, 31-38. Lisboa: Edições Colibri /FCSH - Universidade Nova de Lisboa.
- Fernandes, Maria João. 2004. Uma poesia do segredo. In *Interfaces do Olhar – Uma Antologia Crítica, Uma Antologia Poética*, 69-85. Lisboa: Roma Editora.
- Gastão, Ana Marques. 2011. O Falar dos Poetas. In *Entrevistas (Ana Hatherly)*, 33-47. Porto: Edições Afrontamento
- Hatherly, Ana. 1975. *A reinvenção da leitura- Breve Ensaio Crítico seguido de 19 Textos Visuais*. Lisboa: Editorial Futura.
- Hatherly, Ana. 2001. *Um calculador de improbabilidades*. Lisboa: Quimera Editora.
- Hatherly, Ana. 2003. *O Pavão Negro*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Hatherly, Ana. 2004. *Interfaces do Olhar – Uma Antologia Crítica, Uma Antologia Poética*. Lisboa: Roma Editora.
- Horta, Maria Teresa. 2012. Arte Poética. In *Congresso Representações da mulher na literatura de autoria masculina ou feminina: a (des)construção do estereótipo*, 15-22. Portalegre.
- Melo e Castro, Ernesto M. de. 1976. *Dialéctica das Vanguardas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pimentel, Maria do Rosário e Maria do Rosário Monteiro. 2010. *Leonorama*, volume de Homenagem a Ana Hatherly. Lisboa: Edições Colibri /FCSH - Universidade Nova de Lisboa.
- Rosengarten, Ruth. 2004. Diálogos com a autora - Queda Livre. In *Interfaces do Olhar – Uma Antologia Crítica, Uma Antologia Poética*, 115-123. Lisboa: Roma Editora.
- Sena-Lino, Pedro. 2004. Diálogos com a Autora – A Mão Inteligente de «Um Calculador de Improbabilidades». In *Interfaces do Olhar – Uma Antologia Crítica, Uma Antologia Poética*, 139-145. Lisboa: Roma Editora.
- Vila Maior, Dionísio. 2002. O Discurso Finissecular e o Discurso Pedagógico-Literário. Alguns contributos. In *Actas do Colóquio Literatura e Fim de Século*, 97-111. Lisboa: Universidade Aberta.

As Mulheres e o Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Catarina, Brasil

Célia Carmen Cordeiro

Universidade do Texas, Austin/EUA

Resumo

Astrid Erll (2011) afirma que a memória precisa viajar para se manter viva. Tomando o paradigma da mobilidade como metodologia, mostro, nesta comunicação, como a festa do Divino Espírito Santo constitui um exemplo do que James Clifford denomina por cultura de viagens (1997). A festa do Divino Espírito Santo, uma tradição oriunda de Portugal Continental, viajou para o arquipélago dos Açores e, daí, para o litoral de Santa Catarina, Brasil, resultado da “diáspora colonial” (Cohen 1997), que teve lugar na segunda metade do século XVIII. Esta desterritorialização participa na construção do Ribeirão da Ilha enquanto espaço diaspórico e se objetifica nas insígnias do Divino Espírito Santo aquando da celebração da festa anualmente. Partindo de um estudo de caso no Ribeirão da Ilha, mostro como mulheres com identidades açor-brasileiras negociam o espaço urbano durante a festa do Divino de modo a ganharem voz, autonomia e reconhecimento social no espaço público.

Palavras-chave: mulheres, Divino Espírito Santo, cultura popular, Açores, Ilha de Santa Catarina

Astrid Erll afirma que a memória precisa viajar para se manter viva (Erll 2011, 5). Tomando o paradigma da mobilidade como metodologia, mostro, nesta comunicação, como as festas do Divino Espírito Santo constituem um exemplo do que Richard Clifford denomina por “cultura de viagens” (Clifford 1997) para o Brasil. No caso dos açorianos descendentes na ilha de Santa Catarina, o uso da noção de diáspora reporta-se a uma retórica política de pessoas que reivindicam um lugar de origem baseado no passado dos seus ancestrais, integrantes das primeiras levas da “diáspora colonial” (Cohen, 1997). Neste movimento transcontinental e transnacional de portugueses para o Brasil, a mobilidade humana “objetifica-se” em objetos e rituais que se celebram localmente, nesse espaço diaspórico, permitindo que a desterritorialização participe na construção do lugar (Miller 1987). Assim sendo, o sentido de pátria passa a manifestar-se, de certa forma, dentro de um universo simbólico da cultura mais do que no sentido político de nação, tendo em conta que a cultura, e neste caso a luso-açoriana, transloca-se, contribuindo para agregar fluidez à identidade cultural dessas pessoas, que passa a ser hifenizada no conceito de identidades açor-brasileiras.

Destaco o papel das mulheres açorianas e suas descendentes açor-brasileiras na organização e realização das festas do Divino Espírito Santo na freguesia do Ribeirão da Ilha, na Ilha de Santa Catarina. Perceciono essas mulheres como coprodutoras de cultura, logo coautoras de “situated knowledges” nas palavras de Donna Haraway (1991). Esta noção sugere que o conhecimento é encontrado na interpretação e reinterpretação das perspetivas parciais que se encontram nas comunidades e não na

visão global acerca do mundo (Haraway 1991, 412-419). Argumento que essas mulheres utilizam as tradições culturais como tática para negociar a sua agência no espaço público de modo a conquistarem autonomia e reconhecimento social.

Novena do Divino Espírito Santo:

Sábado, 8 de maio de 2016, são 20h e a Capela de Santa Rita de Cássia está repleta de pessoas. Ao som de cânticos em louvor ao Divino Espírito Santo, um pequeno cortejo entra em passo lento, mas seguro, composto por seis homens vestidos de opa vermelha, com uma Cruz e lanternas nas mãos, são os representantes da Irmandade do Divino Espírito Santo do Ribeirão da Ilha. Segue-se-lhes o casal imperial, Marciano e Débora, com a coroa, a salva e o cetro nas mãos; uma menina com uma cesta de flores; duas senhoras carregando uma cesta de pães e cinco mulheres relativamente jovens transportando cinco bandeiras do Divino. Finalmente, uma menina vestida de azul-escuro e branco entra na igreja carregando uma faixa representativa do dom divino da Sabedoria.

A paróquia de Nossa Senhora da Lapa, no Ribeirão da Ilha, é composta por diversas pequenas comunidades e todas têm a sua capela, aonde de há cerca de trinta anos se celebram as novenas do Divino Espírito Santo com uma missa. Na Capela de Santa Rita de Cássia, enfeitada com muitas flores, na comunidade do Pedregal, encontram-se cerca de 100 pessoas reunidas na capela para prestigiar o Divino Espírito Santo, celebrando o dom da Sabedoria. Reúnem-se pessoas de todos os géneros, idades, raças e classes sociais, evidência da transversalidade deste culto. As mulheres, porém, estão em maioria, principalmente as mais idosas.

No curto cortejo que vem abrilhantar a novena-missa há uma hierarquia própria, assim como objetos simbólicos do tempo do Espírito. Os irmãos da Irmandade do Divino Espírito Santo do Ribeirão da Ilha vêm à frente, o cruzeiro e os restantes trazem lanternas. A Cruz e as lanternas simbolizam o culto cristão ao Espírito Santo enquanto luz divina. As mulheres com as bandeiras do Divino vêm a seguir. Depois, o casal imperial como anfitrião da festa. A menina das flores segue-lhes atrás. As flores são ofertadas ao Divino. O cetro, a coroa, a salva e a bandeira que o casal imperial transporta compõem as insígnias¹ do Divino Espírito Santo. Finalmente, outra menina transporta uma faixa cujo tema – o dom da Sabedoria - servirá de reflexão no evangelho e é simbolizado nos pãezinhos distribuídos no final da celebração. Duas senhoras carregam duas cestas cheias desses pãezinhos no final do cortejo. O grupo coral canta em louvor ao Divino e todos acompanham a letra, naturalmente, pois são músicas património da memória coletiva desta comunidade. Durante o evangelho, o Pe. Maurício relembra aos presentes a origem da festa do Divino, trazida pelos açorianos no século XVIII. Travessia de ilhéus simbolizada – acrescenta o celebrante – na primeira igreja erigida no Ribeirão, a Capelinha de Nossa Senhora da Lapa, no Barro Vermelho.²

¹ As insígnias representativas do Divino Espírito Santo são: a bandeira de damasco vermelho com os cantos ornamentados com tecido dourado e uma coroa e pomba branca bordadas ao centro, encimada com uma pomba branca de madeira e fitas coloridas; o cetro em prata encimado com um pequeno globo sobre o qual poisa uma pomba, reconhecendo o poder do Divino Espírito Santo sobre o mundo inteiro; a salva, que é uma bandeja estilizada, com pedestal, prata trabalhada e nela se colocam os donativos para a festa e nela se transporta a coroa, também em prata e ostentando quatro hastes, representando os quatro evangelistas, encimada por um pequeno globo e sobre este a pombinha símbolo do Divino Espírito Santo.

² A Capela de Nossa Senhora da Lapa erigida por açorianos em 1776, no Barro Vermelho. <http://www.nossasenhoralapa.org.br/index.php?page=comunidadeSelecionada&sel=9> (acedido a 20 de maio de 2017).

Após a comunhão, o momento alto da novena-missa surge aquando da passagem das bandeiras por entre a população.³ As cinco bandeireiras distribuem-se por alas distintas da capela e todos tocam a bandeira que passa na sua ala ao som do coro, com o refrão: “Deixa a bandeira passar, deixa a bandeira entrar. É o Espírito Santo chegando, chegando, pra te abençoar. Junta a tua família, e prepara o teu lar. Numa salva de flores, promessas e louvores, vamos ofertar”. A fé no Divino Espírito Santo transborda na atitude das pessoas. A classe média branca está em grande maioria, mas todos, sem exceção, agarram num pedaço da bandeira do Divino, beijam-na e/ou enrolam parte do seu corpo nela, principalmente membros do corpo que estão ou estiveram doentes; emocionam-se ao vivenciar a sua fé. Apesar de as igrejas evangélicas terem ganho um peso muito grande no Brasil nas últimas décadas, no Ribeirão da Ilha, as comunidades persistem com a sua fé no Divino Espírito Santo intermediada pela igreja católica. E os párocos são unânimes em afirmar que as pessoas aderem muito mais à igreja nesta época do ano, entre a Páscoa e o dia de Pentecostes, do que no restante do ano (comunicação pessoal Pe. Gervásio, Junho 2015 e Pe. Maurício, Maio de 2016).

No final da novena-missa, Débora – a imperatriz da festa - pede que todos rezem a oração do Divino Espírito Santo para pedir a saúde para um amigo da família que se encontra doente. Todos rezam a oração do Divino Espírito Santo:

Vinde Espírito Santo/ Enchei os corações dos vossos fiéis/ E acendei neles o fogo do vosso amor/ Enviai o vosso Espírito e tudo será criado,/ E renovareis a face da terra.

Oremos:

Óh, Deus, que instruístes os corações/ dos vossos fiéis com a luz do Espírito Santo,/ fazei que apreciemos retamente todas as coisas,/ segundo o mesmo Espírito,/ e gozemos sempre da sua consolação./ Por Cristo, Senhor Nosso./ Amém!

De seguida, Débora convida todos para a confraternização coletiva do bodo. Este lanche é composto por café, sumos, cuca, bolos, pinhão e amendoim são servidos e todos convivem durante mais de uma hora.

As mulheres têm um papel importante na novena, com a qual se identificam enquanto tática para a criação de espaços de agência social na comunidade. Além de serem as sacristãs⁴, elas compõem em maioria o grupo coral, limpam e ornamentam a capela e, ainda, organizam o bodo durante a festa do Divino. O Pe. Maurício conta com o apoio das mulheres especificamente na Coordenação das Pastorais da Comunidade (CPC) em cada unidade paroquial do Ribeirão da Ilha. No Pedregal, particularmente, o CPC é composto por cinco mulheres e um homem, o tesoureiro. As mulheres são as coordenadoras das diversas pastorais: da Liturgia, do Idoso, da Criança, do Dízimo. D.^a Rosemar, a coordenadora geral,

³ As bandeiras são de damasco vermelho, com uma coroa bordada ao centro e encimada por uma grande pomba branca. Também no cimo da bandeira há fitas multicolores. Estas fitas representam as promessas feitas pelas pessoas. Um amigo do casal imperial esteve doente nas semanas que antecederam a festa do Divino, então, Débora sugeriu à esposa dele que fizesse chá com uma fita da bandeira do Divino e que, depois, passasse a fita molhada no olho doente do amigo. A fé é tanta que creram que isso iria trazer a cura. Segundo Débora, passado um bocado o amigo começou a sentir um formigueiro no olho e começou, lentamente, a enxergar a esposa. Passados poucos dias, ele teve alta do hospital e pôde assistir às festas do Divino Espírito Santo (comunicação pessoal 05/2016). Segundo o sociólogo Nereu do Vale Pereira, esses casos são muito comuns na comunidade tendo em conta a fé das pessoas (comunicação pessoal 06/2015).

⁴ Em todas as novenas-missas a que assisti no Ribeirão da Ilha, em 2014 e em 2016, apenas vi um homem sacristão, na Capela da Tapera da Base.

explicou-me que ela e as colegas – Amélia, Zeli, Jô e Maria – limpam e ornamentam a capela semanalmente, recebem doações, cozinham, colaboram com o casal imperial na realização de eventos com o intuito de angariar fundos para custear a festa do Divino, fazem rifas e colaboram nos bingos. Quando questiono essas senhoras sobre a razão do seu grande envolvimento com a vida da comunidade paroquial, concordam com as palavras da D^a. Jô, “... porque as mulheres se entregam mais ao trabalho e às coisas da igreja” (comunicação pessoal 5/2016). E a igreja católica investe nesse apoio feminino de forma astuta, pois está consciente da força do sexo feminino para mobilizar a comunidade e para preservar as tradições, cuja receita reverte para a liquidação das despesas da própria instituição religiosa, anualmente. No caso da Capela de Santa Rita de Cássia, nota-se, no entanto, ainda laivos fortes de ideologia patriarcal quando é ao homem, Marciano, que se atribuem funções de tesouraria. Às mulheres, compete-lhes o exercício de tarefas socialmente associadas ao sexo feminino, excluindo as de gestão financeira. Essas senhoras do CPC, com mais de sessenta anos, demonstram alegria no cumprimento das suas tarefas em prol da comunidade, não se importando com o estatuto de maior ou menor responsabilidade que lhes é inerente. O seu trabalho resulta da fé mas também do afeto que têm às tradições com que se identificam. E esse labor afetivo é sinónimo de “força ou forças de encontro”. É como um “palimpsest of force-encounters traversing the ebbs and swells of intensities that pass between ‘bodies’” (Gregg e Seigworth 2010: 2). Logo, o afeto marca incisivamente “the body’s belonging to a world of encounters,” considerando nesse afeto, também, as escolhas feitas (ou não) pelos seus participantes (Gregg e Seigworth, 2010: 3).

O apoio das mulheres e a existência de órgãos como o CPC facilitam a cooptação das festas do Divino pela igreja católica no litoral catarinense. O Ribeirão da Ilha constitui apenas um exemplo disso. É a igreja que calendariza as festas e, posteriormente, informa à Fundação Catarinense de Cultura sobre as datas a adotar anualmente. Além disso, informa sobre os cônjuges autorizados pelo pároco a exercer o cargo de casal imperial (imperador e imperatriz ou festeiros), ou seja, aquele que irá abraçar a missão de organizar a festa do Divino da sua comunidade. Segue-se a atribuição de 10.000 reais a esse par pela mesma Fundação (Joi Cletison, comunicação pessoal, 06/2014). Espera-se que o casal imperial colabore com o CPC – órgão da paróquia – na organização da festa e, ainda, que selecione outros casais católicos praticantes que cooperem na angariação de fundos durante um ano para custear a festa. Assim sendo, os poderes institucionais são exercidos de forma “relacional” e “fluída,” e uso aqui a designação oferecida por Foucault, de modo a contentar o povo com a comemoração das festas enquanto capital cultural popular e, simultaneamente, conseguir recursos financeiros para a igreja católica no Ribeirão da Ilha, assim como em todo o litoral catarinense, aonde as festas se realizam anualmente.

Referências bibliográficas

- Clifford, James. 1997. *Routes, travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard U P.
- Cohen, Robin. 1997. *Global Diasporas: an introduction*. UCL Press.
- Erll, Astrid. 2011. *Memory in Culture*. Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Gregg, Melissa e Gregory J. Seigworth, 2010. An Inventory of Shimmers. In *The Affect Theory Reader*, eds. Melissa Gregg e Gregory J. Seigworth. Londres: Duke U P.
- Hall, Stuart. 2008. Cultural Identity and Diaspora. In *Theorizing Diaspora*, eds. Jana Evans Braziel e Anita Mannur, 233-46. New Jersey: Blackwell Publishing.
- Haraway, Donna. 1991. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. In *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*, 183–201. London/ New York: Routledge.
- Miller, Daniel. 1987. *Material culture and mass consumption*. New Jersey: Blackwell Publishing.

Contributo para uma leitura sobre práticas de cooperação para o desenvolvimento. O Projeto PAIPA implementado na Guiné-Bissau.

Sónia Frias

ISCSP/Universidade de Lisboa¹

Resumo

Este texto remete para um trabalho de avaliação do Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar (PAIPA), um projeto de cooperação para o desenvolvimento no domínio da agricultura, inscrito no âmbito da cooperação portuguesa com a Guiné-Bissau. O objetivo principal foi o de construir uma Avaliação com foco na metodologia de intervenção desenhada para a implementação do projeto, analisando-se as vias, as ações e os recursos mobilizados para alcançar o objetivo central de promover a transição da agricultura tradicional de base familiar na Guiné-Bissau para uma agricultura de rendimento. Foi analisada a documentação relativa ao projeto, realizaram-se entrevistas em Portugal e na Guiné-Bissau a técnicos e agentes de Cooperação, informantes locais e beneficiários do PAIPA nas regiões em que decorreu a intervenção. O PAIPA foi considerado um projeto de sucesso por se sustentar no respeito pelas especificidades locais e apostar no envolvimento das populações a quem se dirigia.

Palavras-Chave: Cooperação; Metodologia; Comunidades; Guiné-Bissau; PAIPA.

Introdução

Este texto sucede à comunicação que pude apresentar em 2017, na Universidade Aberta de Lisboa, num *workshop* organizado pelo Grupo de Investigação de *Estudos sobre as Mulheres. Género, Sociedades e Culturas*. Intitulava-se o *workshop* em causa *Percursos em Debate*, e previa que as investigadoras presentes apresentassem os trabalhos de pesquisa em que estavam então envolvidas, ou outros que considerassem oportuno discutir no âmbito do seu campo de interesses.

Naquela reunião propus-me apresentar um trabalho que acabara de realizar em conjunto com colegas do Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA) do Instituto Superior de Economia e Gestão e que consistiu na avaliação do Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar (PAIPA), um projeto de desenvolvimento na área da agricultura, tutelado por um organismo público português e realizado na Guiné-Bissau.

As razões desta opção prenderam-se com o facto de aquele trabalho ser, à época, um dos trabalhos mais recentemente realizados por mim e um trabalho que requereu pesquisa de terreno o que para qualquer antropólogo é um verdadeiro bálsamo sobre a quotidianidade dos dias de aulas e dos trabalhos de gabinete. Importante foi também o facto daquela avaliação ter contribuído posteriormente para sustentar decisões relativamente ao futuro do projeto.

² Investigadora do CESA/ISEG/U. Lisboa e investigadora colaboradora do CEMRI/U. Aberta e do CIEG/ISCSP/U. Lisboa.

Para além de tudo isto, pesou também na escolha, o meu interesse pelas questões sobre o desenvolvimento, nomeadamente sobre as agendas e práticas de desenvolvimento em África, muito particularmente no que toca às discussões sobre a forma como em geral os projetos de desenvolvimento têm vindo, ao longo de décadas, a lidar com as diversidades daquele continente, muito particularmente com a diversidade cultural das suas populações.

Para concluir esta introdução talvez mereça sublinhar-se que a avaliação em análise teve um cariz eminentemente técnico (embora se tenha sustentado nas competências e treino de académicos das áreas da antropologia, economia e psicologia), pelo que este texto tem um perfil essencialmente descritivo, muitas vezes também explicativo, apoiando-se a sua discussão apenas quando isso se justifique, em referências científicas.

O Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar

Passemos então à apresentação do PAIPA propriamente dito. Importa sublinhar que a sua criação e em especial a sua aposta na área da agricultura esteve muito diretamente ligada com a deterioração da segurança alimentar das famílias rurais na Guiné-Bissau, deterioração essa devida muitas vezes, a fatores estruturais ou crónicos da economia guineense que ao longo dos anos têm vindo a gerar uma situação de dependência da agricultura tradicional (por si muito condicionada por fatores climáticos), e da monocultura de caju, com a sua exportação exposta às flutuações internacionais de preço, fatos que deixam a população muito vulnerável.

Esta conjuntura justifica e legitima a opção por uma intervenção na área da agricultura, com o objetivo central de se promover, nas zonas onde o PAIPA foi implementado, a transição de um sistema de agricultura tradicional de base familiar para uma agricultura de rendimento.

Para a sua implementação foram avaliadas com o apoio de instituições locais, nomeadamente o Ministério da Agricultura e uma associação para o desenvolvimento rural, as zonas-alvo de intervenção. Posteriormente foram feitos os necessários contactos com as populações locais, consultando-se primeiramente os chefes das tabancas (aldeias), que por sua vez reuniram com os anciãos locais seus conselheiros e depois com as suas comunidades, como é costume fazer-se tradicionalmente.

A receptividade foi, como se esperava, a melhor, pois que as comunidades são sensíveis às questões da agricultura, produção e segurança alimentar uma vez que são questões muito concretas e que afetam diretamente o seu quotidiano, pelo que o projeto começou a ser implementado logo em 2008, prevenindo-se o seu desenvolvimento até ao ano de 2015. Em termos muito gerais, importa referir que, para a sua operacionalização o projeto previa a doação de alguma maquinaria agrícola, nomeadamente de tratores, descascadoras, moinhos, motobombas e moto carros (motorizadas de caixa aberta). Para além da doação de maquinaria foi necessário proporcionar aos camponeses interessados e envolvidos no projeto, formação para a sua utilização das máquinas. Organizaram-se também, sobretudo numa primeira fase, formações noutras domínios com o objetivo de se virem depois a plantar pomares e hortas exóticas (hortas típicas portuguesas, onde no mesmo espaço se mistura a produção de diferentes produtos), a partir da introdução de novas sementes e novos produtos.

A prática demonstrou ter o PAIPA (nas pessoas dos seus agentes locais) um excelente entendimento sobre o valor das questões relacionadas com as particularidades culturais, geográficas e outras, facto que concorreu e facilitou a aproximação e o diálogo com as comunidades e autoridades locais. Isto aconteceu desde o início da implementação do PAIPA e, ao que se pode constatar, foi continuando, ao longo dos anos, a ser preservado pelos agentes (portugueses e guineenses) que se mantiveram no terreno e que, assim, souberam valorizar e promover as boas relações de trabalho e colaboração de uns e outros atores envolvidos no projeto, o que se espelhou na visível e crescente apropriação do PAIPA por parte das comunidades.

De início, ou seja, na sua primeira fase, que decorreu em 2008 e 2009, o PAIPA foi executado em duas tabancas. Para a melhor organização e gestão do projeto, estabeleceu-se como regra a necessidade da constituição de associações de agricultores que deveriam ser um polo dinamizador dos trabalhos. Nesta primeira fase, o projeto teve então como beneficiárias diretas 2 associações com 167 mulheres e 66 homens, num total de 233 pessoas, mas beneficiou indiretamente cerca de 635 pessoas de 10 tabancas próximas (Frias 2016). De acordo com os objetivos estabelecidos, o projeto previa um conjunto de atividades integradas, tais como: *i*) recuperação de terras e de culturas (sequeiro, produção hortícola, sementes de arroz e hortícolas, etc.), melhoramentos na gestão da água e criação de campos de produção de sementes; *ii*) formação dos agricultores (técnicas agrícolas modernas, integração pecuária e agrícola, multiplicação de sementes, etc.).

A Importância das Associações

Um dos critérios previstos para a implementação do PAIPA era como se viu, a criação de associações de agricultoras que possibilitassem a dinamização dos trabalhos nas tabancas envolvidas.

Foram então criadas as duas primeiras associações, uma em cada uma das tabancas onde o projeto começou por ser implementado. Promoveu-se contudo desde o início a ideia de que estas associações podiam acolher sócios de outras tabancas para além daquelas onde estavam sediadas.

Importa sublinhar que aderiram às associações agricultores de tabancas distintas, no sentido de outras, mas também no sentido de tabancas com uma base étnica ou sociocultural distinta. Esse facto foi gerido localmente pelas comunidades e sem qualquer interferência dos agentes do projeto. Na base estava o interesse das comunidades em melhorar a sua produção e por aí a sua própria vida e esse é, segundo as lógicas locais, um direito que se deve alargar a todos os interessados pois que evita o empobrecimento das famílias, mas sobretudo os conflitos, seja entre indivíduos, seja entre tabancas de etnia diversa. A sabedoria dos Homens Grandes (chefes das tabancas ou autoridades tradicionais, em regra anciãos), define que o equilíbrio das diferenças é um fator chave para a manutenção da paz e evitativo de tensões.

Para além do mais, considerou-se que a existência de associações facilitaria, tanto o desenvolvimento dos trabalhos, como a gestão das relações do PAIPA com as tabancas, nomeadamente, no que respei-

ta à vinculação destas ao projeto, à normalização das responsabilidades e direitos dos associados e à apropriação de resultados.

Inicialmente, o PAIPA propôs a criação de 2 associações, mas posteriormente, dada a expansão do projeto para a região de Gabu, a norte de Bafatá, também foi criada uma associação nessa região.

As “associações do projeto” foram constituídas segundo um processo articulado, ou seja, o PAIPA propôs a criação de associações, mas remeteu para as comunidades a responsabilidade da escolha dos elementos que deveriam compor a equipa responsável pela gestão da respetiva associação e, por fim, respeitou a indicação das lideranças das tabancas pelos “Homens Grandes” (*Omi garandi*) e pelo conjunto de homens “Mais Velhos” de cada tabanca. De forma menos explícita, terão sido consultadas as mulheres, cujas vozes, segundo pudemos constatar, são ouvidas e respeitadas nas comunidades, independentemente da etnia maioritária das diferentes tabancas.

Também desta forma, foi possível constatar que as relações entre as associações, as populações locais e as autoridades tradicionais são de grande importância. Na prática o que se constatou foi que os problemas que se pudessem colocar às associações, quando se mostrassem de solução complexa, eram levados às autoridades tradicionais locais (por vezes de mais de uma tabanca, se esses problemas envolvessem indivíduos de várias comunidades para poderem ser resolvidos em conjunto), procurando-se assim, mais uma vez, alcançar uma solução consensual que depois era seguida pelas associações e pelas comunidades. Esta metodologia, de base tradicional, é muito respeitada e cumprida (Alexandre 2012).

As associações tiveram numa primeira fase, como se disse, os objetivos de apoiar as populações rurais no concernente ao aumento de capacidades e competências que visassem diversificar e intensificar a produção agrícola (quer aquela para consumo, quer aquela para rendimento). A par, previa-se que o Projeto apoiasse também a constituição de associações de agricultores nas tabancas (aldeias), com o fim de se fortalecer localmente a participação, procurando-se com isso trabalhar gradualmente a transferência para as populações de saberes e responsabilidades relativos à execução e manutenção do projeto, e dos trabalhos.

Na constituição das associações, foram feitas distinções, preferindo-se chefes-homens e tesoureiras-mulheres, critérios que assentaram no bom conhecimento que os fundadores do PAIPA tinham sobre as especificidades culturais e organizativas locais, pelo que a imposição desses critérios foi ao encontro das lógicas das comunidades, não tendo causado qualquer tipo de constrangimento.

Os trabalhos demonstram que homens e mulheres têm vindo a ser capacitados e a assumir responsabilidades específicas. As próprias comunidades fazem, naturalmente, uma divisão dos seus papéis e ambições segundo as suas lógicas, tradição e, claramente, os saberes e interesses de parte a parte.

O papel das mulheres nas relações sociais de produção

Uma das questões da Avaliação solicitada pela entidade promotora do projecto, tinha a ver com o modo como a intervenção contribuiu para mudanças no papel das mulheres nas relações sociais de produção/distribuição/consumo de produtos alimentares e na posse/decisão sobre o rendimento gerado.

Do que foi dado observar à equipa avaliadora, a participação e liderança das mulheres relativamente às atividades do PAIPA efetuaram-se como extensão das responsabilidades que elas já assumem nesses contextos. Na prática não foram identificadas áreas não tradicionais de atuação das mulheres. Na verdade, pelo que se pôde compreender, os processos de liderança e de tomada de decisão seguiram as regras culturalmente instituídas e o poder das mulheres continuou, como sempre nestas matérias, ligado à produção e as lideranças a serem exercidas de forma menos evidente, o que obriga a um olhar mais demorado sobre as suas ações e relações. É um facto que, os princípios tradicionais ao nível da divisão sexual do trabalho e das relações de género se mantêm presentemente muito iguais ou pouco alterados por relação ao que acontecia no passado, sobretudo no período colonial, quando foram introduzidas normas de organização de base económica que influenciaram mudanças que foram sendo integradas ao longo do tempo. Acontece que essa separação é clara e aparentemente respeitada por todos. Não ofende as mulheres, nem as impede de interferir e de expressar as suas opiniões e perspetivas, com clareza e sem receios, nas reuniões alargadas a homens e mulheres e perante a comunidade, como se pôde constatar aquando das várias reuniões havidas quer em grupo, quer separadamente, com homens, mulheres e jovens das comunidades.

Importa sublinhar este facto, para clarificar que, muitas vezes, a interpretação estrangeira (euro-americana) sobre o lugar da mulher em África tem partido de pressupostos centrados meramente no contributo de tipo económico de homens e mulheres (contributo normalmente ligado à produção), não dando muitas vezes as *Agendas Internacionais*, a suficiente importância ao facto de que, numa grande parte dos casos, as sociedades camponesas tradicionais se apoiam menos nas relações de produção e mais nas relações sociais, ou seja, mais nas relações dos vivos com os antepassados e dos vivos entre si, conforme a idade, o sexo, ou o lugar que ocupam na família, sempre com o objetivo de fortalecerem o funcionamento integrado das suas comunidades na sua relação com o meio, numa perspetiva muito ecológica (Frias 2006).

Nas tabancas visitadas ficou clara a distinção entre lugares e papéis de homens e mulheres (como acontece noutras sociedades), porém, esse facto não deve ser confundido com questões de hierarquia de género. Pelo que se pode reter, as mulheres dominam a palavra em determinados espaços e ocasiões e os homens noutros. Estes contextos são muito nítidos. Em todas as tabancas foi possível observar que a participação das mulheres nos espaços de domínio masculino não é um interdito, ela é permitida sobretudo às mulheres mais velhas, ou àquelas que tenham adquirido um *status* (de respeitabilidade ou autoridade, o que acontece normalmente com as mulheres mais velhas) na comunidade. Uma das vantagens do PAIPA na sua abordagem “parceira” foi o profundo conhecimento das cosmogonias das populações, pelo que, do que se pôde constatar, não houve domínios da organização social em que tenha existido intervenção direta do projeto, seja ao nível do papel das mulheres, seja ao nível das suas relações sociais de produção, distribuição e consumo, ou ao nível da produção alimentar e da posse/decisão sobre o rendimento gerado.

De sublinhar, como já se disse, que em todas as associações, as tesoureiras foram mulheres. Cada tesoureira foi indicada pelo chefe da tabanca após auscultação dos mais velhos, homens e mulheres. O critério da escolha teve a ver, como sempre sucede, com uma avaliação sobre as qualidades pessoais da mulher, nomeadamente a seriedade, a inteligência no campo da guarda e gestão de dinheiros e a confiança que ao longo do tempo foi ganhando no seio do grupo e mesmo nas comunidades vizinhas. A etnia de proveniência, não teve, ao que foi possível apurar, qualquer peso. Importante foi o reconhecimento consensual de ser uma pessoa séria e em quem todos podiam confiar. A regra foi sempre a de que a sua escolha fosse unanimemente aceite pelos sócios. Nas comunidades observadas, foi unânime a assunção de que as mulheres guardam o dinheiro melhor do que os homens. Ora, esta ideia é ela própria, consideramos, demonstrativa de um reconhecimento das melhores competências de homens e de mulheres.

Porque as sociedades são dinâmicas, é possível e esperável que com o passar do tempo e com o cimentar dos novos conhecimentos ao nível das práticas agrícolas, e com o aumento da produção de excedentes, e possibilidades de negócios, mas sobretudo por via dos efeitos da urbanização (que na Guiné-Bissau tem no entanto impactos pouco acelerados), que os papéis e relações de género venham a sofrer mudanças. Contudo importa não descurar que perante as muitas dificuldades (como a existência de choques e crises repentinas, nomeadamente crises económicas, climatéricas ou, como é justo acrescentar para o caso da Guiné-Bissau, políticas) com que as comunidades camponesas lidam nas regiões interiores da Guiné-Bissau assim como certamente noutras regiões do interior rural da África subsariana, na base do sistema de organização que sustenta as comunidades está, mais uma vez, a procura do equilíbrio. O ambiente é em regra hostil pelo que importa a reunião dos grupos em prol de objetivos de sobrevivência, numa expressão clara do conceito de ecologia humana, pois que todos sabem que as tensões e conflitos dentro ou entre as comunidades, podem significar desequilíbrios que podem por em risco a comunidade no seu todo.

Tradicionalmente os equilíbrios são garantidos com base na legitimação e aceitação dos valores ancestrais legados pelos antepassados. Na prática esta é a justificação de todas as religiões e mitos de criação. Determinam-se *Ordens* apropriadas à sobrevivência dos grupos face às possibilidades dos meios onde vivem. Para seu melhor cumprimento envolvem-se essas *Ordens* ou “leis” numa aura mágica ou religiosa, conforme as crenças dos lugares, e esse sistema é o referencial que legitima as regras que importa cumprir com vista à conservação dos grupos.

Algumas das razões do sucesso do projeto

A equipa de Avaliação considerou o PAIPA, na generalidade das áreas onde interveio, um projeto com resultados muito positivos, propondo que pudesse ser considerado um modelo de boa-prática nesta área da cooperação (domínio agrícola). Pelo que foi possível reter ao longo do estudo que sustentou o processo de avaliação, o projeto conseguiu resultados apreciáveis ao nível da melhoria e aumento da produção, da introdução de novas espécies e práticas agrícolas, bem como no campo da transição agrícola, com efeitos evidentes ao nível da segurança alimentar e da promoção de uma melhor qualidade de vida das populações, pelo que não pode deixar de ser considerado um projeto relevante, que

contribuiu para responder a muitos dos problemas e necessidades que se colocavam às tabancas alvo da intervenção.

Na prática ficou demonstrado que o PAIPA teve um excelente entendimento sobre o valor das questões relacionadas com as particularidades culturais, geográficas e outras, dos lugares onde foi implementado, facto que concorreu e facilitou a aproximação e o diálogo com as comunidades e autoridades locais. Tal aconteceu desde o início da sua implementação e, ao que foi possível constatar, continuou, ao longo dos anos, a ser preservado pelos agentes portugueses que se mantiveram no terreno e que, assim, souberam valorizar e promover as boas relações de trabalho e colaboração de uns e outros atores envolvidos no projeto, o que se espelha na visível e crescente apropriação do PAIPA por parte das comunidades.

A metodologia de intervenção permitiu uma verdadeira cooperação entre o PAIPA e as comunidades que optaram por associar-se ao projeto.

Ainda que, em termos formais, o PAIPA contivesse ambições que ultrapassam as áreas da agricultura, segurança alimentar e formação, o facto é que estas áreas de intervenção, bem como a clara definição dos seus limites e fronteiras, foram grandes valias do projeto.

As comunidades são sensíveis às questões da agricultura, produção e segurança alimentar porque elas são muito concretas e afetam diretamente o seu quotidiano, pelo que neste campo, é difícil que ocorram problemas relacionados com resistências culturais realmente impeditivas do desenvolvimento dos trabalhos, a não ser no que se possa relacionar com tabus ligados à produção para a alimentação e, eventualmente, a algumas questões mais ligadas ao trabalho (as populações muçulmanas, por exemplo, não trabalham à sexta-feira e é preciso ter isso em conta). Em projetos, cujas área de intervenção e objetivos possam afigurar-se mais “abstratos”, ou estranhos às populações, é mais comum a resistência das comunidades, tenha essa resistência uma base cultural, ou outra.

No campo dos projetos relacionados com práticas agrícolas para o consumo e/ou rendimento, não é comum que tal aconteça.

Na verdade, a apropriação dos resultados do projeto foi feita de forma muito gradual, natural e ajustada nas diferentes comunidades visitadas, pelo que a questão da diversidade étnica, como já se referiu, nunca se prefigurou como um obstáculo, nem como um constrangimento ao desenvolvimento do projeto. A questão das etnias, ao que se pôde compreender, nunca se colocou como matéria sensível, no sentido de poder criar constrangimentos, quer ao envolvimento das comunidades no projeto, quer à boa realização dos trabalhos com o PAIPA.

Pode considerar-se que o bom conhecimento das distintas realidades culturais por parte dos agentes do PAIPA e a deferência e respeito postos na comunicação com as diversas comunidades foram aspetos de valor não negligenciável e que, em larga medida, podem ter concorrido, ainda que de forma difusa, para o sucesso da relação PAIPA-Comunidades-PAIPA.

Mas... nem tudo foi bem-sucedido

Mas nem tudo foi bem-sucedido de facto. Para além destas duas regiões onde o PAIPA foi implementado (regiões de Bafatá e Gabu), houve, no início uma proposta para que o projeto fosse também desenvolvido em Blom uma tabanca da região de Biombo, mais próxima de Bissau.

Foi uma proposta feita por uma governante guineense que teve como requisito que o trabalho fosse implementado apenas com mulheres (no caso, com uma associação de mulheres coordenada por uma Missão católica local).

No terreno foi possível verificar que os trabalhos estavam desativados por motivos que se prenderam com um conjunto de circunstâncias difíceis de concretizar convenientemente, dado o difícil acesso à informação, sempre pouco clara, por parte das freiras da Missão religiosa, o organismo com quem se previa que o PAIPA mantivesse as conversações sobre a implementação do projeto.

Da avaliação feita no terreno, identificou-se um conjunto circunstâncias que se considerou poderem estar relacionadas com o insucesso da implementação do Projeto em Blom. Algumas dessas circunstâncias tiveram a ver com os seguintes fatores:

1. A ordem de razões que levaram à ampliação do PAIPA a Biombo, que não terá tido em conta as reais possibilidades de execução do projeto;
2. O requisito de trabalho apenas com mulheres (no caso, com uma associação de mulheres coordenada pela Missão) e não com a comunidade no seu todo (o que excluía os homens e que, tradicionalmente, pode ser entendido como desrespeito);
3. As dificuldades de afetação formal de um terreno à Associação (exigência do PAIPA), terreno que deveria funcionar como campo de demonstração e de formação agrícola;
4. A intermediação PAIPA-Associação-Mulheres feita por uma Missão Católica previamente instalada no terreno (excluindo-se um diálogo direto com a comunidade), facto que poderá ter concorrido localmente para uma associação do PAIPA à Missão, cujos efeitos não foi possível aferir (isso requeria maior proximidade e mais tempo de observação);
5. Questões do foro do património cultural tradicional da etnia papel, a etnia local;
6. A maior proximidade a Bissau, que poderá estimular na comunidade interesses mais ligados a outras atividades que não a agricultura.

Na verdade, trouxe-se da deslocação a Biombo a clara impressão de bloqueio à informação, mesmo por parte da Missão, cujas freiras se mostraram continuamente indisponíveis, alegando retiros espirituais, férias e outras ausências, não facilitando a aproximação da equipa, nem sequer às mulheres da Ndapion, o nome da associação local.

Foi possível apurar que o abandono da ideia de ampliação do PAIPA a Biombo foi determinado na sequência de duas experiências malsucedidas, experiências que se prenderam muito diretamente com a indisponibilidade de um terreno para exploração agrícola e com algumas tentativas pouco sucedidas de relacionamento com as autoridades locais, episódios sempre relacionados com a questão da cedên-

cia de um terreno onde o projeto pudesse concretizar as suas atividades (não tendo sido fácil ao chefe da tabanca atribuir um terreno que não beneficiaria a comunidade no seu todo, mas apenas parte dela: as mulheres ligadas à Missão).

Apesar desta circunstância, chegou a haver intervenção do PAIPA em Blom nos anos de 2011 e 2012 (num terreno inicialmente cedido, mas depois reclamado pelo filho do Chefe da tabanca) e, posteriormente, em 2013, quando foi cedido à associação um segundo terreno (não tendo sido possível determinar quem o cedeu), que também foi reclamado em 2014 (Frias 2016). Nesses dois terrenos foram feitas experiências ao nível da agricultura, para além de algumas benfeitorias (construção de dois poços e de vedações) e dotação de alfaia agrícolas. Segundo uma mulher com quem foi possível falar, essas experiências tiveram muitos bons resultados, enquanto duraram, tendo permitido alguma capacitação das mulheres relativamente à introdução e produção (com sucesso) de produtos hortícolas diferentes dos tradicionalmente produzidos.

A experiência de Biombo, entendemos, poderá ser útil na avaliação de novas fases de expansão do PAIPA, dado que, num país onde o conjunto das etnias reclama um património sociocultural de base patriarcal, a exclusão dos homens de um projeto desta natureza pode constituir-se, entendemos, num sério impedimento à sua própria execução (PAIPA 2016; Frias 2006).

Conclusões

A ação do PAIPA permitiu a promoção de um conjunto de mudanças e a criação de oportunidades de ação, principalmente, para os beneficiários dessa intervenção. As mudanças puderam ser observadas a diferentes níveis. Na base, a nível do processo produtivo, pode destacar-se: a modificação de técnicas de produção agrícola, em parte permitida pela introdução de formas de mecanização, mas também através da introdução de novos produtos, que exigem técnicas próprias; a introdução do processamento da produção, sobretudo com as descascadoras de trigo e os moinhos de cereais, permitindo novas possibilidades de comercialização da produção; a diversificação da produção agrícola implicou, não só lidar com diferentes técnicas produtivas, mas também adotar diferentes estratégias de gestão para o conjunto da atividade produtiva. Podemos dizer que estas mudanças introduziram a possibilidade de se iniciar um processo de transição agrícola, com implicações multidimensionais na vida das comunidades (Frias 2016).

As transformações no processo produtivo determinaram um conjunto de mudanças a outros níveis e com implicações diferenciadas. Por um lado, um maior impulso na interação entre a atividade produtiva e a mercantil, na medida em que o crescimento da produção de excedentes gera disponibilidade e apetência para aumentar a participação na atividade de comércio, implicando a possibilidade de se pensar a produção de espécies diretamente orientadas para o mercado. E isso aconteceu com o fenómeno das hortas exóticas e familiares. Estas mudanças têm, como consequência, a necessidade de os produtores adotarem novas estratégias, produtivas e de mercado, de que resultam novos comportamentos e crescentemente mais complexos.

Contribuíram claramente para o sucesso do projeto, a sua boa aceitação por parte das comunidades.

Segundo os avaliadores, um dos aspetos mais relevantes no tocante ao sucesso do desenvolvimento do projeto, foi o facto de se ter optado por uma metodologia que promoveu uma interação contínua com os técnicos no terreno, facto que levou as populações a observar e a ganhar confiança, no afundo a acreditar, nas possibilidades e alcance do projeto.

Outros aspetos que acabaram por contribuir para o sucesso da execução do PAIPA prenderam-se com:

1. A integração de um técnico guineense na equipa de terreno, um profissional com reconhecidas competências de comunicação e diálogo, com elevado grau de conhecimento sobre a heterogeneidade sociocultural das diversas etnias e, de sublinhar, respeitador dessas diferenças;
2. A qualidade dos conhecimentos técnicos detidos pelos agentes do projeto;
3. O reconhecimento dessas competências por parte dos camponeses envolvidos no projeto;
4. As competências desses agentes na transferência de conhecimentos formativos às comunidades envolvidas nos trabalhos; v) o respeito pela diversidade étnica dos diversos grupos envolvidos, um dos elementos que identificam a Guiné.

Igualmente importante foi a utilização, sobretudo nas fases de trabalho mais experimental, de uma metodologia de *trabalho em conjunto*, que na prática conduz a um ambiente de coaprendizagem gerador de forte unidade.

Referências bibliográficas

Abreu, Alexandre. 2012. Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural. *e-cadernos CES*, <http://eces.revues.org/955> (acedido em 10 de Dezembro de 2019)

Frias, Sónia. coord. 2016. Processo de Avaliação do Projeto de Apoio à Intensificação Alimentar (PAIPA) na Guiné-Bissau. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/images/transparencia/PAIPA_RelatorioFinalAvaliacao_CEsA_11-05-16.pdf

Frias, Sónia. 2006. *“Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira” Por quanto tempo? Mulheres, economia informal e mudança Cultural: estudo realizado na cidade de Maputo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Quintino, Maria Celeste G. R. 2004. *Migrações e etnicidades em terrenos portugueses. Guineenses: estratégias de invenção de uma comunidade*. Lisboa: ISCSP.

Igualdade de género e formação de docentes: das políticas públicas às estratégias de intervenção – mudanças e resistências

Teresa Alvarez

CEMRI/Universidade Aberta; CIG¹

Resumo

No quadro das políticas públicas para a Igualdade entre Mulheres e Homens dirigidas à educação formal, o presente texto centra-se sobre a principal estratégia seguida pela ação desenvolvida pelo mecanismo nacional para a igualdade (atual CIG) em estreita colaboração com investigadoras/es de diversas instituições de ensino superior do nosso país, ao longo das últimas décadas. Recordando os principais projetos de intervenção destinados às escolas e de forma especial às e aos docentes dos ensino básico e secundário, bem como profissionais de educação de infância, apresentar algumas reflexões e, a partir delas, algumas sugestões que visam mudar os objetivos e as metodologias seguidas na formação de docentes.

Palavras-chave: formação de docentes; mainstreaming de género; sistema escolar; projetos de intervenção; mecanismo para a igualdade

1. Um breve olhar sobre a Educação e as Políticas Públicas para a Igualdade entre Mulheres e Homens em Portugal

As políticas públicas para a igualdade entre mulheres e homens, ou igualdade de género como passou, progressivamente, a designar-se a partir da década de 90 do século passado, têm sido implementadas em Portugal, ao longo dos 45 anos de democracia, pelo principal mecanismo nacional para a igualdade, criado em 1975, atualmente denominado por Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).²

Atuando em todas as áreas setoriais e privilegiando umas ou outras dessas áreas, conforme as conjunturas que marcam a história recente do nosso país, a CIG manteve, todavia, desde a sua criação, duas áreas de interesse permanente: a do trabalho e conciliação e a da educação.

Com efeito e tal como lembra Teresa Pinto (2000, 2013), este organismo tem um papel pioneiro na educação, que assume como uma área de intervenção prioritária e onde desenvolve uma ação continuada no tempo, estrategicamente conduzida e alicerçada no estabelecimento criterioso de parcerias privilegiadas, nomeadamente com instituições de ensino superior e ONG. A promoção e a divulgação dos estudos produzidos pela investigação científica e a nível institucional (como estatísticas e diagnósticos), a formação de profissionais de educação, em especial de docentes, e o desenvolvimento de projetos de intervenção e, a partir destes, a publicação de estudos e de recursos destinados especificamente à educação constituíram os três principais eixos da atuação da CIG neste domínio.

¹ Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

² Criada em 1975, com a designação de Comissão da Condição Feminina (CCF), passa, em 1990, a denominar-se Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM). Em 2006 adquire o nome que tem hoje. Em 1979 é criado um segundo mecanismo nacional para a igualdade entre mulheres e homens no domínio laboral, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

A partir de 1997, Portugal passa a ter Planos Nacionais como principal instrumento de política para a igualdade entre mulheres e homens (Figura 1). Após cinco Planos Nacionais, é aprovada, em 2018, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) que se concretizará através de três Planos de Ação, o primeiro dos quais, o mais amplo, abrangente e transversal, é o Plano de Ação para Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH).³

Figura 1 – Os instrumentos de política para a Igualdade entre Mulheres e Homens em Portugal



Nestes seis instrumentos políticos, a educação permanece como uma das grandes áreas setoriais prioritárias, juntamente com a do emprego e da conciliação, bem como, mas nem sempre com o mesmo nível de importância, a da saúde, contrariamente ao que sucede com outras áreas setoriais que foram sendo integradas, com maior ou menor relevo, de acordo com as prioridades políticas de cada momento.

A formação de profissionais de educação (contínua e/ou inicial) é, nas medidas definidas para a educação, a única comum a todos os Planos Nacionais e ao PAIMH da ENIND.⁴

Com a aprovação, em 2017, da *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)*,⁵ a Igualdade de Género (IG) é, pela primeira vez, assumida pelas políticas educativas como integrando o currículo do ensino não superior, sendo identificada como um dos domínios obrigatórios “para todos os níveis e ciclos de escolaridade” (ENEC 2017, 7) da Educação para a Cidadania (EC). A formação de docentes é considerada uma condição imprescindível para a implementação e concretização da ENEC a nível nacional, nos diferentes domínios temáticos, incluindo o da IG, sendo os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) chamados a ter um papel essencial na coordenação da formação prevista e da sua multiplicação. Neste sentido, a ENIND, aprovado em 2018, prevê a implementação da IG no quadro da ENEC, medida que se pretende concretizada através da formação contínua de docentes sobre a temática da igualdade entre mulheres e homens.⁶ Vinte e dois anos volvidos sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), de 1986⁷, as políticas educativas e as políticas para igualdade de género convergem finalmente, através do entrosamento de dois instrumentos políticos, respetivamente, da Educação (ENEC) e da Igualdade de Género (ENIND).

³ Neste texto apenas se teve em conta a análise dos instrumentos de política para a Igualdade entre Mulheres e Homens. Os Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica integram igualmente medidas destinadas à educação, tal como sucede, desde 2007, com os Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos, sendo ambos de âmbito mais restrito.

⁴ Para além da formação de profissionais de educação ou de docentes, são recorrentes nestes instrumentos (mas não comuns a todos) medidas sobre as escolhas profissionais não estereotipadas, com ênfase no incentivo a dar às raparigas para as TIC, e a eliminação dos estereótipos sexistas (no currículo, nos manuais ou na orientação vocacional).

⁵ Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf (acedido em 20 de dezembro 2019)

⁶ Na medida 3.1.1. *Implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no que se refere ao domínio da “Igualdade de Género” e ao seu cruzamento com outros domínios e temáticas*, do PAIMH, um dos indicadores desta medida é o número de docentes formados/as.

⁷ Lei nº 46/86, de 14 de outubro, apenas refere a igualdade entre os sexos numa alínea do art. 3º (Princípios Organizativos): alínea j) *Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo*. A regulamentação desta alínea nunca se efectuou.

Em 2000 a aplicação dos fundos comunitários começa a beneficiar, gradualmente e de forma mais direta, as políticas para a Igualdade de Género. Com o *III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006*, a medida relativa à Promoção da Igualdade de Oportunidades, nas tipologias de projeto do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)⁸, permitiu apoiar, pela primeira vez, as Organizações Não Governamentais que trabalhavam neste domínio, nomeadamente as que se encontravam representadas no Conselho Consultivo da CIDM, as quais constituíram 24,7% do total de organizações da sociedade civil financiadas (Ferreira 2007). Seguiu-se o *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013* (QREN) que tornou a Igualdade de Género num dos eixos do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social ampliando significativamente o apoio às Organizações Não Governamentais e criando, entre outras, uma tipologia de apoio à formação de públicos estratégicos em IG⁹, apresentando estas duas tipologias, respetivamente, 27,7% e 30,5% dos projetos aprovados no Eixo da Igualdade de Género (Ferreira e Monteiro 2013). Por fim, o quadro comunitário *Portugal 2020* (2014-2020), que integra a Igualdade de Oportunidades no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, continua a apoiar as ONG e a formação de públicos estratégicos em IG¹⁰. A CIG alarga os referenciais de formação para públicos estratégicos a profissionais de educação¹¹, tornando possível o financiamento da formação deste grupo profissional no quadro Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores.¹²

A partir de 2007, com o *III Plano Nacional para a Igualdade. Cidadania e Género*, o poder local vai ocupando paulatinamente uma importância crescente nos instrumentos de política para a IG. A evolução da territorialização das políticas para a igualdade entre mulheres e homens, apesar de todos os seus condicionalismos, revelou-se um fator facilitador do desenvolvimento de iniciativas e de projetos, com maior ou menor abrangência, destinados às escolas, diretamente a discentes mas também a docentes através, nomeadamente, de atividades de formação, frequentemente realizadas em parceria com os CFAE. Se nos últimos 15 anos alguns municípios têm vindo a integrar a educação nas políticas locais para a IG, nomeadamente no quadro da prevenção da violência de género, no namoro ou doméstica, ou do combate aos estereótipos sexistas, privilegiando progressivamente a formação de docentes como uma estratégia de intervenção, nos últimos dois anos a ENEC veio reforçar a necessidade de integração da IG nas políticas educativas a nível local.

É neste quadro que a formação de docentes se constitui como um elemento estruturante das políticas para a IG e da ação do organismo responsável pela sua implementação, coordenação e avaliação, a CIG.

⁸ Despacho conjunto n.º 102-A/2001, de 1 de fevereiro.

⁹ Despacho n.º 15608/2009 e Despacho n.º 15606/2009, de 9 de julho

¹⁰ POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego Disponível em <https://poise.portugal2020.pt/eixo-3>.

¹¹ A CIG disponibilizou um conjunto de referenciais de formação, apresentando um referencial (inicialmente apresentou dois) especificamente para docentes, que pode ser consultado em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2019/07/referencial-16-atualizado-julho2019.pdf>. Apesar de muitos dos referenciais disponibilizados pela CIG poderem ser utilizados para a formação de públicos estratégicos heterogéneos, incluindo docentes, apenas este referencial de formação é exclusivamente dirigido a docentes.

¹² Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.

2. A formação de docentes em Igualdade de Género: uma estratégia, um percurso, uma dinâmica em rede

Na esteira da produção e publicação dos primeiros estudos sobre os estereótipos sexistas nos manuais escolares e nas práticas educativas realizados pela Comissão da Condição Feminina em finais dos anos 70 (CIG 2015), nos anos 80 este organismo dá início ao desenvolvimento de uma série de projetos de intervenção, dirigidos ao sistema educativo, maioritariamente coordenados pela CIG ou, quando tal não sucedeu, de que este organismo foi um dos principais parceiros (Pinto e Henriques 2002). A década de 1980 assiste ao Projeto *Mudar as Atitudes* que incidiu sobre os estereótipos sexistas na prática docente bem como nas escolhas escolares e profissionais, contemplando a formação de docentes, em especial do actual 1º ciclo. Sucede-se, nos anos 90, a sequência dos Projetos Transnacionais, financiados por fundos comunitários, *Em Busca de uma Pedagogia para a Igualdade* 1995-1996 (AAVV 1995), *Igualdade de Oportunidades e Formação Inicial de Docentes – IO-FID* 1997-1998 (Neto et al. 1997) e finalmente *Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática* 1999-2001 (Pinto 2001). Marcam estes projetos a parceria com e entre instituições de ensino superior (nacionais e depois de outros países europeus), o estabelecimento de redes nacionais e transnacionais entre pessoas e instituições e a produção e publicação de obras de apoio à integração da temática da igualdade entre mulheres e homens na formação de docentes. A CIG passa a privilegiar a formação inicial de profissionais de educação, culminando esta opção no projeto-piloto transnacional *Coeducação* que, durante três anos, envolveu 16 instituições de ensino superior com formação de professores/as, produzindo, aplicando e utilizando materiais temáticos transversais¹³ na formação inicial realizada por instituições de Portugal, Espanha, França e Itália. A criação por este Projeto da Rede Informal *Coeducação* constitui, ainda hoje, um recurso incontornável para a intervenção no sistema educativo.

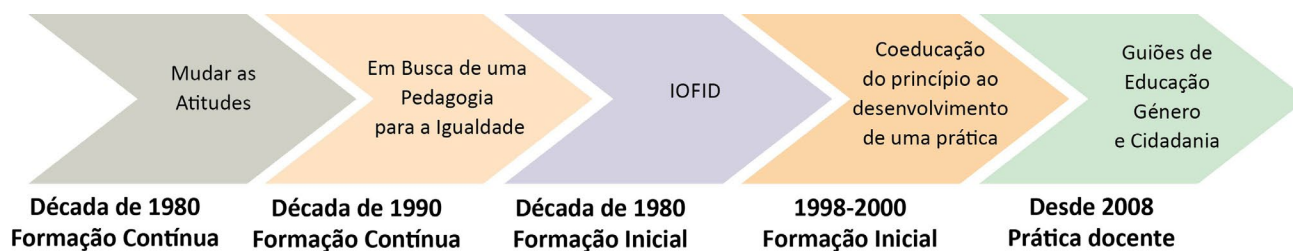
Em 2004-2011 é a vez da parceria da CIG no Projeto SACAUSEF¹⁴, promovido pela então Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), também este alicerçado na estreita colaboração de instituições de ensino superior e de investigadoras e especialistas em Educação, Formação de Docentes e Estudos sobre as Mulheres e de Género que, através da CIG, participaram neste Projeto (Alvarez 2005; Joaquim 2011). Centrado nos recursos educativos, o Projeto centra-se no *software* educativo (AAVV 2007) e nos recursos educativos digitais (RED) (AAVV 2011) e constituiu a primeira experiência institucional de integração dos critérios relativos à IG na produção, avaliação e certificação de *software* educativo e de RED: uso de uma linguagem inclusiva dos dois sexos e ausência de estereótipos sexistas. Uma das vertentes essenciais deste Projeto foi a formação em IG, de docentes avaliadores/as de RED.

Por fim, em 2008, inicia-se o projeto *Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia para o mainstreaming de género na educação* alicerçado na produção de materiais de apoio à integração da IG no currículo dos ensinos básico e secundário e na formação de docentes visando a generalização da sua utilização efetiva. Com a aprovação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, em 2017, este projeto que cobre o ensino não superior, torna-se charneira do entrosamento das políticas públicas para a igualdade e das políticas educativas, tornando-se simultaneamente um fator de concretização de ambas as políticas. (Fig. 2)

¹³ Dez títulos originais publicados na colecção *Cadernos Coeducação* traduzidos para as línguas dos países parceiros e para inglês, num total de 26 títulos.

¹⁴ Sistema de Avaliação, Certificação e Apoio à Utilização de Software para a Educação e a Formação – SACAUSEF.

Figura 2 – Projetos de intervenção da CIG dirigidos ao sistema educativo (1979 – ...)



O Projeto Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia de mainstreaming de género no sistema educativo

O projeto¹⁵ inicia-se em 2008-2009 prolongando-se até ao presente e cobrindo todo o país, Continente e Regiões Autónomas da Madeira e Açores. Financiado através de fundos comunitários (QREN/POPH) e pelas verbas dos Jogos Sociais destinados à área da Igualdade de Género, passa integrar, a partir de 2011, as medidas da educação dos Planos Nacionais para a Igualdade de Género (IV, V e ENIND/PAIMH), tornando-se assim uma medida de política.

Coordenado pela CIG, tem vindo a ser concretizado com a colaboração de 41 investigadoras/es e docentes pertencentes a 16 instituições de ensino superior¹⁶, do norte a sul do país, e a parceria de 10 dessas instituições.

O Projeto tem duas vertentes principais: a produção de materiais científicos-pedagógicos destinados a docentes dos ensinos básico e secundário e profissionais de educação de infância (Cardona 2010 e 2012; Pinto 2010; Pomar 2012 e Vieira 2015) – centrados sobre a abordagem do currículo e das práticas educativas em contexto escolar, a partir da ótica do género e das relações entre mulheres e homens – e a formação contínua de docentes de todos os ciclos de ensino, em torno da aplicação efetiva, generalizada e alargada desses materiais e, através deles, da transversalização da igualdade de género no sistema educativo.

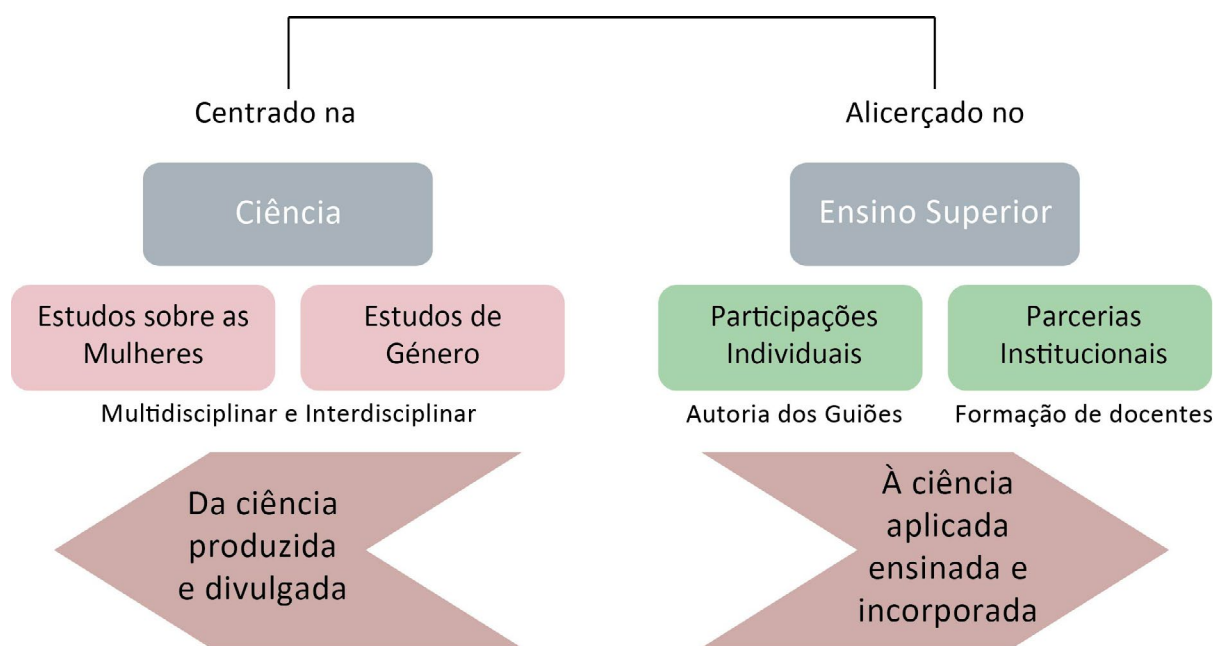
O projeto parte da premissa de que, tendo o conhecimento um papel emancipador, ele constitui um fator de mudança incontornável das relações de desigualdade e, portanto, de dominação/subordinação entre homens e mulheres (Alvarez, Vieira e Ostrouch-Kamińska 2017).

Também este projecto se alicerça, concretiza e desenvolve através da parceria com o ensino superior e a colaboração de investigadoras e investigadores em Estudos sobre as Mulheres e de Género. A sua finalidade é garantir que a ciência produzida nestes domínios possa penetrar no conhecimento mobilizado pela escola. Partindo do currículo, o Projeto procura evidenciar a relação entre género e educação e tornar acessível a este grupo de profissionais ferramentas conceptuais provenientes deste domínio e o conhecimento sobre o modo como a ordem social de género pauta o sistema educativo, as práticas profissionais e as dinâmicas escolares (Fig. 3)

¹⁵ O projeto é promovido pela CIG e inicia-se em 2008-2009. Até 2011 a sua coordenação está a cargo de Teresa Pinto e de Teresa Alvarez. A partir desse ano o projecto passa a ser coordenado apenas pela autora.

¹⁶ Universidade Aberta, Universidades da Beira Interior, de Coimbra (FPCE e FE), de Évora, de Lisboa (FPCE), do Minho, do Porto (FPCE e FADE) e Fernando Pessoa; Escolas Superiores de Educação dos Institutos Politécnicos de Lisboa, Coimbra, Santarém, Setúbal e Portalegre; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Figura 3 – O Projeto *Guiões de Educação Género e Cidadania*: uma estratégia para o *mainstreaming* de género no sistema educativo



As prioridades do Projeto situam-se assim a três níveis:

- 1. Conhecimento** - A integração dos resultados da investigação científica em Estudos sobre as Mulheres e Estudos de Género no ensino não superior visando romper com o cariz androcêntrico do conhecimento ensinado, tornando-o mais representativo e mais próximo da realidade de homens e de mulheres.
- 2. Cultura Escolar** – Transformação dos ambientes escolares, bem como da sua cultura, da sua organização, do seu funcionamento, tornando-as em espaços cujos quotidianos permitam a construção de relações de igualdade entre rapazes e raparigas.
- 3. Cidadania** – Concretização de uma educação para a cidadania livre de estereótipos sexistas para rapazes e para raparigas.

A perspetiva do Projeto (nas opções presentes nos Guiões e nas metodologias e modalidades de formação implementadas) é, simultaneamente, integrada (enquanto tema ou enquanto abordagem a IG deve estruturar a prática docente), integradora (a IG potencia as finalidades educativas de todas as áreas e dimensões do currículo, reforçando a sua convergência e coerência) e sistémica (visando a consolidação das mudanças nas práticas individuais e coletivas, bem como na cultura escolar e nas dinâmicas organizacionais).

As fases do Projeto evidenciam a estratégia seguida ao longo dos anos e que justifica o facto de o Projeto ter sido considerado uma boa prática de *mainstreaming* de género na educação no âmbito da Comissão Europeia em 2012¹⁷, da Rede Equinet em 2016¹⁸ e do Conselho da Europa em 2015 e em 2018.¹⁹

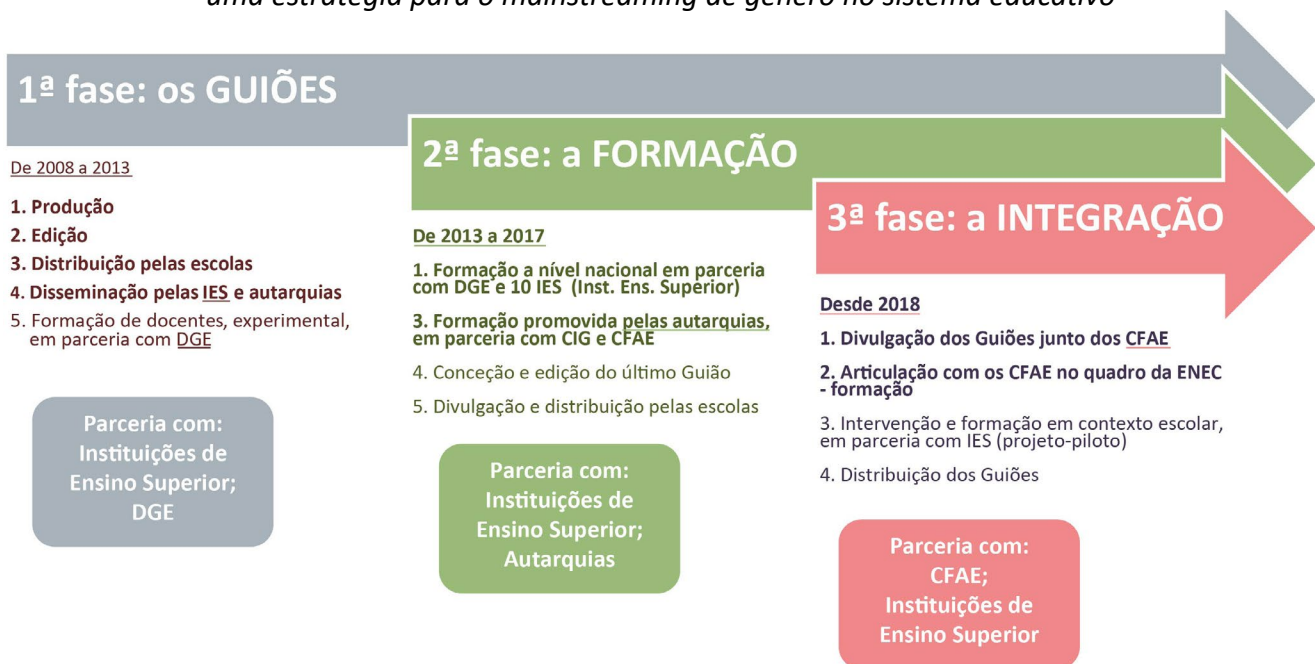
¹⁷ Seminário Internacional da Comissão Europeia, *Exchange of good practices on gender equality. Gender training in education*, realizado em Lisboa, 18-19 Outubro de 2012.

¹⁸ EQUINET – European Network of Equality Bodies. *Seminar Summary. Seminar Gender Equality in Education*. Disponível em <http://www.archive.equineteurope.org/Seminar-Gender-Equality-in-Education-836>

¹⁹ Conselho da Europa, *Compilation of good practices to promote an education free from gender stereotypes and identifying ways to implement the measures which are included in the Committee of Ministers' Recommendation on gender mainstreaming in education*, Gender Equality Commission, 2015: 76-81. Disponível em <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680590fe0>; Conselho da Europa. *ALL IN. Towards gender balance in sport. 26 best practices*. 2018-2019. Disponível em <https://pjp-eu.coe.int/en/web/gender-equality-in-sport/online-library-25-best-practices>

Partindo de uma primeira etapa centrada na produção dos Guiões e que integrou a formação de docentes ao longo do respetivo processo de conceção (2008-2012), segue-se uma segunda etapa cujo objetivo é o alargamento e o reforço da formação de docentes e a generalização da utilização dos Guiões em todo o país (2013-2016), envolvendo não só autoras dos materiais mas também outras e outros docentes do ensino superior com formação de docentes (Vieira e Alvarez 2016). A terceira etapa inicia-se a partir de 2017-2018, no quadro da convergência entre a ENIND e ENEC e do papel dos CFAE na implementação desta última, bem como das primeiras ações de formação de docentes financiadas através do POISE, no âmbito da formação de públicos estratégicos. Pretende-se agora o reforço da transversalização da IG no sistema educativo através, quer do currículo, quer das dinâmicas e do funcionamento das escolas como um micro sistema. A principal estratégia é a formação de pessoal docente e não docente, assim como de dirigentes das escolas. Ao mesmo tempo, inicia-se o primeiro projeto-piloto de intervenção em contexto escolar (Fig. 4).

Figura 4 – Etapas do Projeto *Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia para o mainstreaming de género no sistema educativo*



A aposta na formação contínua de profissionais de educação, do pré-escolar ao ensino secundário, traduziu-se na formação, até 2019, de mais de 2.100 docentes de todos os ciclos de escolaridade,²⁰ mediante 130 ações acreditadas, focadas na aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania, a maior parte das quais na modalidade de oficina de formação. Mais de dois terços da formação (65%) realizou-se na segunda fase do Projeto (Pessoa *et al.* 2016; Vieira e Alvarez 2016; Oliveira e Mendes 2017; Marchão e Henrique 2017; Cardona 2019). Às instituições parceiras do ensino superior coube a realização da cerca de metade desta formação (46%, sendo 17% de instituições politécnicas e 29% de instituições universitárias), um terço foi assegurada por CFAE (34%). A Direção Geral de Educação e as ONG asseguraram, cada uma delas, 8% da formação realizada e a uma Comunidade Intermunicipal os restantes 4%.

²⁰ Pertencentes a mais de 40% dos Agrupamentos Escolares, distribuídos por mais de metade dos concelhos do continente.

3. *Mainstreaming* de género no sistema escolar: perspectivas futuras e pontos de viragem

A formação de docentes em Igualdade de Género visa em primeiro lugar mudanças de cariz individual que decorrem da incorporação da perspectiva de género e da temática da igualdade entre mulheres e homens na prática docente no quadro do currículo em vigor e do seu cumprimento. É desejável que, num segundo momento, essas mudanças tenham um efeito multiplicador nas instituições de cada formanda e formando, nas práticas pedagógicas coletivas da instituição, nas dinâmicas educativas e na cultura e funcionamento de escola, nas suas múltiplas esferas e dimensões (Alvarez 2015). Em 2018, a UNESCO reforça a importância da formação de docentes para a eliminação dos obstáculos criados pelos estereótipos de género na educação formal e recorda que “as barreiras mais importantes à igualdade de género continuam, no entanto, principalmente dentro da escola e estão relacionadas com a discriminação de género e relações de poder profundamente enraizadas” (UNESCO 2018, 56).

Em Portugal, a formação em igualdade de género realizada até ao momento não tem permitido conhecer os seus efeitos, a médio e longo prazo, em quem a frequenta e, portanto, a permanência, ou não, das mudanças individuais que se constata a curto prazo, durante as ações de formação e nos projetos de continuidade apresentados no termo das mesmas. No domínio da IG, também não tem havido um investimento na formação centrada nas práticas coletivas de docentes e muito menos nas dinâmicas organizacionais de escola.

Sabemos que a sustentabilidade das mudanças introduzidas por docentes a nível individual necessita de alterações consonantes, coletivas e organizacionais, pelo que se torna imprescindível avaliar o impacto da formação de docentes em igualdade de género nas instituições educativas mediante duas linhas de análise:

- a que níveis se situam as mudanças verificadas (esperadas ou não esperadas) na sequência da realização de formação de docentes em Igualdade de Género;
- a que níveis se constata as resistências a essas mesmas mudanças e à integração e transversalização da Igualdade de Género na Escola e às alterações que a mesma implica.

Considera-se que, para responder a estas duas questões, importa conhecer, por um lado, os efeitos da formação ao nível do currículo, mas também ao nível de escola e/ou de agrupamento escolar, eventualmente de ciclo de escolaridade, e, por outro lado, o efeito de “contaminação” individual no âmbito do trabalho colaborativo entre pares, da gestão pedagógica e da relação com a comunidade educativa.

De acordo com uma visão sistémica da escola, propõem-se seguintes níveis de análise das mudanças e das resistências à transversalização da IG na escola:

- O conhecimento “ensinado e aprendido” nas diferentes disciplinas e nas áreas curriculares não disciplinares através, entre outros aspetos, da gestão dos programas disciplinares, das estratégias pedagógicas seguidas e da adoção de manuais escolares e de outros recursos educativos;
- Os Projetos de Escola e as áreas curriculares transversais (de que são exemplo a Educação para a Cidadania, a Educação para a Saúde e a Educação Sexual) e dos respetivos objetivos, temas tratados, dinâmicas de trabalho implementadas e resultados obtidos;
- A Gestão Pedagógica e os respetivos instrumentos e estruturas, bem como a sua avaliação;

- A Comunicação que tem lugar em todas as interações e esferas de funcionamento da escola (interna e externa; verbal e visual);
- Os Espaços e a sua estrutura, ocupação (para quê e por quem) e utilização (como), bem como as dinâmicas que proporcionam e as que dificultam.

Notas finais

A formação de profissionais de educação é uma área de intervenção da CIG desde os anos 80 e uma prioridade deste organismo e das políticas nacionais para a igualdade de género a partir dos anos 90. A sustentabilidade desta linha de ação política só foi possível com a parceria de um ensino superior que também ele evoluiu mercê da emergência dos Estudos sobre as Mulheres e de Género nas últimas décadas do século passado em Portugal, através de cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento, com evidentes repercussões na formação inicial de docentes e de outros grupos de profissionais de educação.

A atuação do mecanismo para a igualdade no domínio da educação ao privilegiar a formação de docentes e a produção de materiais pedagógicos adequados à realidade da escola e às necessidades das e dos docentes, procurou apoiar uma prática docente interpeladora e crítica da ordem social de género, de que a escola faz parte, geradora de transformação do sistema educativo formal. A integração da Igualdade de Género nos Quadros Comunitários veio suportar muitos projetos desenvolvidos por ONG, em especial de Mulheres, os quais têm tido nas escolas um dos seus destinatários mais recorrentes e, ao mesmo tempo, financiar a formação em IG de públicos estratégicos que acabou por ir abrangendo elementos da classe docente mercê da diversidade, aumento e reforço da formação dada por um número crescente de entidades, como ONG e outras organizações da sociedade civil, instituições do ensino superior e autarquias. A estes aspetos, acresce o alargamento da utilização e aplicação de materiais científicos e pedagógicos, disponibilizados em linha, pela CIG, desde 2010, por um número crescente de docentes de todos os ciclos, no quadro do currículo em vigor.

Se a igualdade entre mulheres e homens e a perspetiva de género devem constituir um eixo estruturante da educação para a cidadania e para a vivência democrática, considera-se imperioso que a formação de docentes em IG passe a ter como objetivos a mudança das instituições escolares. Da mesma forma, a avaliação das políticas públicas de igualdade de género em educação passa pelo conhecimento do impacto, a médio prazo e de cariz organizacional, das medidas e das opções tomadas até agora, incluindo na formação de profissionais de educação.

Referências bibliográficas

- AAVV. 1995. *Em Busca de uma Pedagogia da Igualdade. Actas da Universidade de Verão*. Lisboa: CIG.
- AAVV. 2007. *A Dimensão do Género nos Produtos Educativos Multimédia*. Lisboa: DGIDC.
- AAVV. 2011. *Género e Recursos Educativos Digitais*. Lisboa: DGIDC.
- Alvarez, Teresa. 2005. A dimensão da igualdade de género no Projeto SACAUSEF. In *Utilização e Avaliação de Software Educativo*, 16-20. Lisboa: ME/DGIDC.
- Alvarez, Teresa. 2015. Combating gender stereotypes in the education system: success stories. In *Combating gender stereotypes in and through education. Report*. GEC Estrasburgo: Conselho de Europa/ Gender Equality Commission, 28-34. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7156> (acedido em 29 dezembro 2019).
- Alvarez, Teresa, Cristina Coimbra Viera e Joanna Ostrouch-Kamińska. 2017. Género, educação e cidadania: que “agenda” para a investigação científica e para o ensino e a formação? *ex aequo* 36: 9-22. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602017000200002
- Cardona, Maria João. 2015. Trabalhar as questões de género numa perspetiva de educação para a cidadania no jardim-de-infância e na escola. *Revista Aprender* 36, 63-71. Disponível em <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/article/view/40>
- CIG. 2015. *Apêndice a Igualdade de Género em Portugal 2014*. Lisboa: CIG. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/03/APENDICE_Igualdade-de-G%C3%A9nero-em-Portugal-2014.pdf
- DGIDC. 2017. *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)*. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- Ferreira, Virgínia (coord.). 2007. *Estudo Diagnóstico e Prospectivo sobre o Papel das ONG na Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. Relatório Final*, Coimbra: CES/U. de Coimbra. https://www.academia.edu/26415470/Estudo_Diagn%C3%B3stico_e_Prospetivo_do_papel_das_ONG_na_Igualdade_Mulheres_e_Homens (acedido em 30 de novembro de 2019).
- Ferreira, Virgínia e Rosa Monteiro, (ccord.). 2013. *Estudo de avaliação da integração da perspetiva do género nos fundos estruturais, no período de programação 2007-2013*. Coimbra: CES/U. de Coimbra. Disponível em http://www.qren.pt/np4/file/3788/8a_IGFSE_Igualdade_de_G_nero_dos_FE_Rel.pdf
- Henriques, Fernanda e Teresa Pinto. 2002. Educação e género: dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação. *ex aequo* 6: 11-54 Disponível em <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/educacao-e-genero-dos-anos-70-ao-final-do-seculo-xx> (acedido em 28 de novembro 2019).
- Joaquim, Teresa. 2011. Introdução. In *Género e Recursos Educativos Digitais*, 5-8, Lisboa: ME/DGIDC. Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4072/3/Sacausef8_intro.pdf
- Marchão, Amélia e Helder Henrique. 2017. Formação e educação na e para a inclusão: igualdade de género. *Educa Revista Multidisciplinar em Educação* (4) 8:145-159. <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2665/1962> (acedido em 20 de novembro 2019).
- Neto, Félix, Rui Soares, Teresa Joaquim e Teresa Pinto, (org.). 1997. *Igualdade de Oportunidades. Formação de Docentes*. Lisboa: U. Aberta.

- Oliveira, Catarina Sales de e Andreia Mendes. 2017. Brincar ao género: Socialização e igualdade na educação pré-escolar. *ex aequo* 36: 167-186. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602017000200011
- Pessoa, Ana Maria, Carla Cibele Figueiredo, Isabel Henriques Jesus e Susana Câmara Marín. 2016. As lentes de género. In *Atas do XIII Congresso SPCE, Fronteiras, diálogos e transições na Educação*, 322-330. Disponível em http://www.esev.ipv.pt/spce16/atas/XIII_SPCE_2016_atas_D.pdf (acedido em 15 novembro de 2019).
- Pinto, Teresa. 2000. A igualdade na educação: contribuição para um balanço da situação portuguesa no contexto europeu. *ex aequo* 2/3: 153-169.
- Pinto, Teresa. 2013. Coeducação em Portugal. In *Feminae. Dicionário Contemporâneo*, dir. João Esteves e Zília Osório de Castro, 184-188. Lisboa: CIG.
- Pinto, Teresa (coord.). 2001. *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspetivas teóricas para práticas inovadoras*. Lisboa: CIG.
- Pinto, Teresa e Teresa Alvarez. 2014. Introdução: história, história das mulheres, história de género: produção e transmissão do conhecimento histórico. *ex aequo* 30: 9-21. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602014000200002
- Silva, Paula e Paula Queirós. 2018. Fixar as questões de género no projeto de identidade profissional de professores e professoras. In *Desporto, Género e Sexualidade*, José Manuel Constantino e Maria Machado. Lisboa: Visão e Contextos.
- UNESCO. 2018. *Relatório de monitoramento global da educação 2018: relatório conciso de género: cumprir nossos compromissos com a igualdade de género*. Brasília: UNESCO.
- Vieira, Cristina e Teresa Alvarez. 2016. Para quê usar as 'lentes de género' na escolaridade obrigatória em Portugal? Reflexões de docentes participantes em ações de formação acreditadas. In *Atas do XIII Congresso SPCE, Fronteiras, diálogos e transições na Educação*, 227-235. Disponível em http://www.esev.ipv.pt/spce16/atas/XIII_SPCE_2016_atas_D.pdf (acedido em 15 novembro de 2019).

Os percursos da escolha: contextos e condições da decisão sobre a maternidade e não maternidade

Teresa Joaquim

CEMRI/Universidade Aberta

Margarida Barros

CEMRI/Universidade Aberta

Resumo

Nas sociedades contemporâneas (de matriz ocidental) coexistem vários modelos emergentes de maternidade e não-maternidade que criam novos significados, novas éticas, discursos e práticas que vão reconfigurando a vida cotidiana, construindo modelos alternativos. Pensar a maternidade abre para uma outra leitura da subjetividade e da liberdade que se pode ligar com o sujeito não-uno da modernidade, construído numa multiplicidade de espaços, de lugares. E é esta questão da alteridade que continua a pôr problemas em termos políticos, enquanto participação no mundo comum, e em termos de subjetividade, de criação teórica, de uma obra própria.

A não-maternidade é definida como um agenciamento voluntário e complexo entre as aspirações individuais, as lógicas afetivas e sentimentais, as condicionantes estruturais e os sistemas de representação dos valores e normas. A decisão de não ter filhos acompanha um processo de aprendizagem que envolve a redefinição das relações de género e parentesco, espelhados nos constrangimentos e expectativas sociais, bem como permite a consolidação do seu contributo para a estabilidade e equilíbrio das diferentes dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável. A vivência positiva e não estigmatizante da não-maternidade, permitirá a construção de outras figuras inscritas num contexto de autonomia, responsabilidade e integração.

Palavra-Chave: maternidade, não-maternidade, sustentabilidade, mulheres sem filhos, redes parentesco

A trajetória deste texto – as suas questões e aparentes oposições – coincide com os temas abordados por Elisabeth Badinter, desde *O Amor Incerto. História do Amor Maternal do séc. XVII ao séc. XX* (1998) até *O Conflito A Mulher e a Mãe* (2010), passando por *Emilie, Emilie. A ambição feminina no séc. XVIII* (1984), cujos títulos anunciam o questionamento da ideia “de instinto maternal” para a cisão/conflito entre a mulher e a mãe.

Pensar sobre a não-maternidade é uma questão ética e filosoficamente central na definição do que é um ser humano, já que sem seres que nascem, as sociedades não sobrevivem mas, por outro lado, no contexto da modernidade em que vivemos as mesmas não podem deixar de estar ligadas à análise das condições dos que vêm de novo/recém nascid@s. Essa análise passa nomeadamente pelo processo de individualização das mulheres (no contexto ocidental) e a consciência do cuidado que implica a *arte de criar* um humano e as condições necessárias de sustentabilidade para que as mesmas possam ocorrer.

Hoje, somos simultaneamente herdeiras dessa leitura dominante sobre o corpo da mulher nas sociedades ocidentais e tornámo-nos indivíduos, “corpo próprio” (Gil 1980) e querendo saber o que transmitir: a novidade, a mutação ou ainda a repetição sem diferenças que nos foi dada em partilha em termos de saberes e de conhecimentos, é-nos difícil hoje compreender e aceitar que a única leitura possível durante séculos do corpo da mulher e da sua relação com o homem tenha sido a da reprodução, de que as outras possibilidades de vida não eram senão contrapontos, fugas a esse trabalho de produção e criação de humanos. É como se culturalmente, socialmente, este tivesse sido o único modo de pensamento sobre a mulher, sem alternativas, como se, a partir do que ela faz – outro(s) –, dessa produção de alteridade, não lhe tivesse sido dada a possibilidade de pensar, mas apenas a de refletir como um espelho reflete, como foi afirmado no século XVIII pelo filósofo Antoine-Léonard Thomas no seu ensaio sobre as mulheres: “elas não criam, refletem” (Thomas 1771).

Fechar o destino das mulheres na anatomia é, de certo modo, afirmar que elas não podem transcender a “natureza feminina” que durante séculos foi lida como uma evidência; foi preciso, pois, uma enorme ousadia para afirmar que as leituras médicas, filosóficas, políticas, do corpo da mulher eram leituras ideológicas e que outras leituras eram possíveis. Ousadia que atravessou, mesmo se de forma marginal, os tempos e para a qual Simone de Beauvoir encontrou a expressão concisa e exata para a definir e cujas consequências teóricas continuam a surgir nomeadamente na plasticidade que atravessa a elaboração do conceito de género.

Nesse sentido, na dicotomia que está subjacente a esta visão da maternidade – o homem enquanto sujeito autónomo que inventa razões de vida, a mulher que repete sem diferença, não contribuindo para essa criação de singularidades que é própria do humano – não existe a ideia de que a maternidade não é apenas repetição, mas que existe metamorfose e criação constante dos corpos que ela cria: só que esta criação não pode estar submetida a um princípio, a uma razão teórica, porque um corpo faz-se tanto de alimento como de imaginário, ou seja o alimento não cria sem o imaginário que nele é introduzido pela mão e pelo olhar, pelo colo e pelo calor.

Tudo coisas instáveis, e é esta instabilidade das práticas – da razão prática, como foi chamada, e que não se opõe aos princípios –, é esta diferença que elas introduzem que permite que o novo aconteça, em que se cria um novo sujeito humano como *initium*. Gostaríamos de referir aqui a visão proposta por Hannah Arendt formulada por F.Collin: “Nascer é aparecer pela primeira vez e qualquer ato de aparecer em público para fazer parte da coletividade humana é rememoração deste ato originário. (...) Nascer é afirmar a sua presença de ser que fala e age na comunidade, o inter-esse.” (Françoise Collin 1991, 56-57).

Os estudos sobre as mulheres, de género e feministas têm contribuído para desconstruir as noções de mulher, mãe, família, maternidade, feminilidade, etc. cuja dificuldade reside nomeadamente na “colagem” que existiu entre “mulher” (e) “mãe” e que historicamente foi prevacente no contexto ocidental desde a Antiguidade.

Assim, se a maternidade tem sido um tema de certo modo esquecido pelas feministas, é porque nele se afronta esta questão da alteridade, do isto é e não é (só) o meu corpo, no sentido de “ser que fala

e age na comunidade”, não me defino somente por mim, como sujeito autónomo e livre que toma iniciativas, mas abre para uma outra leitura da subjetividade e da liberdade que se pode ligar com o sujeito não-uno da modernidade, construído numa multiplicidade de espaços, de lugares. É esta questão da alteridade que continua a pôr problemas em termos políticos, enquanto participação no mundo comum, e em termos de subjetividade, de criação teórica, de uma obra própria. É esta questão da alteridade que se tem articulado com a politização crescente das questões em torno do nascimento, da maternidade, demográficas, humanização do parto, etc. Questão que pode ser colocada a partir dos dispositivos estratégicos de Michel Foucault (1976) e, entre eles, o da pedagogização da infância que incide sobre a injunção à presença materna no cuidado da criança e, em simultâneo, marcada pela agenda dos movimentos feministas – a de construir um projeto pessoal, ser indivíduo, autónomo e como disse Virgínia Woolf “ter um quarto que seja seu” (1929)! Estamos pois diante de movimentos contraditórios entre a globalização e a proliferação de feminismos “que habitam espaços hifenizados” com as suas singularidades (João Manuel de Oliveira 2010) e que permitem desconstruir a noção de um corpo materno universal e a conseqüente fragmentação da noção de maternidade na disrupção, por exemplo, entre dar tempo à criança nesse pedido de presença e contextos globalizados de desregulamentação de trabalho, taxas elevadas de desemprego, transnacionalismo do trabalho de cuidar. O tempo é uma noção central e marca a rutura entre a mulher e a mãe cuja conjugação deixa de ser o núcleo central da definição da mulher como mãe e que permite a pluralidade da noção de maternidade e de não-maternidade.

Nesse sentido, a não-maternidade, enquanto opção/decisão individual, traduz uma parte significativa de um processo de robustez emocional, marcado por um contexto cultural multivariado e evolutivo, que se prolonga no tempo. Este percurso da escolha pode constituir-se como eixo na construção da identidade, havendo lugar para negociações, expectativas ou mesmo reconsiderações. Susie Scott sugere mesmo que “latter social forms (non-identity, non-participation and non-presence) are significant symbolic objects with social causes and consequences” (Scott 2017, 2).

Construir um projeto de vida que inclua a não-maternidade pode potenciar a diversidade de formas de participação e solidariedade assumindo uma vertente intra e intergeracional que consolida, e ajuda a consolidar, uma imagem otimizada sobre a opção da não maternidade.

A reflexividade pessoal em relação a uma norma social, neste caso da maternidade, desenvolve-se em diferentes tempos, perceções e subjetividades. Na teoria de Max Weber, as ações dos indivíduos não são apenas determinadas pela estrutura social em que se inserem, mas podem surgir, pelo seu carácter disruptivo e inovador, como preditores da mudança social (Turner 2002).

A literatura científica apresenta várias teorias para a explanação e interpretação das questões relacionadas com a não-maternidade¹, em especial a pressão das instituições, o controlo social, diferenciação entre sexualidade-casamento-parentalidade, valorização da escolha e potencialidades de um projeto de vida sem filhos, causas e conseqüências de uma decisão divergente.

¹ A investigação académica nacional deste fenómeno está em fase embrionária. No entanto em países europeus como a França, Inglaterra, Espanha, Alemanha ou Itália, bem como os EUA, Canadá ou Austrália, o conhecimento é mais investido e encontra-se numa fase mais maturada. Talvez por isso a língua inglesa permita a distinção entre *childfree*, onde a opção de não ter filhos é assumida e desejada, e *childless*, onde a realidade de não ter filhos acontece para além da decisão e vontade, masculina ou feminina, implicando uma patologia orgânica. (Bulcroft e Teachman 2004).

Num outro momento (Barros 2010) pudemos analisar as estratégias de negociação e consolidação de um projeto de não maternidade, numa conjuntura social/ideológica marcada pela importância da procriação e dos filhos como indicador de maturidade, integração social e sucesso pessoal. Verificou-se que, conforme Fiona McAllister e Linda Clarke (1998) definiram, os processos de decisão podem ter vários cambiantes.²

Em Portugal e na União Europeia, nas últimas décadas, a família de referência constituída por um pai e uma mãe, como figuras parentais hegemónicas, foi desafiada por diferentes mudanças sociodemográficas e culturais em especial (Delgado e Wall 2014):

- 1) transformações internas das relações de poder dentro da instituição do casamento (na relação conjugal, parentesco e responsabilidade intergeracional, relação de parentalidade)
- 2) transformações conjunturais da importância da instituição social do casamento (informalização e desdobramento das opções de conjugalidade, redefinição da parentalidade, redefinição das relações familiares e de filiação).

Quadro 1 – Agregados Domésticos por tipo de composição do agregado (%)

Anos	Composição do agregado doméstico					
	Total		Um adulto sem crianças ou filhos		Casal sem crianças ou filhos	
	UE28 - União Europeia (28 Países)	PT - Portugal	UE28 - União Europeia (28 Países)	PT - Portugal	UE28 - União Europeia (28 Países)	PT - Portugal
2007	x	100.0	x	17.2	x	22.2
2008	x	100.0	x	17.7	x	22.8
2009	100.0	100.0	30.2	17.7	24.5	22.9
2010	100.0	100.0	31.2	18.0	24.9	23.5
2011	100.0	⊥ 100.0	31.9	⊥ 19.2	24.6	⊥ 23.1
2012	100.0	100.0	32.2	19.5	24.7	22.9
2013	100.0	100.0	32.3	19.8	24.7	23.4
2014	100.0	100.0	32.7	20.9	24.7	23.8
2015	100.0	100.0	33.3	21.6	24.6	23.6
2016	100.0	100.0	33.1	21.7	24.9	23.4
2017	100.0	100.0	33.6	22.1	24.9	23.9

Fonte: PORDATA (última atualização 2018/05/02)

Fonte dos Dados: EUROSTAT/ INE – Inquérito ao Emprego

Há muito que as decisões reprodutivas foram resgatadas do domínio público das convenções sociais, religiosas e morais – prescritivas dos comportamentos reprodutivos considerados legítimos – para o domínio intangível do privado (INE 2013). Existe um movimento crescente da percentagem de agregados sem filhos, mantendo Portugal uma percentagem sempre abaixo da registada na UE28. Assim homens e mulheres puderam considerar como igualmente válido o investimento na parentalidade/maternidade e/ou outras dimensões da sua vida e, por isso, exercem a sua opção “de dizer não”.³ O *eu*, que tem ao mesmo tempo um valor estético, económico e moral⁴ e a liberdade de expressão, assumiram-se como condição básica do processo de individualização conjugando autenticidade, independência e autonomia.

² Obtiveram-se cinco categorias de análise: mulheres que estão convictas que não querem filhos e nunca sentiram flutuações nessa decisão; mulheres que no momento estão certas da decisão embora já tenham levantado a hipótese da maternidade; mulheres que aceitam a situação de não ter filhos embora tenham pensado em tê-los; mulheres que estão ambivalentes e ainda não tomaram uma decisão irrevogável a propósito da sua descendência; mulheres que sentem que a decisão foi tomada por elas, determinada por fatores fora do seu controlo.

³ Se, por um lado, maiores rendimentos podem produzir maior sensação de segurança e maior aptidão para suportar a criação dos filhos, por outro lado, aqueles que tendem a valorizar estilos de vida mais voltados para uma maior independência e autorrealização podem não estar dispostos a colocar em causa tais estilos de vida, em virtude da chegada de uma criança.

⁴ Aqui na aceção desenvolvida por Gilles Lipovetsky (2001).

Estas mudanças vividas e interpretadas condicionaram as possibilidades e potencialidades da construção de um projeto de vida individual⁵. No entanto, na diversidade de novas parentalidades, a não-procriação ainda é percebida como um desvio da norma e os seus protagonistas socialmente silenciados⁶ (Peterson e Engwall 2013).

O estudo *Determinantes da fecundidade em Portugal* (Mendes 2016)⁷ apresenta os motivos considerados importantes para não ter/não ter mais filhos, por quem tem idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos. Os dados estão organizados (Mendes 2016, 182) em quatro grandes áreas de análise: hedonismo e estilos de vida; (in)estabilidade económica; gravidez, conciliação e idade; negociação entre o casal e idade e neles se constata que a percentagem de resposta é muito próxima apenas se notando diferenças significativas na terceira dimensão relacionada com a dimensão biológica da gravidez. Podemos pensar que os processos de individualização produziram um efeito significativo tanto ao nível das relações afetivas como das relações familiares, sem diferenciação de género, mas com um impacto maior para as mulheres que tradicionalmente diluíam a sua individualidade na vida familiar.

Os dados de 2001 e 2011 acentuaram as tendências já conhecidas de mais casais sem filhos (4 em cada 10 casais não têm filhos), da informalização das relações e de mais famílias recompostas (1 em cada 10, com ou sem filhos, vive em união de facto) (Cunha e Atalaia 2013⁸).

Na emergência de novas formas de se perspetivar numa família construída em torno de outros objetivos e valores que não o dos filhos⁹, Mardy Ireland (1993) apresenta uma categorização que reforça a importância dessa opção na história de vida de cada uma:

1º Grupo – Tradicional (*childless*) - onde sua forte identificação com o estereótipo associado aos papéis femininos torna-as vulneráveis à pressão.

2º Grupo – Transicional (*childfree* e *childless*) - As mulheres assumem as possibilidades sociais e de carreira mas também querem uma família normativa.¹⁰

3º Grupo – Transformativas (*childfree*) - organizaram a sua identidade através de características predominantes como independência, assertividade e capacidade de liderança.¹¹

⁵ A partir da segunda metade do século XX os teóricos da pós-modernidade sublinham a velocidade das alterações socioculturais, a globalização e a velocidade de circulação de informação como centrais para a análise das flutuações de comportamento, deslocação do investimento afetivo e amoroso para um registo mais personalizado, fragmentado e em constante definição/construção. Ver a este propósito, por exemplo, Ulrich Beck (2010) e Zygmunt Bauman (2007).

⁶ Conceito desenvolvido no contexto sueco por Helen Peterson e Kristina Engwall (2013).

⁷ Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/39b82daa-dcd6-4274-a6c8-72433335a0f1/determinantes-da-fecundidade-em-portugal>

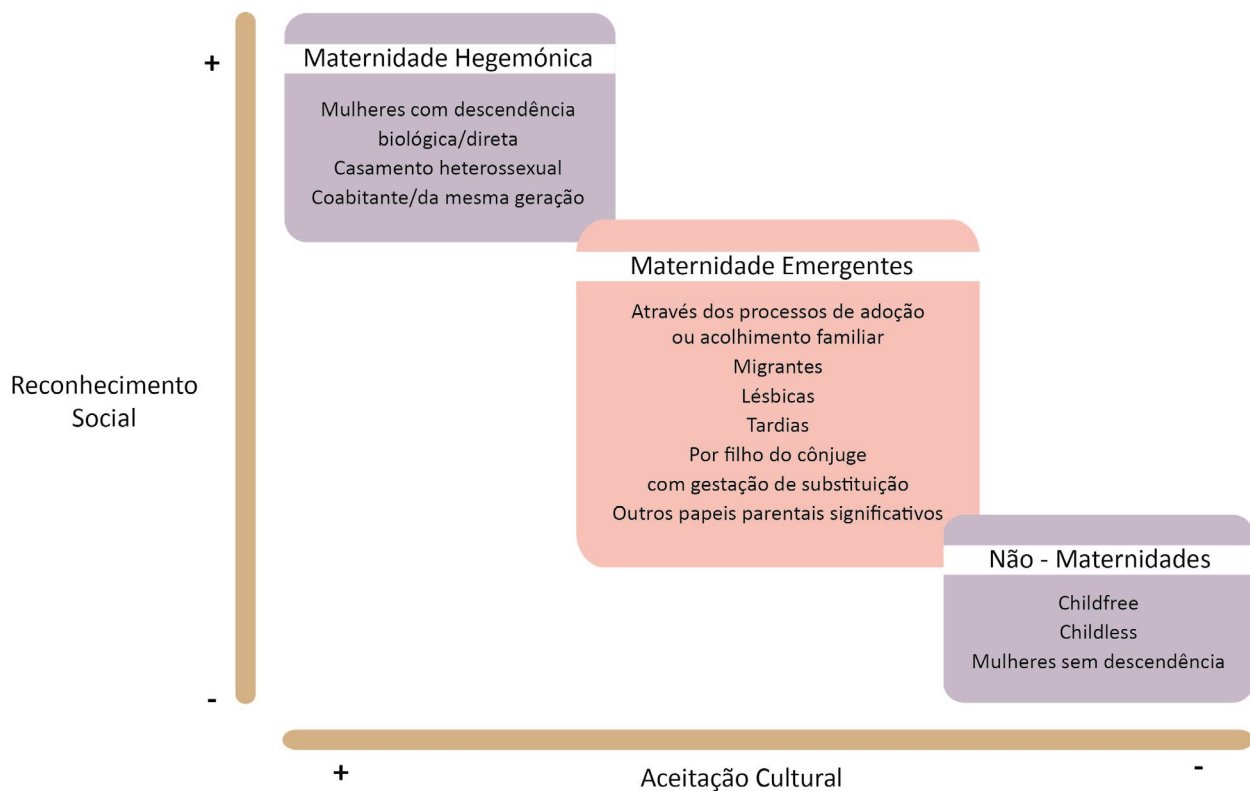
⁸ Cunha, Vanessa e Susana Atalaia (2013). Dinâmicas de Conjugalidade. Seminário Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança. INE e ICS. 20 de novembro.

⁹ Infertilidade significa a incapacidade biológica de procriar. Por outro lado, a infecundidade refere-se aos cenários de não-procriação, biológica ou social. Por outras palavras, nem todas as mulheres infecundas o são por infertilidade e nem todas as pessoas inférteis acabam por ser infecundas já que se podem reproduzir através de técnicas de PMA ou adoção.

¹⁰ Atrasam a vinda das crianças até ser muito tarde para poder tê-las. Outras mulheres têm determinados critérios (estabilidade financeira ou emocional) que procuram ver satisfeitos antes da maternidade e que nunca estão completos. Outras simplesmente vivem as suas vidas conforme o que vai acontecendo, com a ideia que eventualmente poderão ter um filho (Ireland 1993).

¹¹ Demonstam grande capacidade para lidar com o julgamento social negativo a propósito da sua opção de não ter filhos. Demonstam que tem uma vida pessoal intensa e cria os seus próprios desafios, nos quais a maternidade não tem expressão. Experimentam uma afirmação pessoal interior muito forte. Para este grupo a parentalidade é dar sem esperar receber e isso pode ser feito de muitas maneiras que não exclusivamente através da maternidade (Ireland 1993).

Figura 1 – Representação da relação entre reconhecimento social, aceitação cultural e maternidade hegemónica, maternidade emergentes e não-maternidades



Fonte: Adaptado de Larrambeberre (2016)

As mulheres sem filhos representam assim uma dissonância em relação às identidades normativas¹² (Larrambeberre 2016), sem que, no entanto, desprezem papéis e funções sociais diretamente relacionados com os valores da solidariedade social (inter e intra geracional), responsabilidade familiar ou compromisso com o bem-estar e cuidado das pessoas, no momento e para o futuro.¹³

As mulheres que não têm descendência, independentemente das suas motivações ou condições materiais de vida, configuram um modelo de contra-hegemonia que denomina de não-maternidades.¹⁴ Apesar do papel fundamental que muitas mulheres desempenham na família alargada ou na sua militância/empenho em causas sociais¹⁵, a sua opção pela não-maternidade parece atentar contra a ordem hierárquica estabelecida, mas cuja centralidade nas relações de parentesco é valiosa, como o papel de filhas, irmãs, tias ou madrinhas.¹⁶

¹² A maternidade hegemónica caracteriza-se principalmente pela capacidade reprodutiva das mulheres inseridas num casamento heterossexual, entre pessoas da mesma geração e no espaço íntimo do lar, no cumprimento de um mandato cultural que assegura a descendência legítima e a continuidade da família.

¹³ Num sentido mais amplo, a construção da parentalidade aparece como o envolvimento de várias figuras parentais sejam de sangue ou por vontade que aceitam e assumem um conjunto de práticas quotidianas de cuidados, em três dimensões: cuidados dos higiene e alimentação, cuidado emocional e cuidado financeiro, e são consideradas como parte essencial da reprodução social.

¹⁴ Com o conceito plural de não-maternidades, Larrambeberre (2016) pretende: afirmar o direito a decidir sobre o próprio corpo; desvincular a maternidade como dimensão chave na identidade das mulheres; apropriar-se do conceito de maternidade para expressar a sua discordância, tanto com o “não” como com o “sem” maternidade. Torna-se intrínseco ao conceito de não-maternidades a hipótese de optar, essa decisão ser possível e legítima, inserida num processo de aprendizagem que envolve a redefinição das relações de género e parentesco, depois de ultrapassadas as expectativas sociais.

¹⁵ Uma causa social decorre da observação de uma situação de desigualdade sobre a qual se quer agir. Traduz uma hierarquia de valores que se pretende que seja universal. Agrega a vontade individual a uma organização coletiva para atuar sobre determinado problema, falha ou desajuste no funcionamento da sociedade, no momento presente e para o futuro.

¹⁶ Neste sentido concluíram também os dados recolhidos numa investigação em contexto nacional (Barros 2010), onde as entrevistadas assinalavam uma forte presença familiar, considerando-se elas próprias fundamentais para a estabilidade familiar, tanto no apoio aos irmãos com filhos como na assistência aos familiares mais velhos.

Na conceptualização do cuidado¹⁷ as mulheres que constroem a sua identidade afastada da parentalidade podem assumir-se como figura de referência (com disponibilidade e recursos emocionais e materiais) dentro de uma estrutura familiar, não renunciando a diferentes responsabilidades ou funções nas redes de parentesco.

Emerge, então, numa sociedade de modernidade líquida (Bauman 2007)¹⁸, o necessário debate, a propósito dos contextos de escolha e dos seus impactos bem como as possíveis consequências imediatas e a longo prazo, para outras gerações tendo obrigado a uma reformulação da noção de indivíduo, elaborado de uma forma androcêntrica (e eurocêntrica), e também da de cuidado, a partir de uma perspectiva não essencialista e historicamente ligada às mulheres/ mães, que permite a assunção do sujeito na sua vulnerabilidade e interdependência a que as questões da sustentabilidade ligada à crise demográfica vieram dar visibilidade.

¹⁷ Dolores Comas d'Argemir (2000) define as atividades relacionadas com o cuidado (material e moral) como parte de uma economia de afeto, fortemente naturalizadas como tarefas das mulheres, sendo difícil catalogá-las como formas de trabalho.

¹⁸ Modernidade líquida é um conceito desenvolvido por Z. Bauman (2007) onde os referenciais de análise da sociedade contemporânea são caracterizados pela liquidez, fluidez, volatilidade, incerteza e insegurança. Para este autor, as sociedades de matriz ocidental têm-se desenvolvido de forma a que toda a fixidez e todos os referenciais morais das sociedades anteriores já não têm valor e são substituídos para dar espaço à lógica do agora, do consumo, do gozo e da artificialidade, por exemplo.

Referências bibliográficas

- Badinter, Elizabeth. 1984. *Emilie, Emilie. A ambição feminina no séc. XVIII*. São Paulo: Editora Paz e Terra e Discurso Editorial
- Barros, Margarida. 2010. *Ser quem sou: o projeto da não-maternidade*. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bauman, Zygmunt. 2007. *Ambiguidade e modernidade*. Lisboa: Ed. Relógio d'Água.
- Beck, Ulrich. 2010. *Sociedade de risco rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34.
- Bulcroft, Richard e Jay, Teachman 2004. Ambiguous constructions: development of a childless or child-free life course. In *Handbook of Contemporary Families. Considering the Past, Contemplating the Future*, ed. Coleman, Marilyn e Lawrence H. Ganong, 116-135. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Collin, Françoise. 1991. Du privé et du public. Hannah Arendt. *Les Cahiers du Grif*, 33: 56-57.
- Collin, Françoise. 1994. Le temps natal. Le travail des femmes, *Cahiers du Grif*. Complexe: 113-129
- Collin, Françoise. 1999. *Je partirais d'un mot. Le champ symbolique*. Bordeaux: Fus Art.
- Comas d'Argemir, Dolors. 2000. Mujeres, familia y Estado del Bienestar. In *Perspectivas feministas desde la antropología social*, coord. María Teresa del Valle Murga, 187-204. Barcelona: Ariel. http://www.academia.edu/21680176/Mujeres_familia_y_estado_del_bienestar (acedido a 6 de Fevereiro 2020)
- Delgado, Ana e Karin Wall, 2014. *Famílias nos Censos 2011 Diversidade e Mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística e ICS / Imprensa de Ciências Sociais.
- Gil, José. 1980. *As metamorfoses do corpo*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Lipovetsky, Gilles. 2001. *Era do Vazio Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa. Ed. Relógio d'Água.
- Foucault, Michel. 1976. *Histoire de la sexualité1. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard
- Peterson, Helen e Kristina Engwall. 2013. Silent bodies: Childfree women's gendered and embodied experiences. *European Journal of Women's Studies* 20 (4): 376-389. <https://doi.org/10.1177/1350506812471338> (acedido a 7 de janeiro 2017)
- INE. 2013. *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Ireland, Mardy. 1993. *Reconceiving Women Separating Motherhood from Female Identity*. New York: Guilford Press.
- Joaquim, Teresa. 1999. Criação de humanos e/ou de conceitos a questão da maternidade n'Ó Segundo Sexo. *Cadernos Pagu* 12: 165-202 <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51301> (acedido a 5 de Fevereiro 2017).

- Larrambebere, Mercedes. 2016. No-maternidades: entre la distancia y la reciprocidad en las relaciones de parentesco. *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, 21 (2): 60-76, www.antropologia.cat (acedido a 15 Fevereiro 2017).
- Lipovetsky, Gilles. 2001. *A Era do Vazio. Ensaíos sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Ed. Relógio d'Água.
- McAllister, Fiona e Lynda Clarke. 1998. *Choosing Childlessness*. London: Family Policy Studies Centre.
- Mendes, Maria Filomena (coord.). 2016. *Determinantes da fecundidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Oliveira, João Manuel de. 2010. Os feminismos habitam espaços hifenizados – A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *ex aequo* 22: 25-39.
- Scott, Susie. 2017. A sociology of nothing: understanding the unmarked. *Sociology*, 52 (1): 3-19, <http://dx.doi.org/10.1177/0038038517690681> (acedido a 2 de fevereiro de 2017).
- European Journal of Women's Studies, Volume: 20 issue: 4, page(s): 376-389. Article first published online: October 22, 2013; Issue published: November 1, 2013 Helen Peterson Linköping University, Sweden Peterson, Helen e Kristina Engwall. 2013. Silent bodies: Childfree women's gendered and embodied experiences. *European Journal of Women's Studies*, 20: 376-389. <https://doi.org/10.1177/1350506812471338>
- Thomas, Antoine-Léonard. 1771. *Essai sur le caractère, les moeurs et l'esprit des femmes dans les différens siècles*. Paris: Chez Moutard.
- Turner, Bryan. 2002. *Teoria Social*. Lisboa: Ed. Difel.
- Woof, Virginia. (1929/2019). *Um quarto que seja seu*. Lisboa: Vega.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Antonia Fernández Valencia

Antónia Fernández Valencia é Professora de História e Didática das Ciências Sociais na Universidade Complutense de Madrid (UCM), associada ao Instituto de Investigações Feministas daquela Universidade, onde coordenou a disciplina de *Género y Educación* no Mestrado em Estudos Feministas. Investigadora em História das Mulheres, Género e Museus e Género e Ensino da História, é membro da Associação Espanhola de Investigação Histórica sobre as Mulheres (AEIHM) e do Seminário sobre Fontes Literárias para a História das Mulheres em Espanha. É coordenadora do Seminário Interdisciplinar Género e Educação (*Sige*) na Faculdade de Educação da UCM.

Endereço eletrónico: antonia.fernandezvalencia@gmail.com

Teresa Pinto

Teresa Pinto é Doutorada em Estudos sobre as Mulheres – História das Mulheres e do Género, é membro do Grupo de Investigação *Estudos sobre as Mulheres* do CEMRI da Universidade Aberta onde é Professora auxiliar convidada no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Docente do ensino secundário, foi Presidente da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres e diretora da revista científica *ex aequo*, sendo membro do seu Conselho Científico. Das suas últimas publicações, refira-se “Rewriting Portuguese Women’s History at International Expositions (1889-1908)” In *Women in International and Universal Exhibitions (1876-1937)*, Myriam Boussahba-Bravard e Rebecca Rogers (Ed.), Routledge, 2017. Endereço eletrónico: teresa.pinto@cemri.uab.pt

Anabela Galhardo Couto

Anabela Galhardo Couto é Professora Associada no IADE-Universidade Europeia e no MEM-Universidade Aberta. Membro de sociedades científicas, nacionais e internacionais, e centros de investigação, nomeadamente do CEMRI e CHAM, tem investigado nos domínios da literatura, memória cultural e estudos de género. Entre outros estudos publicou os livros: *Que Coisa é o Design*, 2016; *Soggetti itineranti*, 2013; *Histórias Breves e Admiráveis de Soror Maria do Céu*, 2012; *Teaching subjectivity: Travelling Selves for Feminist Pedagogy*, 2009; *Mulheres que Escrevem, Mulheres que Lêem: Repensar a Literatura pelo Género*, 2008; *Gli Abiti Neri: Letteratura Femminile del Barocco Portoghese*, 2007.

Endereço eletrónico: anabela.couto@universidadeeuropeia.pt

Dalila Maria Teixeira Milheiro

Dalila Maria Teixeira Milheiro é Doutoranda em Estudos Portugueses, Especialidade em Literatura e Cultura Portuguesas na Universidade Aberta. Mestre em Estudos sobre as Mulheres e Ciências da Educação/Educação pela Universidade Aberta. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta, no Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres, e do Grupo de Investigação 3 – Multiculturalismo e Lusofonia – do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Endereço eletrónico: dalilamilheiro@sapo.pt

Célia Carmen Cordeiro

Célia Carmen Cordeiro é Doutorada em Literaturas e Estudos Culturais Luso-Afro-Brasileiros, pela Universidade do Texas em Austin, e Mestre em Literaturas e Culturas Lusófonas, pela Universidade de Minnesota onde lecionou Língua e Cultura Portuguesas. É investigadora colaboradora do CEMRI da Universidade Aberta, no Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres. Género, Sociedades e Culturas, e do CHAM da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, no Grupo Literaturas e Culturas. É licenciada em Português e Inglês (ensino de) e em Línguas e Literaturas Modernas - Variante de Estudos Portugueses e Ingleses, pela Universidade dos Açores. É autora de *Ana de Castro Osório e a Mulher Republicana Portuguesa*, 2012.

Endereço eletrónico: celiacarmencordeiro@gmail.com

Sónia Frias

Sónia Frias é Doutorada em Ciências Sociais, especialização em Antropologia, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa, e Mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. Professora Auxiliar no ISCSP e investigadora no Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa. Presidente da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa. Investigadora colaboradora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP) e do Centro de Estudos em Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI/UAberta).

Endereço eletrónico: sonia.frias@iscsp.ulisboa.pt

Teresa Alvarez

Teresa Alvarez é Mestre em Comunicação Educacional Multimédia, pela Universidade Aberta, e licenciada em História pela Universidade de Lisboa. Membro do CEMRI da UAberta, pertence ao Conselho Científico da revista científica *ex æquo*, da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Integra o Fórum de Peritas/os do Instituto Europeu de Igualdade de Género. Exerce funções na Comissão para a Cidadania e a Igualdade e Género onde é responsável pela educação e coordena o Projeto da CIG em torno dos *Guiões de Educação Género e Cidadania*. A sua última publicação: “Reflexões sobre a igualdade entre mulheres e homens: conhecimento, educação e formação” In *31 Desafios para o ensino superior* (2019). Endereço eletrónico: teresa.alvarez@netcabo.pt

Teresa Joaquim

Teresa Joaquim é Doutorada em Antropologia Social pelo I.S.C.T.E., Professora Auxiliar da Universidade Aberta e Coordenadora do Mestrado de Estudos sobre as Mulheres. Género, Cidadania e Desenvolvimento. É membro do Centro das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) e ex-coordenadora do Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres, Género, Sociedade e Culturas. Foi membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (1996- 2001). Publicou, entre outras: *Menina e Moça, Construção Social da Feminilidade séculos XVII-XIX*, 1997; *As causas das Mulheres. A comunidade infigurável*, 2004; *Cuidar dos outros, cuidar de si – questões em torno da maternidade*, 2006; *Masculinidades/Feminilidades* (org.), 2010. Endereço eletrónico: teresaj@uab.pt

Margarida Barros

Margarida Matos Barros é Doutoranda em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento, na Universidade Aberta. Mestre em Estudos sobre as Mulheres e Ciências da Educação pela Universidade Aberta. Licenciada em Sociologia, variante de Sociologia da Medicina e da Saúde pela Universidade Autónoma de Lisboa. Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta, no Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres. Endereço eletrónico: 3mbarros@gmail.com

